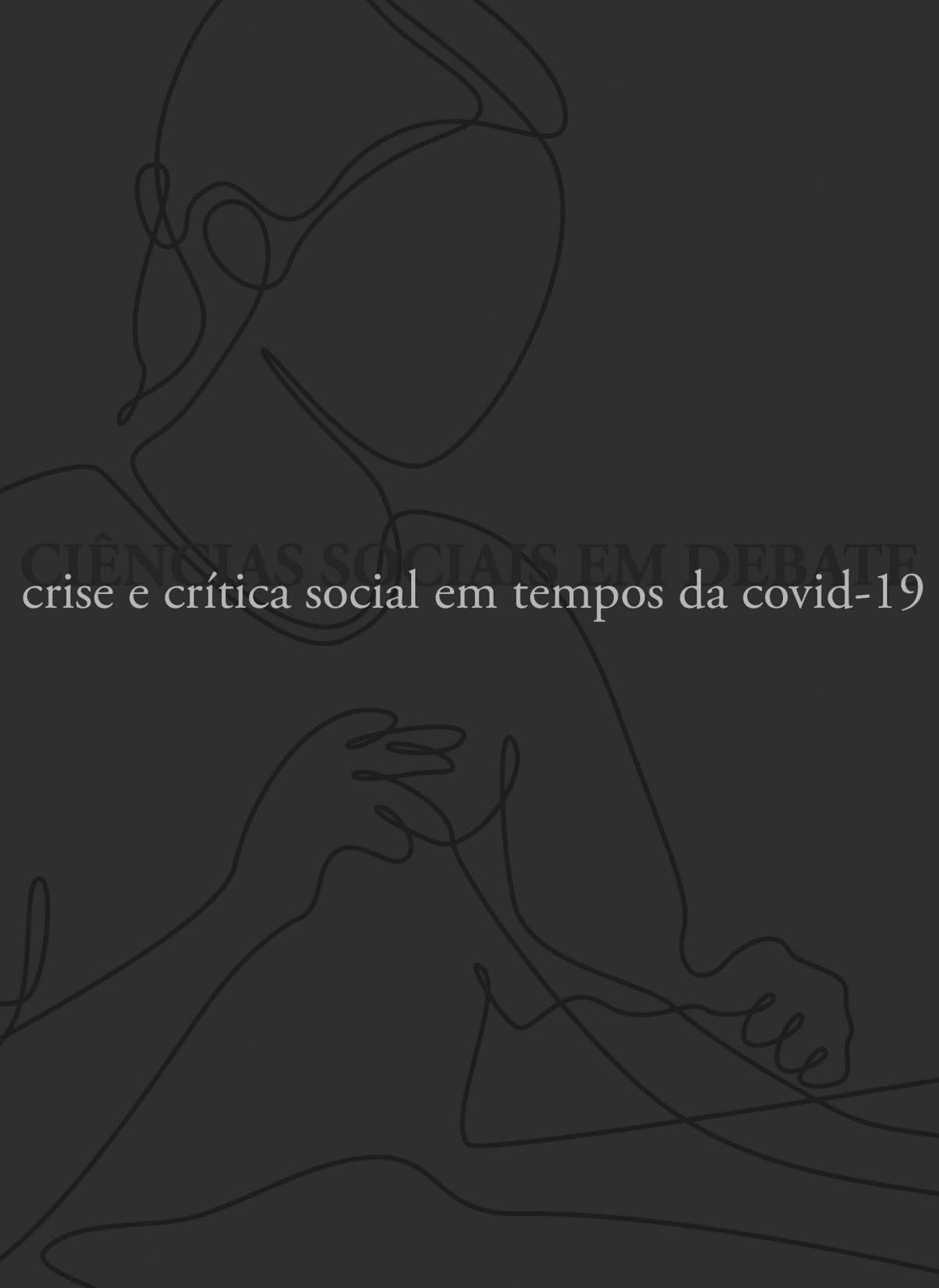


CIÊNCIAS SOCIAIS EM DEBATE

crise e crítica social em tempos da covid-19

Patrícia Ramiro
Mónica Franch
Ninno Amorim
Organizadores



CIÊNCIAS SOCIAIS EM DEBATE

crise e crítica social em tempos da covid-19



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor
Vice-Reitora

Valdiney Veloso Gouveia
Liana Filgueira Albuquerque



EDITORA UFPB

Diretor
Diretor da Divisão de Administração
Diretor da Divisão de Editoração
Gestora de Sistemas

Natanael Antonio dos Santos
Everton Nascimento
Gregório Ataíde Pereira Vasconcelos
Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial

Cristiano das Neves Almeida (Ciências Exatas e da Natureza)
José Humberto Vilar da Silva (Ciências Agrárias)
Julio Afonso Sá de Pinho Neto (Ciência Sociais e Aplicadas)
Márcio André Veras Machado (Ciência Sociais e Aplicadas)
Maria de Fátima Alacantara Barros (Ciências da Saúde)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Elaine Cristina Cintra (Linguística e das Letras)
Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Linguística e das Letras)
Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes (Ciências Biológicas)
Raphael Abrahão (Engenharia)

Editora filiada à



Patrícia Ramiro
Mónica Franch
Ninno Amorim
(Organizadores)

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DEBATE:
crise e crítica social em tempos da covid-19

Editora UFPB
João Pessoa
2022

Direitos autorais 2022 – Editora UFPB.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O CONTEÚDO E A REVISÃO TEXTUAL/NORMALIZAÇÃO DESTA PUBLICAÇÃO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

Projeto Gráfico	Editora UFPB
Editoração Eletrônica e Design de Capa	Rildo Coelho
Revisão Gráfica	Alice Brito

Catlogação na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

C569 Ciências sociais em debate : crise e crítica social em tempos da covid-19 [recurso eletrônico] / Patrícia Ramiro, Mônica Franch, Ninno Amorim (Organizadores). - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora UFPB, 2022.

E-book.

Modo de acesso <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>
ISBN 978-65-5942-158-9

1. Ciências sociais. 2. Crítica social. 3. Covid-19. I. Ramiro, Patrícia. II. Franch, Mônica. III. Amorim, Ninno. IV. Título.

UFPB/BC

CDU 3

EDITORA UFPB Cidade Universitária, Campus I,
Prédio da editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

SUMÁRIO

AS CIÊNCIAS SOCIAIS
NA PANDEMIA: AÇÕES E REFLEXÕES10
Patrícia Ramiro, Mónica Franch e Ninno Amorim

I Paixão política e fascismos

CONJURAR O MEDO.....24
Ana Montoia

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE
FASCISMO NA ATUALIDADE39
Thiago Panica Pontes e Liana Lewis

REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO E
BOLSONARISMO NO BRASIL.....58
Luciana Aliaga

NEGACIONISMO E FASCISMO EM
CONTEXTO DE PANDEMIA.....69

José Henrique Artigas de Godoy

II Injustiças e desigualdades socioambientais

A PANDEMIA DA COVID-19, O
ANTROPOCENO, AS INJUSTIÇAS
SOCIOAMBIENTAIS E A TRAGÉDIA
POLÍTICA NO BRASIL.....99

Gustavo Ferreira da Costa Lima

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E RURAIS
EM TEMPOS DE PANDEMIA116

Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Rita de Cássia Melo

Santos, Patrícia Alves Ramiro, Mércia Rejane Rangel

Batista e Alane Maria Silva de Lima

A PANDEMIA E AS NOSSAS
DESIGUALDADES DURADOURAS.....139

Rogério de Souza Medeiros

‘EL DÍA EN QUE TODO SE MOVIÓ’:
NOTAS SOBRE A PANDEMIA
NO MÉXICO166
Cristina Matos

**III Antropologia,
corpo e saúde**

ANTROPOLOGIA EM TEMPO REAL:
URGÊNCIAS ETNOGRÁFICAS
NA PANDEMIA181
Sônia Weidner Maluf

ANTROPOLOGIA, SAÚDE E CUIDADOS
EM TEMPOS DE PANDEMIA198
*Ednalva Neves, Luziana Silva, Marcia Longhi, Mônica
Franch e Pedro Nascimento*

IV Experiências e urgências das práticas acadêmicas

DIÁRIOS DE EXTENSÃO EM TEMPOS DE
EXCEÇÃO: O PROJETO “HISTÓRIAS DE
QUILOMBO” NA PANDEMIA225
*Aina Guimarães Azevedo, Aline Paixão e Patricia dos
Santos Pinheiro*

NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL
NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA.....240
Tássia Rabelo de Pinho

SOBRE OS AUTORES
E AS AUTORAS.....259

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA PANDEMIA: ações e reflexões

É com imensa satisfação que trazemos ao debate acadêmico esta publicação do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docentes das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, além de colaboradores/as externos e internos à instituição, contribuem aqui com suas reflexões em busca da análise crítica do momento vivido no mundo em decorrência da covid-19, com ênfase especial para a situação brasileira.

O contexto de produção dos capítulos que compõem esta coletânea foi marcado pelo impacto que a pandemia da covid-19 teve tanto nos nossos contextos imediatos de vida e de trabalho como no mundo social mais abrangente. Em 11 de março de 2020, quando Tedros Adhanom Ghebreyesus,

diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou em coletiva de imprensa o estado de pandemia para a situação provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), a doença já havia sido identificada em 115 países, tendo até então ocasionado 4.291 mortes. A presença dessa ameaça no Brasil, entretanto, ainda era incipiente: o registro do primeiro caso de covid-19 foi feito em 26 de fevereiro de 2020, e o primeiro óbito foi registrado em 15 de março de 2020. No dia em que escrevemos esta apresentação (14 de agosto de 2021), o país tem 20.350.142 casos confirmados de covid-19 e já perdeu oficialmente 568.788 vidas para a doença. No mundo, são 204.644.849 os casos confirmados de contágio por Sars-Cov-2 e chegam a 4.323.139 as mortes provocadas pela covid-19¹, sendo o Brasil o segundo país a compor essa estatística, liderada pelos Estados Unidos. Esses números chamam a atenção para a dimensão da crise sanitária que enfrentamos, considerada por muitos como sem precedentes para as gerações atuais, e para o caráter extremo que a pandemia assumiu no Brasil, por motivos que serão devidamente discutidos neste volume.

No mundo todo, as instituições de ensino foram das mais diretamente afetadas pelas medidas sanitárias visando à contenção e à mitigação do Sars-Cov-2, e no Brasil não foi diferente. Já em março de 2020, escolas e universidades em

1 Os dados para o Brasil foram retirados da página do Conass – Conselho Nacional de Secretarias de Saúde: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/> Os dados internacionais estão disponíveis na página da Organização Mundial da Saúde: <https://covid19.who.int/>

todo o país tiveram suas atividades presenciais suspensas. As demandas pela realização do trabalho remoto impuseram uma série de mudanças no cotidiano de toda a sociedade, trazendo desafios específicos para o tripé em que repousa a universidade pública brasileira: ensino, pesquisa e extensão. Na UFPB, a suspensão das atividades presenciais ocorreu no dia 17 de março de 2020, a algumas semanas para o término do semestre de 2019.2, que foi concluído na modalidade remota. Na sequência, a resolução do Consepe nº 13/2020 aprovou a realização de um Semestre Suplementar, cabendo aos colegiados departamentais definirem os conteúdos e atividades a serem ofertadas, desde que enquadradas nos moldes de biossegurança adotados pela instituição².

Nas nossas primeiras reuniões celebradas em plataformas digitais, discutimos amplamente o conteúdo da resolução do Consepe e qual seria a atuação do DCS nesse contexto. Em abril de 2020, finalmente o colegiado do DCS optou por não oferecer, para o primeiro Semestre Suplementar, os conteúdos de suas grades curriculares, exceto disciplinas para alunos concluintes. Essa decisão se deu por entender a necessidade de um debate amplo, que incluísse não apenas o domínio de tecnologias online pelos docentes e questões pedagógicas envolvidas nessa alteração de formato de ensino, mas que avaliasse, principalmente, a condição sociocultural e

² Essa discussão é aprofundada no capítulo de autoria de Tássia Rabelo de Pinho, neste volume.

econômica dos discentes. Ainda tomados pelo impacto que o isolamento social necessário nos imputava, a construção de atividades online abertas ao público interno e externo à UFPB nos pareceu a melhor maneira de nos conectarmos de forma solidária e reflexiva às demandas do momento. Este volume recolhe algumas das iniciativas desse período, protagonizadas por docentes do DCS.

Uma das ações propostas pelo colegiado do DCS foi a realização de um ciclo de debates em que docentes pudessem trazer contribuições no âmbito de suas expertises tanto para a comunidade acadêmica quanto para o público extramuros da universidade. Naquele momento foram realizadas dez palestras, todas as terças-feiras à noite com transmissão simultânea pelo canal YouTube do DCS/UFPB³, sete delas publicadas aqui. O título do ciclo de palestras (“Ciências Sociais em Debate: crise e crítica social em tempos da covid-19”), que nomeia esta coletânea, foi sugerido pelo atual coordenador do curso de Ciências Sociais (CCS), Terence Mulhall, como uma forma de valorização e continuidade de iniciativas anteriores do CCS. Nos anos de 2002 a 2004, a coordenação do CCS, então formada por Artur Perrusi (atualmente na UFPE) e por Aécio da Silva Amaral Júnior, promoveu um ciclo de palestras intitulado “Quintas Sociais” com o objetivo de propiciar a articulação e divulgação do conhecimento produzido pelo quadro docente do DCS. Renomeado posteriormente para “Ciências

³ https://www.youtube.com/channel/UCN0_KjhbQMZ1-Orspu-vQyw/videos

Sociais em Debate”, o evento catalisou debates importantes e contou com a adesão de boa parte do corpo docente e discente vinculado ao DCS e ao CCS. A pandemia e a situação excepcional vivenciada criaram as condições para retomarmos essa importante proposta de diálogo coletivo junto ao departamento e discentes, tendo como norte questões referentes ao difícil contexto brasileiro nos primeiros tempos de uma crise que se arrastaria até o momento em que publicamos esta obra.

Além dessa iniciativa, registramos que houve a mobilização de pessoas e de grupos de pesquisa para realizar diversos tipos de atividades: palestras, minicursos, seminários, cursos de extensão, entre outros. Somente no primeiro Semestre Suplementar, o DCS ofertou 18 cursos livres, que atingiram 1.771 estudantes e envolveram 29 professores do departamento, além de convidados externos. Afora os cursos, nove projetos de extensão diretamente relacionados à covid-19 foram iniciados ou adaptados ao formato remoto nesse período, atingindo 283 estudantes e servidores. Parte dessas atividades está registrada nesta coletânea em forma de capítulos que ilustram o engajamento do corpo docente do DCS no início da pandemia.

A coletânea está dividida em quatro partes que contemplam doze capítulos. Na primeira parte, intitulada “Paixão política e fascismos”, composta por quatro capítulos, os temas perpassam a conjuntura das crises sanitária e política contemporâneas.

O primeiro capítulo, intitulado “Conjurar o medo”, de autoria de Ana Montoia, propõe a reflexão sobre a necessidade de se “expulsar” o medo que nos assola em tempos tão difíceis quanto o que vivemos, nesse misto de ascensão de governos autoritários com a crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19. A autora se fundamenta em textos clássicos da Ciência Política para proceder à sua análise sobre o modo como nos constituímos como sociedade desigual, sem condições de enfrentar sérios problemas contemporâneos tais como a produção de alimentos saudáveis, a devastação do meio ambiente e a falta de zelo pelos princípios democráticos na condução dos governos. Segundo a autora, é necessário ousar construir uma sociedade “fundamentalmente” diferente dessa que temos para conseguirmos ultrapassar todas as mazelas que lhe são tão características.

O segundo capítulo, intitulado “Notas sobre o conceito de fascismo na atualidade”, de autoria de Thiago Panica Pontes e Liana Lewis, traz um debate sobre as dificuldades encontradas nas definições de fascismo. Os autores se empenham em discutir as possibilidades de analisar os fascismos a partir das experiências concretas em que se materializam na prática política de determinadas sociedades. O fascismo é apresentado como um fenômeno “intrinsecamente polivalente” e “historicamente diverso”. A hierarquização exacerbada, a presença de um líder carismático, de governos militarizados e o forte apelo ao ultranacionalismo são pontos de

convergência para uma definição de fascismo. Na atualidade, o neoliberalismo, o ressentimento de segmentos médios, o neoconservadorismo e um persistente legado de segregação racial caracterizam as novas formas de fascismo no mundo.

O terceiro capítulo, intitulado “Revolução-restauração e bolsonarismo no Brasil”, de autoria de Luciana Aliaga, discute o conceito de revolução-restauração, de Antonio Gramsci, como ponto de partida para analisar o atual contexto de desvalorização dos consensos democráticos imposto pela ascensão de movimentos reacionários e anti-intelectualistas. A autora debate as noções de neofascismo e de profascismo, que pretendem entender o “bolsonarismo” como uma reedição do fascismo italiano no Brasil contemporâneo, e apresenta a sua análise fundamentada no citado conceito gramsciano. Para Aliaga, o bolsonarismo é uma forma política específica de gestão do poder que consiste na concretização da dialética histórica revolução-restauração, assim como foram o bonapartismo, o fascismo e o nazismo. Segundo a autora, para além da pessoa individual que lhe empresta o nome, o bolsonarismo pode ser localizado historicamente a partir das chamadas “jornadas de junho de 2013”, fruto da crise econômica, política e social instalada durante o golpe de Estado sofrido por Dilma Rousseff em 2016.

O quarto capítulo, de autoria de José Henrique Artigas de Godoy, reflete sobre as noções de negacionismo e de fascismo no contexto da pandemia. O autor aborda a relação

entre as crises das sociedades democráticas e a ascensão do fascismo na história. Godoy mobiliza em sua análise uma série de pensadores importantes dos séculos XIX e XX para esclarecer as possíveis diferenças entre “fascismo, fascismos e processos de fascistização” em andamento. O autor se fundamenta em Mannheim para quem a ideologia conservadora “envolveria uma oposição ao campo iluminista”. O neoconservadorismo traz elementos desse antigo conservadorismo e incorpora elementos neoliberais tais como o antifeminismo, o anticomunismo, a homofobia e o racismo. Godoy mostra ainda como, no Brasil, esse neoconservadorismo se prolifera por meio das chamadas “pós-verdades”, disseminadoras de contrainformação que manipulam a opinião pública para promover sentimentos como o medo, o ressentimento e a desesperança.

Na segunda parte, a coletânea aborda em quatro capítulos a questão das injustiças e desigualdades socioambientais. O quinto capítulo, de autoria de Gustavo Ferreira da Costa Lima, expressa as ideias proferidas pelo sociólogo durante sua palestra junto ao Ciclo de Debates em 2020, quando mostra como a pandemia da covid-19 no Brasil e no mundo é um problema antropogênico relacionado à expansão da economia capitalista e à exploração crescente dos recursos naturais. Além disso, o autor aborda a questão do caráter desigual do impacto da pandemia sobre as populações, afetando, especialmente, os grupos mais vulneráveis a partir

de diferentes variáveis, como idade, densidade demográfica do local de residência, situações étnicas e ambientais desfavoráveis.

Nesse sentido, o artigo de Lima dialoga diretamente com o próximo capítulo deste livro, redigido a várias mãos por Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Rita de Cássia Melo Santos, Patrícia Alves Ramiro, Mércia Rejane Rangel Batista e Alane Lima, referente à situação de populações tradicionais e rurais frente à pandemia no Brasil. Escrito a partir da experiência de minicurso com mesmo nome, o texto contribui ao debate da situação enfrentada por grupos étnicos, como ciganos e indígenas, e por camponeses assentados em áreas de reforma agrária, mostrando que, além da pandemia, tais grupos sociais sofrem ameaças cotidianas relacionadas à questão de seus territórios, espaço de vida e de trabalho.

O sétimo capítulo, de autoria de Rogério de Souza Medeiros, reproduz sua apresentação junto ao Ciclo de Debates quando articula a questão das desigualdades historicamente construídas no Brasil e o enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, a pandemia teria servido para revelar alguns aspectos dessa desigualdade nem sempre tematizados, mas que naquele momento passam a transparecer junto aos noticiários e análises da evolução da contaminação pelo vírus no país. Valendo-se do conceito de desigualdade persistente, estabelecido a partir de linhas de raça, classe, gênero e sexualidade, Medeiros propõe uma reflexão pertinente sobre nossa tolerância à morte pela covid-19.

Encerrando a parte II, o oitavo capítulo, de autoria de Cristina Matos, amplia a análise das vulnerabilidades e a pandemia a partir de questionamentos surgidos quando realizava seu estágio de pós-doutorado na cidade do México. A autora narra cenas do cotidiano num país estrangeiro em plena crise sanitária e demonstra como México e Brasil, ainda que sejam os maiores países latino-americanos e que possuam muitos problemas sociais e econômicos similares, apresentam reações diferenciadas, tanto por parte da sociedade civil, quanto pela gestão política da crise.

A terceira parte, intitulada “Antropologia, Corpo e Saúde”, contém duas contribuições disciplinarmente situadas no campo da Antropologia, e que também oferecem caminhos de entendimento para a pandemia de covid-19. No nono capítulo, que tem por título “Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia”, Sônia Weidner Maluf levanta importantes elementos da prática antropológica desenvolvida no país em meio à pandemia de covid-19, dando destaque aos desafios e às potencialidades de se fazer uma “antropologia das urgências”. Chama a atenção, assim, para a profusão de debates e análises acadêmicas mas também para as iniciativas engajadas, que implicam a procura de ações concretas junto às comunidades parceiras nas pesquisas, muitas vezes as mais afetadas pelos efeitos sanitários, sociais e econômicos da pandemia. Tomando como mote a ideia de “evento crítico” de Veena Das para definir o fenômeno pandêmico, Sônia Maluf

apresenta alguns nós críticos na produção do conhecimento, propondo uma chave de leitura da pandemia a partir das desigualdades, as políticas e as respostas. Por fim, ao discorrer sobre as diversas possibilidades de pesquisa antropológica que se colocam tanto na continuidade de pesquisas em andamento como na abertura de novos “fronts”, o artigo de Sônia é um convite para a produção de um conhecimento antropológico “em tempo real”, capaz de contribuir efetivamente para a compreensão e a ação emergencial produzidas em tempos pandêmicos.

Com o título “Antropologia, saúde e cuidados em tempos de pandemia”, o décimo capítulo, escrito por Ednalva Neves, Luziana Silva, Marcia Longhi, Mónica Franch e Pedro Nascimento, resgata quatro elementos apresentados no curso livre homônimo, ofertado por docentes vinculadas/os ao GRUPESSC – Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura, durante o Semestre Suplementar. Situado no campo da antropologia da saúde, o capítulo aborda, em primeiro lugar, e em consonância com outras análises desta coletânea, o entrelaçamento da pandemia da covid-19 com as desigualdades sociais, lançando um olhar acurado sobre as políticas sociais anteriores e contemporâneas à pandemia, e seu papel na manutenção e aprofundamento de desigualdades neste período no Brasil. Em seguida, o texto trata do tema do cuidado, que tem adquirido inegável relevância no contexto pandêmico, chamando a atenção para as dimensões interseccionais dessa

esfera fundamental para a produção e reprodução da vida humana, sobretudo em momentos de crise sanitária como o atual. O risco, enquanto categoria de entendimento apropriada pela área da saúde, também é discutido, numa análise crítica do modo de gestão da pandemia no Brasil. Por fim, o texto traz à baila uma comparação com a epidemia da aids, que assombrou o mundo quatro décadas atrás, tendo deixado “lições” que podem ser cabíveis para o presente.

Na quarta e última parte, intitulada “Experiências e urgências das práticas acadêmicas”, trazemos exemplos concretos dos desafios enfrentados pelos docentes para manterem ativas suas atividades de ensino e de extensão universitária.

O capítulo “Diários de extensão em tempos de exceção” é um belíssimo exemplo de estratégias adotadas para a manutenção de vínculos sociais, afetivos e acadêmicos construídos através da prática da extensão entre academia e sociedade civil. No texto, as autoras Aina Guimarães Azevedo, Aline Paixão e Patrícia Pinheiro dos Santos demonstram como mantiveram vivo o projeto de extensão “Histórias de Quilombo”, realizado em parceria com a comunidade quilombola Mituaçu, localizada no município de Conde, na Paraíba, durante a pandemia. Com muita criatividade e persistência, as autoras e os moradores da comunidade somam forças para impedir que o afastamento social se transforme em isolamento.

Por fim, encerramos essa coletânea com o capítulo de Tássia Rabelo de Pinho sobre a experiência do ensino remoto emergencial na Universidade Federal da Paraíba. Texto relevante para registro memorial das dificuldades vividas por docentes e discentes universitários, que ajudará o/a leitor/a a compreender melhor o contexto gerador das reflexões apresentadas neste livro.

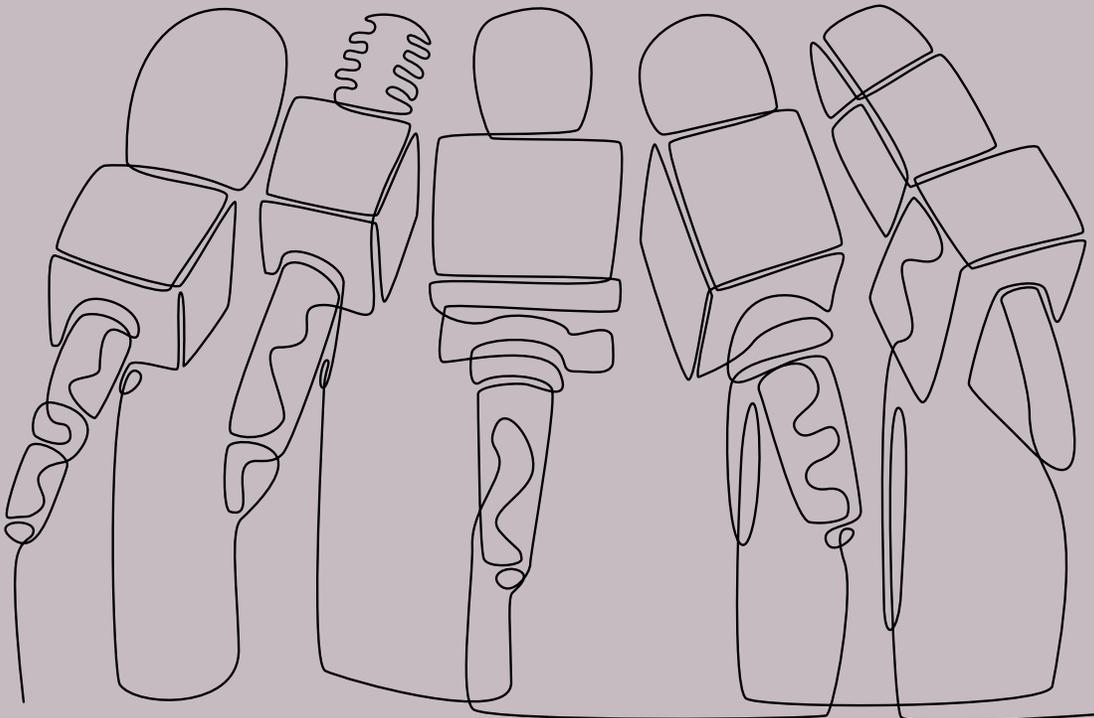
Ao passo que desejamos uma boa leitura, não podemos encerrar esta apresentação sem fazer um registro e um agradecimento. Agradecemos às/aos colegas que se engajaram nas atividades do DCS neste período tão conturbado e triste da nossa história, bem como às/aos alunas/os que nos auxiliaram a pôr em prática os diversos cursos e projetos do período aqui registrado. Um agradecimento especial a Edson José Ferreira Monteiro, servidor do DCS, que não tem medido esforços no seu apoio cotidiano nas atividades administrativas do departamento. E, por fim, registramos aqui nossa solidariedade para todas as pessoas que perderam familiares e amigos em decorrência da covid-19, com especial destaque para docentes, discentes e servidores da UFPB. Dias melhores virão!

Patrícia Alves Ramiro (Chefe do DCS 2019-2021)

Mônica Franch (Vice-chefe do DCS 2019-2021)

Ninno Amorim (Docente do DCS)

I Paixão política e fascismos



CONJURAR O MEDO

Ana Montoia

Para Roberto Romano, que “visou o veraz, mas farejando suas astúcias”, com minha mais grata lembrança.

Medo de ter medo

O medo vem me acompanhando desde a notícia da pandemia. Mais que a um sentimento (o temor), a uma angústia (a aflição), a uma paixão (o pavor), prefiro aludir a um estado de espírito, um humor específico, provocado pela apreensão viva de algum perigo. Em parte, porque o medo que me faz companhia não é algo que me tome de assalto, como uma fúria, nem me consuma e empalideça, como uma espécie de perturbação fóbica ou de prostração melancólica. Em filigrana, porém, ele continua ali, e pode, por vezes, quando me vejo impotente, abater meu espírito.

Refiro-me a um estado de espírito, também, porque não entendo confessar um temperamento, um atributo, um caráter meu próprio e distintivo. Não sou, aliás, alguém

mais amedrontado que a maioria de nós. Não lembro de ter experimentado aquele tipo de medo pânico de que alguns se queixam diante de riscos concretos ou de realidades mais opacas. Nem me deixo levar, quando a ocasião se apresenta, aos extremos insensatos que o medo provoca: não me assolam, de hábito, nem a paralisia, capaz de “pregar um homem ao chão”, tampouco o transe vergonhoso que súbito “empresta asas aos pés” dos menos valentes (MONTAIGNE [1580], 1969).

Mesmo assim, vejo-me, aos poucos, mais e mais quase sempre, vivendo em situação de medo. Há motivos razoáveis e sensíveis, e muitos, para isso. Lutos, lágrimas, dores. Talvez tenhamos nos dado conta, por esses tempos, do nosso abandono.

Também da nossa ignorância. Sabemos pouquíssimo a respeito de quase tudo. Não me refiro aos estudiosos e aos especialistas. Digo de nós, nós todos, muitos de nós...

Passada a pandemia (por que mantemos a lógica do “antes e depois”, como se o vírus tivesse nos indicado algum calendário de metas e resultados esperados?), o que advirá às sociedades, às nações, aos indivíduos? As mesmas antigas cisões e acomodamentos em nova guerra fria, como pensam alguns? A queda, quem sabe, dos muros que confinam e segregam? Teremos, pela frente, um novo mundo, renovação utópica do homem novo? Sabemos pouco, quase nada, do mundo do trabalho que hoje parece se esvaír. O que resultará da desindustrialização? O que será de um mundo de trabalhadores

reduzidos à própria vacuidade? Sabemos pouco do modo pelo qual enfrentaremos as desigualdades, o reerguimento produtivo, a relação com o meio ambiente, a produção dos nossos alimentos... Postergamos respostas às questões que caberia já termos encarado. Sobre elas, devemos admitir, especulamos bastante, mas sabemos pouco.

O problema é que o futuro não nos reserva respostas, pelo simples fato de que o modo pelo qual decidimos ontem e hoje condescender ou, ao contrário, coibir o que há de vicioso e injusto entre nós é que nos diria, caso tivéssemos nos empenhado, do mundo que nos espera amanhã...

Bastamo-nos em descrever o fenômeno com a razão rasa a que nos habituamos: são as razões do neoliberalismo, bradamos! Razões cruéis e estúpidas, acrescentamos. Nomear o diabo e vilipendia-lo traz conforto a nossa consciência adormecida, mas não nos exime de conhecê-lo (nem ao inferno!), não consola nossa tristeza e não avança uma vírgula na compreensão do problema...

A questão mais importante, esta, precisa de resposta sólida e urgente: abandonamos o controle sobre nossas vidas. Qual malícia nos impeliu a isso? Em que momento aderimos à ficção de uma sociabilidade humana fundada na utopia dogmática da autorregulação do mercado? Como se explica nossa crença na especiosa ilusão liberal de que estaríamos livres das amarras dos tiranos porque a economia, sua métrica e seus técnicos, passariam a ordenar nossas relações? Com quais

argumentos, e atendendo a quais anseios, decidimos apostar que o nosso mundo seria o da “organização”, resultado de uma mão invisível, ou de uma ordem espontânea – e nem por isso, lembremos, natural? (POLANYI [1944], 1980) E, enfim, dito de outro modo, mais grave e mais embaraçoso: em que momento consideramos beatamente que poderíamos prescindir da Política?

A pandemia – seria mais acertado dizer “a pandemia que produzimos e o modo pelo qual reagimos à tragédia” –, mais que qualquer revolução conhecida, ecoou aos quatro ventos a violência e a crueldade alojadas naquilo que nos forma e modela profundamente e nos constrangeu a encarar a (in)consciência que nossas sociedades têm de si mesmas. O surpreendente é que parecemos ignorar aquilo que tão radicalmente nos molda. As chagas foram expostas, as feridas abertas, a tristeza e o luto desumanamente não compartilhados nos afligem, mas dessa autoconsciência societária continuamos falhos, como continuamos inscientes do sujeito que somos, o que, claro, faz duvidar da sobrevida de sociedades autônomas como são as nossas. Já fomos hostis a esse conhecimento e já fomos benévolos, também. Tornamo-nos, porém, reticentes e, por fim, perigosamente indiferentes a essa ciência do que somos.

“Desencrustrado” o mundo da produção das coisas do tecido social, como demonstrou Karl Polanyi, “desencrustramo-nos” também de nós mesmos e dos outros.

Ao cabo, sabemos pouco desse estado de impotência a que fomos submetidos ou ao qual nos entregamos.

Isso explica, talvez, meu estado de espírito. Por isso, eu pensei que imperioso era compreender. E perguntar, ao menos, se o medo pode ser conjurado.

Como chegamos aqui?

Hoje, as agruras, as fragilidades e as tristezas que experimentamos não nos pertencem, nem nos tornam singulares. São o resultado, não de nossa história individual, antes a expressão mais nítida da tragédia coletiva, do fracasso de nossas sociedades a nos fazer viver em comum. Não temos, hoje, tribunal ao qual apelar, como não temos amigo a quem visitar. O mundo que nós criamos nos abandonou. Estamos em crise, porque este mundo é crítico.

Eis porque experimentamos o medo. Sofremos deste medo, como sofremos deste mundo que construímos. Mas, que mundo é este? Sou bem avessa a prefixos ou sufixos acrescentados aos nossos conceitos já bem definidos. Mas não há, creio, equívoco algum em definir o mundo contemporâneo como um mundo neoliberal. O prefixo é aqui pertinente: nosso mundo contemporâneo é, em muitos sentidos, um mundo liberal. Portanto, embora novo, o ideário padece dos males do antigo...

Lembremos que este liberalismo de “novo tipo” se constituiu como reação à profunda estocada antiliberal conhecida desde o início da Grande Guerra. Seu primeiro impulso ecoava a inquietação das duas ou três décadas assombrosas do século XX, que veriam se instalar os totalitarismos. O remédio contra o mal fora exposto já dois séculos antes: buscar nos indivíduos proprietários, livres e igualizados pelo mercado, a salvaguarda contra o arbítrio autoritário. Desacreditada a fórmula, nossos arranjos societários escolheram uma saída fundada no “crescimento” econômico. Não durou muito: esses anos ficaram conhecidos, sob os moldes da soberania do Estado-nação e da social-democracia, como os “30 gloriosos” que se seguiram à Segunda Guerra. Chegamos, nesses passos aqui mal e mal-ajambrados, ao final do século XX. Foi então que as sociedades de indivíduos que são as nossas, em um mundo desta feita globalizado, encontrou ocasião para radicalizar a velha ficção do ideário: rejeitamos o mundo da vontade política para nos entregar ao mundo do automatismo social. Triste ilusão... O novo liberalismo, destituído, como é, do princípio igualitário democrático, revela um logro inédito: à autorregulação dos mercados, como diz um analista, veio acoplar-se de modo assombroso a mais completa impotência coletiva.

Como foi possível que chegássemos até aqui? Creio poder afirmar que o liberalismo, neste longo percurso, constituiu seu ideário hegemônico – no sentido de corpo de ideias que fazem funcionar e dão estrutura a uma determinada

visão de mundo – porque correspondeu, de fato, e de modo credível, ao modo de funcionamento das nossas sociedades contemporâneas: ele opera ancorado na mais profunda aversão ao princípio de uma sociabilidade natural ao homem, isto é, algo perfeitamente impresso em sua natureza de seres essencialmente sociais. Ao contrário, este corpo de ideias orienta-se pela percepção de que o viver em comum é o resultado de uma inter-ação entre indivíduos, da qual a engenhosa formulação do “entre-dois” de Hannah Arendt permite apreender os principais traços. É o substrato desse ideário liberal modelado a partir do século XVII que convém inquirir.

A antropologia liberal e a paixão do medo

Como todo ideário, este também tem um fundamento, um solo, um alicerce antropológico. Uma compreensão, enfim, do que seja o homem – o indivíduo livre e proprietário – assentada sobre três pressupostos que não deixam de expressar, ainda que com inquietude ou perplexidade, sua ambivalência.

O primeiro pressuposto afirma que o indivíduo é um ser portador de direitos. É preciso levar a afirmação a sério: tais direitos – à vida, à propriedade e à liberdade – são individuais, naturais e inalienáveis. O que permite, certamente, que nos protejamos das tiranias, o que não é pouca coisa (o século XVIII entenderá perfeitamente a potencialidade revolucionária

desse pensamento resistente ao poder, a todo poder). Tais direitos individuais, porém, são muito mais que simples escudo protetor; são, efetivamente, uma filosofia, quase uma metafísica, segundo alguns. Supõem que só se é plenamente humano quando a vida de cada um, sua propriedade e a liberdade de que dispõe fazem um só, conformam um indivíduo pleno. De fato, o pensamento liberal em seu nascedouro, para dizê-lo de modo muito breve, de Locke a Montesquieu, passando pelas cartas modernas do direito, é antes de tudo uma formulação jurídica. Nela, Lei e Direito não são a mera expressão normativa do viver em comum. Muito mais, eles modelam a comunidade política, isto é, entendamo-nos bem, Lei e Direito constituem e também destituem, sedimentam e fragilizam, nomeiam e silenciam, vigiam e velam, governam e abandonam, liberam e excluem do corpo societário os homens e também os vínculos que estabelecem entre si.

O segundo pressuposto liberal, sobre o qual não me estendo, é que nossas sociedades são sociedades de história. Não é dizer pouco. Significa que somos indivíduos no tempo, mas não prisioneiros dele. Significa que podemos projetar o que está por vir. Significa que podemos abandonar o presente, sem temer o eterno retorno ao caos primordial. Somos, por isso mesmo, inventores de nossas próprias tradições e artesãos de nossas próprias potencialidades.

Por fim, o terceiro pressuposto liberal é o que mais me interessa, aqui. E não é nada original: claramente herdado

do mecanicismo materialista do século XVII, afirma que os homens são seres de paixões (de pathos, aquilo que faz padecer, sofrer, o que se experimenta, o que afeta). São os afectos, do corpo e da alma, poderíamos dizer. Aquilo que meus sentidos padecem quando experimento o mundo. Somos tomados pelas paixões, dirá Spinoza, ora aquelas tristes, ora aquelas alegres. A expressão maior das primeiras é o medo, como sabia Maquiavel. Das segundas, seu antídoto: a esperança. Mas, atenção: um e outro não são bons, nem ruins, em si mesmos. Indicam, ambos, nossa fragilidade. Por isso, importa-nos ser, ao mesmo tempo, liberados do medo e menos dependentes da esperança (SPINOZA [1670], 2014, cap. XVI).

Spinoza retoma Hobbes, seu contemporâneo: certos “desejos e outras paixões dos homens”, tais como a “agressiva busca de riquezas, glória e domínio”, são equilibrados por aquelas outras “paixões que inclinam os homens para a Paz”. São, para o inglês, as paixões “razoáveis”:

o medo da morte violenta – a paixão vital; mas também o desejo das coisas necessárias para um cômodo viver; e a esperança de vir a obtê-las por sua própria indústria (HOBBES [1651], 2003, cap. 13, §14).

Se há muitas proximidades entre a mecânica das paixões em Hobbes e em Spinoza, o mesmo não se dirá de suas derivações políticas, que não arrolo aqui. De todo modo, talvez se possa afirmar a grandeza moral do esforço dos dois

autores em busca de conjurar o mal e, dos males, o mal maior – o medo, “a coisa que mais tenho medo nesse mundo”, como diria Montaigne.

Há uma severa inquietude, nesse desafio. E não serão poucas as aporias que dele se desprenderão. Incluídas as trágicas.

A inquietude e a conjuração do medo

Quero retomar o terceiro pressuposto liberal indicado lá atrás: os homens são todos (à exceção dos loucos e das crianças) aptos ao entendimento, isto é, seres racionais, capazes não apenas de cálculo, mas de previsão. São, sobretudo, isto é um verdadeiro paradigma liberal, seres de infatigável labor, capazes de constituírem esse artifício engenhoso e *sui generis* que Adam Ferguson chamou, em meados do século XVIII, *civil society*, muito mais o resultado espontâneo da ação dos indivíduos, que a execução projetada de um desígnio humano.

Disso não se conclui que os indivíduos do liberalismo tenham nulificado suas paixões, ou que não sejam do mesmo modo movidos pelos desejos e apetites, ou, ao contrário, pelas aversões (de que o medo pode ser uma expressão) que experimentam. É esta, exatamente, a definição que dá Montesquieu do medo: “uma paixão rudimentar que arrebatava o homem” e que “consiste na aversão, ligada à suposição de ser objeto de um mal provocado por algo ou por alguém”

(MONTESQUIEU [1721], 2009, LXXI). Estão ainda mais submetidos a ela aqueles muitos que vivem na incerteza e na precariedade de um “regime que funciona pelo rigor dos suplícios” e que “pratica uma justiça muito expedita, pois os mesmos homens são legisladores e juízes” (MONTESQUIEU [1748], 1973, VI, 5, 9).

Também Locke já sustentava que os homens são naturalmente movidos por apetites e aversões, e que os apetites são tão ardentes (o amor pelo poder, por exemplo) que se fossem deixados a seu próprio impulso natural levariam à subversão da propriedade e, com ela, de toda a moralidade. Cito:

[na ausência de um poder que lhes seja superior, a propriedade de cada homem] é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada (LOCKE [1690], 1973, §123).

Vejamos: estabelecida de forma pacífica, segundo Locke, a legitimidade da propriedade privada, da herança, do comércio e do dinheiro, decorre a necessidade de resguardá-los firmemente contra a incerteza, de um modo geral, e contra a inconstância do homem, em particular. Virá então o trust, o acordo, fundado no consentimento e na confiança, destinado a remover os inconvenientes da vida em sociedade, impressos na

própria natureza humana: ambição, inveja, insensatez, tibieza, crueldade...

O ideário liberal revela, de fato, incongruências notáveis no que diz respeito ao papel dos afetos e dos sentimentos na ordenação das sociedades humanas. Há um jogo interno de argumentos, que não podemos acompanhar aqui. Basta-nos apontar a proverbial prudência de Montesquieu. O medo faz funcionar o governo despótico, mas não pode ser, a falar propriamente, um princípio, como o são a virtude e a honra para as repúblicas e para as monarquias. Nestes regimes monstruosos, o que vige é a deformidade: exige-se obediência extrema à vontade de um só, o ditador. Súditos e soberanos, por fim, vivem ambos sob o mesmo temor da morte violenta. Os primeiros, da crueldade dos segundos. E os segundos, da vingança dos primeiros (MONTESQUIEU [1748], 1973, III, 2). Daí que Montesquieu possa oferecer a liberdade política – a segurança do cidadão, ou, ao menos, “a opinião que tem de sua segurança” – como contraponto ao terror, este não-princípio da ação política (MONTESQUIEU [1748], 1973, XII, 2).

Ousemos

Mas, o medo que me acompanha é, também, uma força e conforma uma espécie de instinto protetor, vital. Mas, proteção, escudo, contra o quê?

Contra algo ou alguém que me traga danos, infortúnio ou mal. É o que sugere Judith Shklar e sua concepção de um “liberalismo do medo”: se os homens puderam emancipar-se das antigas servidões, é à solidão anômica, à insegurança e à institucionalização do medo que precisam hoje se contrapor, porque nada é mais aterrador que a “expectativa de uma crueldade institucionalizada” (SHKLAR [1989], 2018, p. 12).

Dito em outros termos, do medo que experimento retirei a certeza de que, se não houver Política, não haverá vida, nem propriedade, nem liberdade, porque sem ela nosso mundo seria ainda mais obscuro e não saberíamos dizer o que é uma vida digna de ser vivida.

Aprendamos – e o liberalismo tem algo a nos ensinar a esse respeito – a descartar a questão filosófica antiga e enfrentemos a nossa, própria às sociedades plurais e democráticas: não mais pensar o *summum bonum*, mas precavermo-nos, conjurando-o, contra o *summum malum*, o mal supremo de nosso medo abissal.

Não há nada no horizonte que nos permita esperar que um novo e melhor mundo nasça desse velho. Mas se quisermos, um dia, cumprir o dever moral de abandonar este presente miserável e pérfido e, por isso, inaceitável,

ousemos pensar que somos capazes de erigir uma sociedade fundamentalmente diferente desta (SHKLAR, [1989], 2018).

Recorrer à utopia será sempre necessário. O caminho será o de mobilizar a inquietude do pensamento e recorrer ao indivíduo sensível – o homem bom – para rejeitar, veementemente, “a coisa de que mais tenho medo nesse mundo”: o medo de que já estejamos habituados em demasia e nos tornado insuscetíveis à infâmia e à indignidade...

Referências

HOBBS, Thomas. **Leviatã** (ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil) [1651]. Tradução do inglês de João Paulo Monteiro e Beatriz N. da Silveira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo** [1690]. Tradução do inglês de E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MONTAIGNE, Michel de. "Do medo", **Ensaaios** [1580]. Livro I, cap. XVIII. Tradução do francês de Sergio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

MONTESQUIEU. **Cartas Persas** [1721]. Tradução do francês de Rosemary C. Abílio. São Paulo: WMartins Fontes, 2009.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis** [1748]. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens de nossa época [1944]. Tradução do inglês de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SHKLAR, Judith. **El liberalismo del miedo** [1989]. Tradução do inglês de Ricardo Garcia Pérez. Barcelona: Herder Editorial, 2018.

SPINOZA, Baruch. Tratado Teológico-Político [1670]. Tradução do latim de J. Guinzburg e N. Cunha. In. Guinzburg, J., Cunha, N. e Romano, R. (org.). **Obra Completa**, vol. III: São Paulo: Perspectiva, 2014.

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE FASCISMO NA ATUALIDADE⁴

Thiago Panica Pontes
Liana Lewis

Nunca Reich mostra-se maior pensador do que quando recusa invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, e exige uma explicação pelo desejo, em termos de desejo: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo num certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isso que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 47).

⁴ Este capítulo é fruto de reflexões advindas de questões abordadas no curso livre, ministrado pelos autores, intitulado “Leituras selecionadas sobre o autoritarismo”. Nossos sinceros agradecimentos a todas as alunas e alunos que dele participaram, e com quem amadurecemos muitas das ideias aqui exploradas.

Introdução

Poucos conceitos se mostram tão infensos a uma definição razoavelmente unívoca como o de fascismo, o que chama ainda mais a atenção se considerarmos a relativa concordância acerca da iniludível fisionomia que marca determinados fatos ou momentos históricos assim caracterizados. Por essa razão mesma, não nos causa estranhamento que suas manifestações na atualidade apresentem ainda mais dificuldades quanto ao recurso a uma tal definição na medida em que elas não se encontram mais historicamente enraizadas naquilo que Ernst Nolte (1969) caracteriza como a “era do fascismo”, e portanto no berço de sua máxima tipicidade histórica.

Essas dificuldades, contudo, não nos devem afastar do lúcido reconhecimento de que a democracia não é o único regime compatível com a modernidade. Como nos adverte Michael Mann (2004), é preciso levar o fascismo a sério como possibilidade latente inscrita no “coração da modernidade”, ao mesmo tempo como sintoma e tentativa de resposta a problemas que lhe são fundantes, e com os quais mesmo Durkheim já se deparava no essencial de suas preocupações. O que segue é uma reflexão preliminar nessa direção que tem como intuito contribuir com o esforço de reflexão coletiva constituído por essa coletânea.

Algumas considerações epistemológicas

As intermináveis discussões em torno da plurivocidade presente nos usos do conceito de fascismo se devem a uma série de razões, das quais destacaremos apenas aquelas que mais importam à nossa reflexão acerca de sua pertinência para a compreensão sócio-histórica de nosso tempo presente. A primeira dessas razões é da ordem dos pressupostos normativos e dos afetos inerentes à sua mobilização. Nunca é demais lembrar que, além da densidade histórica, sua pesada carga hermenêutica extravasa o domínio semântico e adentra o pragmático, manifestando uma intensa força ilocutória, de qualificação-acusação política e demarcação de possíveis alianças ou adversários a serem combatidos (inclusive as vias de se empreender um tal combate frente a um adversário assim classificado). Os debates concernentes à interpretação do bolsonarismo como movimento de orientação fascista – apenas para ficarmos com a expressão no país de um fenômeno global, e não apenas ocidental – expõem de modo cristalino tudo o que está em jogo.

Mas é *a fortiori* nesses momentos que se faz necessário retomar as clássicas lições da Sociologia e aduzir que nossa inerência histórica enquanto experiência primeira, não obstante sua inevitabilidade como ponto de partida, deve ser epistemologicamente superada por meio da construção racionalmente autoconsciente e metodicamente controlada do fenômeno sobre o qual nos debruçamos. Não se trata de purismo intelectualista, mas de evitar os incontáveis obstáculos epistemológicos

que impregnam as concepções afetivamente sedimentadas sob as quais o mundo social se apresenta para nós. Assim procedendo, forneceremos subsídios para a ação que não sejam movidos pela simples força dos afetos ou pelo voluntarismo dos impulsos, mas *racionalmente fundamentados*. E estaremos também nos afastando do triste espetáculo que testemunhamos do crescente anti-intelectualismo do ressentimento que infelizmente a muitos tem acometido, tornando-os cada vez mais o próprio espelho invertido do que afirmam combater.

A segunda das razões da polissemia que dá corpo ao conceito se encontra na diversidade dos *objetivos da investigação*. As infundáveis discussões sobre a maior ou menor pertinência de uma definição nominalista, apenas direcionada a individualidades históricas ou, pelo contrário, à busca do célebre *fascist minimum* que permita uma definição mais generalista, pressupõem na verdade o – e demandam uma *autoconsciência* do – tipo e do sentido da abordagem a ser adotada pelo pesquisador, se estudo de caso ou investigação comparativa, singularizante (buscando a *particularidade* do movimento fascista, digamos, do caso italiano) ou abrangente (sua espantosa disseminação pela Europa a partir do fim da Primeira Guerra Mundial), o que envolve uma sempre necessária seleção a partir de quadros analíticos com sentidos diferentes e muitas vezes pouco compatíveis entre si. A escala de investigação que necessária ainda que inconscientemente adotamos macro ou microsocialógica, macro ou micro-

histórica, gera efeitos de conhecimento e horizontes de referência consideravelmente distintos (REVEL, 1998).

A terceira delas está na própria *natureza do objeto* a que nos referimos (personalidades, grupos paramilitares, movimentos, organizações, partidos, regimes etc.), de modo que é possível, por exemplo, falarmos em movimentos fascistas no interior de sociedades democráticas, de personalidades fascistas no seio de partidos conservadores, governos fascistas atuando no seio de um Estado democrático de direito (e corroendo sua institucionalidade por dentro mas não sem resistências), da implementação de dispositivos legais com caráter fascista no interior de ordenamentos jurídicos liberais, ou mesmo, o que é mais sutil mas não menos necessário para uma adequada interpretação do fenômeno, de traços, tendências ou processos de fascistização que, insinuando suas formas no tecido social, não se tornaram (num partido, num Estado, numa sociedade etc.) ainda ou necessariamente hegemônicas. Se o fascismo é um fenômeno que pressupõe em geral uma crise do ordenamento liberal moderno contra o qual se direciona, a complexidade das sociedades contemporâneas nos impele a redobrar a ciência desse discernimento analítico.

Chegamos, enfim, ao último mas não menos importante ponto dessas considerações epistemológicas. A auto-compreensão do uso que fazemos do conceito de fascismo nos conduz ao reconhecimento de que ele não é essencialmente diferente do que fazemos com outros constructos conceituais

historicamente importantes. Claro, ao utilizá-lo, podemos estar nos referindo à era na qual emergiu enquanto fenômeno de massas pela primeira vez na história, ou seja, nas décadas de 1920 e 1930 na Europa, reverberando algumas de suas características (mas não o fenômeno em sua globalidade), por exemplo, para as formas conservadoras e autoritárias de modernização dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil (TRINDADE, 2000).

Ao mesmo tempo, supor que o conceito deve ser empregado exclusivamente no que diz respeito ao momento histórico no qual se originou equivale a uma incompreensão dos próprios usos que fazemos, na verdade, de praticamente todos os conceitos analiticamente pertinentes (e.g. “liberalismo”, “parlamentarismo”, “monarquismo”, “socialismo” etc.) (NOLTE, 1969, p. 34). Esse reducionismo de nosso potencial interpretativo pressuporia não apenas um nacionalismo metodológico como, por exemplo, aquele subjacente a muitos critérios de definição do objeto e análise do fascismo no séc. XX, como, na verdade, implicaria o desconhecimento do estatuto ideal-típico de tais categorias e sua importância para nossa compreensão histórica em geral (WEBER, 1965).

É bem verdade que essa preocupação restritiva se manifesta sempre em contraposição aos abusos epistêmicos e usos políticos que acabam por deformar sua eficácia científica. Com isso em mente, e consoante à nossa argumentação até aqui, mobilizar o conceito de fascismo de forma cientificamente

pertinente para a compreensão da especificidade de nosso atual momento histórico significa combinar rigor em sua determinação, autoconsciência metodológica quanto ao uso a que o conceito se destina (e que envolve um maior ou menor escopo histórico), além de precisão e consistência empírica no desvelamento dos fenômenos aos quais projeta seu potencial interpretativo.

Um fenômeno intrinsecamente polivalente e historicamente diverso

Sem pretender abordar cada uma de suas diversas vias de interpretação possíveis (fascismo como ditadura da burguesia, modernização conservadora, ou autoritária, ideologia pequeno-burguesa, totalitarismo, sua expressão “típica”, “atípica”, ou “dependente” no caso dos países periféricos etc.), podemos destacar alguns elementos que as atravessam e que, embora de modo algum exaustivos, se mostram especialmente importantes para sua caracterização.

Os traços gerais que marcam a fisionomia do fascismo⁵ convergem na direção de um ultranacionalismo constitutivamente agonístico e hipermilitarizado que, conforme os casos de êxito histórico, tende a se consolidar institucional-

5 Não há espaço para abordarmos as discussões que envolvem a especificidade do fascismo em relação ao nazismo, o primeiro mais centrado no Estado-nação e o segundo em uma concepção racializada de povo como seu fundamento. Para nossos propósitos é suficiente considerar a categoria de fascismo como manifestação mais geral do que o nazismo é um caso particular e que o leva ao extremo.

mente pela monopolização do aparelho de Estado por um partido único, igualmente militarizado. Sua forte hierarquização organizacional tende a centrar-se na figura pessoal de uma liderança carismática que busca fundar sua legitimidade enquanto representante *direto* da vontade geral da nação coletivamente unificada e de cuja mobilização permanente dos afetos, como massa, extrai sua força.

Esse movimento de refundação das bases do Estado altera, na verdade, o próprio sentido do Estado que se torna, assim, o portador de um “projeto moral”, ou seja, o impulsionador de um desenvolvimento não somente econômico e social como, indissociavelmente, de um renascimento espiritual (MANN, 2004). Esse ideal de “regeneração nacional” resulta de uma dupla negação política: de um lado, do individualismo liberal burguês característico dos regimes democráticos, estes fundados sobre a pluralidade de representações e de valores assim como sobre a legitimidade da manifestação de interesses diversos e “divisivos”; de outro, do que as lideranças e ideólogos fascistas consideram como os efeitos nocivos e desagregadores advindos da luta de classes, que seria por sua vez promovida pelas bandeiras socialista e comunista, as quais compartilhariam com o liberalismo ao qual se opõem o mesmo desvirtuamento materialista da comunidade pátria. Importante reforçar que, por consequência, estes antiliberalismo e anticomunismo não ocorrem no âmbito exclusivamente político ou econômico, mas implicam igualmente uma reorganização social (por exemplo,

pela canalização dos conflitos de classe para corporações reguladas pelo poder do Estado) e uma refundação moral do corpo da nação⁶.

Essa autorrepresentação coletiva sob a forma de um indivisível organismo nacional-popular é protagonizada pela autoafirmação de uma hegemonia racial branca, que se expressa através da hostilidade em relação a grupos minoritários (o antissemitismo, expressão maior desse padrão, pode ser funcionalmente substituído por outras minorias étnicas ou políticas, em especial marxistas), geralmente alçados a inimigos internos corrosivos da unidade e da força nacionais. Essa hostilidade é ideologicamente justificada e difundida por meio de uma *inversão narrativa* que apela, por um lado, à vitimização dos grupos dominantes e, por outro, ao darwinismo social sob a forma de um elitismo e de uma liderança “naturais” em todas as esferas da vida, do lar às fábricas, culminando na liderança política e, como efeito, na legitimidade, ou mesmo na própria necessidade, das hierarquias socioeconômicas tradicionais e na sua obediência.

Ademais, o uso intensivo dos meios de comunicação de massa para a difusão de propagandas (incluindo a desinformação sistemática) permite a reprodução em larga

⁶ Não é o caso de adentrarmos a polêmica em torno de se incluir em sua caracterização o “anticonservadorismo”, tornado ainda mais problemático pela necessidade de aliança com grupos conservadores no poder (PAYNE, 1980, p. 6-7).

escala de um contínuo trabalho ideológico⁷. A promoção da ideia de um “novo homem” representante de uma “nova cultura” é viabilizada através da afirmação de uma hipermasculinidade heroica e conquistadora, cuja ostentação de virilidade, representada pelos valores militares e pelo ideal de juventude em sua força e idealismo, é espiritualmente revestida por uma metafísica pulsional vitalista, anti-intelectualista e antirracionalista – e.g. o ideal do professor como soldado – que culmina, como sua máxima expressão, na glorificação da violência. Esta é não apenas autorizada pela mencionada narrativa de autovitimização – consumada por forças moralmente feminilizantes, emasculantes, egoístas e desagregadoras – como justificada pelo desempenho de um papel purificador em relação a um presente decadente, e ao mesmo tempo expressando o desejo de restauração de uma comunidade mítica, ou de regresso a uma essência perdida, na qual a força da coletividade resgata sua primazia em relação tanto aos indivíduos como a princípios racionais universalmente vazios (democráticos e humanistas), comunidade originária pervertida por toda ordem de perfídia, compromissos parlamentares sujos, explosão de crimes e de uma corrupção a um só tempo material e moral.

⁷ Não há consenso se, apesar dessa tentativa de controle de todos os domínios da vida social, reduzidos a subsistemas no seio do sistema político, o fascismo pode ser caracterizado como necessariamente ou intrinsecamente totalitário, ou apenas sua variante nazista, como argumentado, por exemplo, por Hannah Arendt (2017).

O papel funcional de *inimigo* desta restauração da vocação nacional à grandeza é social e narrativamente preenchido não apenas por grupos internos (diversos conforme as especificidades históricas e nacionais) como, na verdade de modo complementar, por forças externas, o que resulta numa mobilização permanente, simultaneamente afetiva, estética e moral, para a guerra, mobilização que é constitutiva de um padrão imperialista de se relacionar internacionalmente, com efeito em tudo homólogo ao ideal do “novo homem” a ser cultivado internamente.

Dois últimos pontos são particularmente importantes para a compreensão de nossa reflexão. O primeiro deles é que, independentemente do modo como seja interpretado e dos elementos priorizados para sua definição, o fascismo não é redutível a mero epifenômeno de outras forças sociais. Se é verdade que parecem de difícil contestação as evidências da importância da pequena burguesia para sua emergência histórica, assim como a observada ‘afinidade eletiva’ entre esse imaginário político e sua vinculação estrutural, também é bastante documentada sua irradiação por todo o tecido social, autonomizando-se simbolicamente das bases que lhe deram origem. O fascismo é tanto resultado de outras causas como passa a constituir, uma vez posto em movimento, suas próprias

agências socializadoras, em especial – mas não apenas – os grupos paramilitares (MANN, 2004, p. 28)⁸.

O segundo é que o fascismo é caracterizado por uma dinâmica societal que tem de ser analisada para além da cristalização em períodos históricos específicos. Assim, Paxton (1998) sugere que o compreendamos em movimento, valorizando o *processo* no lugar da busca por essências. Segundo o autor, o fascismo só pode surgir onde a democracia é suficientemente estruturada a ponto de originar desilusões. Por isso, devemos direcionar nosso olhar para as condições e circunstâncias que o favorecem – como a polarização dentro da sociedade civil e impasses dentro do sistema político, razão pela qual, por exemplo, os líderes fascistas que ascenderam ao poder têm estado historicamente condenados a governar com as elites conservadoras que teriam possibilitado tal ascensão.

Considerações sobre a atualidade

Ainda em fins do séc. XX, Walter Laqueur observava que “o novo fascismo apenas pode acumular forças quando se ajusta às novas condições” (LAQUEUR, 1996, p. 93, trad. nossa). Hoje, elas se transformaram ainda mais.

8 Os grupos paramilitares, além de constituírem um espaço de camaradagem, uma espécie de pedagogia da violência afirmativa da masculinidade de jovens arregimentados como seguidores do líder fascista, operaram, com o poder militar, como opositores a uma resolução pacífica das diferenças, representando, em última instância, a ideia de um Estado ou governo que escolheu a violência como caminho (MANN, 2004).

Argumentamos, ao início de nossa reflexão, que o conceito de fascismo pode revelar uma dupla pertinência. A primeira é aquela historicamente restrita à era histórica que lhe deu origem, e que se encerrou em 1945. A segunda, de mais difícil percepção, advém do fato de o fenômeno, assim como a força assombrosa com a qual se irradiou na Europa ao fim da Primeira Guerra, ser sintoma de crises que atingem a modernidade, e o “equilíbrio” das instituições sobre as quais ela se alicerça, em seu próprio âmago. Nos encontramos em um desses momentos.

A razão não é outra por que autores como Jason Stanley (2018) chamam a atenção para a atualidade do conceito nos Estados Unidos da “era Trump”, historicamente potencializado pela confluência entre neoliberalismo, ressentimento de segmentos médios, neoconservadorismo e um persistente legado de segregação racial (BROWN, 2019). Não há espaço para adentrarmos em detalhe, no caso do Brasil, às atuais condições a partir das quais emerge, de uma crise social, política e moral, uma “nova” coalizão política tendo como programa o regresso autoritário a um “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Elas são, no entanto, indissociáveis do legado autoritário de subalternização da “diferença” representada pelas questões de classe, raça, gênero e sexualidade, apropriadas e potencializadas por um discurso de aniquilação do outro e afirmação do protagonismo de

um “novo homem”, ou “cidadão de bem”, que opera como propulsor da agregação das massas.

A refundação da comunidade pátria sobre os escombros de uma institucionalidade democrática previamente minada é promovida através de uma espécie de populismo salvacionista e militarizado em cujo palco encontramos um jogo representacional, observado por Adorno (2006), quando o líder de orientação fascista, ao mesmo tempo em que se apresenta como um pai severo e autoritário, que exige de seus apoiadores incondicional submissão, se mostra como alguém comum, que pode ser encontrado nas situações triviais do cotidiano. Esta ambivalência, ao mesmo tempo em que assegura da parte dos seguidores uma postura dócil, mantém a ilusão/desejo de aproximação/identificação em relação ao líder fascista bem como seus afetos sempre mobilizados.

Cada um a seu modo, tanto Bolsonaro como Trump – apenas para ficarmos nesses dois casos – falam diretamente a seus apoiadores, sem mediação institucional. A não observância de protocolos, formalidades típicas do cargo, e o lançar mão de indumentárias, linguajar e artefatos que remetem ao cotidiano das massas compõem uma dramaturgia. Ela incide diretamente na conformação de uma base de apoiadores centrada na figura de um “velho-novo” homem que, ostentando a bíblia na mão esquerda e o braço armado na direita, além de uma discursividade abrupta, curta, bélica, abertamente preconceituosa, ostensivamente vulgar e caricaturalmente rude,

é a própria reafirmação de uma dominância masculina e branca, em torno da qual se centra a restauração dos valores tradicionais de família, gênero e sexualidade, e de um darwinismo social reestabelecido pelos mecanismos de mercado.

O estímulo à formação de milícias como forma de se opor à institucionalidade, e de concorrer com o monopólio da violência legítima do Estado, longe de uma resposta contingente a uma crise política, se encontra no cerne do projeto bolsonarista⁹. Em paralelo, seu governo tem flexibilizado procedimentos estatais de fiscalização e controle, promovendo a liberação de armas e munições para a população (em especial clubes e associações de tiro), e dificultado o rastreio pelas Forças Armadas. A oportunidade de uso dos mecanismos eleitorais institucionais combina-se à sua permanente descredibilização, acompanhada do flerte – cuja ambiguidade é estratégica – com o potencial uso da violência e de não aceitação de seus resultados.

Esse jogo com os mecanismos de poder, e o frequente teste de sua capacidade de resistência, assim como a necessidade de coalização e acomodação com outras forças econômicas, políticas e religiosas (com agendas não necessariamente compatíveis entre si, e muitas vezes concorrentes por cargos e recursos no próprio governo), sinaliza, por outro lado, os limites

⁹ Com efeito, para Michael Mann, “o que distingue essencialmente os fascistas de muitas ditaduras militares e monárquicas pelo mundo é este caráter advindo de baixo para cima e violento de seu paramilitarismo” (MANN, 2004, p. 16, tradução nossa).

do movimento bolsonarista diante das atuais circunstâncias históricas.

Por exemplo, a comunhão imediata com os afetos das massas encontrou na estrutura neopentecostal do Brasil contemporâneo, mais consolidada do que o próprio bolsonarismo, um espaço onde pôde angariar parte expressiva de seu eleitorado, a ele cedendo a base moral em cujos valores tradicionais se assentariam a limpeza moral e a regeneração da nação. Da mesma forma, no campo econômico, o movimento bolsonarista cedeu ao mercado o controle de sua orientação econômica (não conciliável, por exemplo, com o desenvolvimentismo de segmentos militares que também compõem o governo), sem que, também neste caso, haja uma conexão objetivamente necessária para além de laços entre pontos de identificação e conjuntura nacional.

Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2017), de acordo com os eventos históricos que têm tomado conta do país desde a ascensão da extrema-direita, estaríamos vivenciando não um Estado fascista, mas uma “democracia de baixa intensidade”, marcada por um processo de crescente fascistização da sociedade vinculado a uma exponencial retirada de direitos e precarização das condições de existência de grupos subalternizados. Nesse sentido, permanece atual a lembrança de Florestan Fernandes (2015) de que entre as condições para o fascismo na América Latina se encontra a posição mundialmente periférica, econômica, política e culturalmente

subordinada de nossos segmentos dominantes, razão pela qual, entre nós, os elementos diacríticos do patriotismo militarizado são utilizados como forma de unificação das massas, ao mesmo tempo em que se mantém o compromisso de submissão ante as forças hegemônicas globais.

Referências

ADORNO, Theodor. A teoria freudiana e a propaganda de adesão ao fascismo. **Margem Esquerda**, n. 7, Boitempo Editorial, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-aofascismo/>>.

ARENDT, Hannah. Totalitarismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2017.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. 2 ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: **Poder e contrapoder na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LAQUEUR, Walter. **Fascism: past, present, future**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1996.

MANN, Michael. **Fascists**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NOLTE, Ernst. **Three faces of fascism: action française, italian fascism, national socialism**. The New American Library: New York; Toronto, 1969.

PAXTON, Robert O. The Five Stages of Fascism. **The Journal of Modern History**, Vol. 70, No. 1, Mar., 1998.

PAYNE, Stanley. **Fascism: comparison and definition**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1980.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. A democracia que temos não tem futuro – Entrevista com Boaventura de Souza Santos. **Revista Humanitas Unissinos On line**, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. São Paulo: L&PM Pocket, 2018.

TRINDADE, Hélió. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; CORAG, 2000. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap5.html>>. Acesso em Julho de 2021.

WEBER, Max. **Essais sur la théorie de la science**. Traduits et introduits par Julien Freund. Paris: Librairie Plon, 1965.

REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO E BOLSONARISMO NO BRASIL

Luciana Aliaga

Introdução

A pandemia de covid-19, que assola o mundo atualmente, coloca em relevo todas as mazelas preexistentes e nunca resolvidas no Brasil. Deste modo, violências estruturais como a insustentável concentração de renda e o aumento da miséria, o machismo e a violência de gênero, o problema do racismo e as terríveis condições sanitárias das moradias improvisadas nas periferias ganham ainda maior gravidade e evidência na medida em que incidem diretamente sobre a chance de sobrevivência da maior parte da população brasileira.

A pandemia também coloca em relevo e aprofunda os efeitos negativos de outro fenômeno preexistente: a emergência de movimentos antidemocráticos, reacionários, anti-intelectualistas e anti-humanistas, que se evidenciou no Brasil

na última década. Os primeiros sinais da erosão do consenso democrático surgiram nas mobilizações de junho de 2013 que, apesar de sua origem popular e democrática (MENDONÇA, 2018), rapidamente foram tomadas por reivindicações reacionárias pela volta da ditadura militar. As manifestações atraíram um grande número de grupos, coletivos e atores, cuja militância nas ruas, mas principalmente virtual, por meio das redes sociais, encerrou uma década de passividade social, expressando-se em uma profunda polarização política entre direita e esquerda (ROCHA, 2019), que culminou com a deposição de Dilma Rousseff da presidência da república em 2016.

Como se sabe, este não é um fenômeno apenas brasileiro, estamos passando por um reavivamento do pensamento e dos movimentos reacionários em escala internacional. Observa-se um crescente consenso popular em torno de ideias antiliberais, antidemocráticas, racistas e xenófobas e o consequente enfraquecimento do consenso democrático. Isto explica o volume da produção bibliográfica recente sobre a crise da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2019).

As atenções se voltam, neste cenário, portanto, para a compreensão da crise da democracia contemporânea ou, pode-se dizer, para a crescente desagregação do consenso democrático e, concomitantemente, para a explicação do ressurgimento de formas políticas autoritárias que se acreditava sepultadas no passado.

O fenômeno da reemergência no Brasil deste tipo específico de autoritarismo que – tal como o bonapartismo, o fascismo e o nazismo no passado – se caracteriza pela recorrente busca de apoio das massas por meio do amplo recurso à propaganda, em nosso caso, empregando especialmente as mídias digitais, tem sido chamado de “bolsonarismo”.

Em função das evidentes similaridades com formas autoritárias do passado, em especial com o fascismo italiano da primeira metade do século XX, recorre-se frequentemente a conceitos como neofascismo ou protofascismo para compreender o contexto político e social brasileiro. Neste capítulo buscaremos em primeiro lugar apresentar brevemente os principais argumentos daqueles que sustentam a interpretação do autoritarismo brasileiro como uma reedição do fascismo com novos contornos.

Em seguida pretendemos utilizar o conceito de “revolução-restauração”, formulado por A. Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo como forma específica do autoritarismo brasileiro.

Fascismo no Brasil?

Existe já uma bibliografia considerável sobre o bolsonarismo caracterizado como fascismo ou neofascismo. Vou dialogar com dois autores que têm se dedicado a uma

conceptualização: Armando Boito Jr. (2020) e Michel Löwy (2019; 2020).

Armando Boito Jr. (2020) caracteriza o movimento de apoio, assim como o governo de Bolsonaro, como neofascista. Para o autor, o fascismo teria uma validade geral como conceito, sendo, por esta razão, um equívoco confiná-lo à Itália do período entre 1919 e 1945. Deste modo, o autor argumenta que assim como o conceito de fascismo, os conceitos de democracia, monarquia e república se baseiam também em generalizações (BOITO JR, 2020).

Boito Jr. argumenta que seria “possível formar-se um movimento social fascista num regime democrático” e que também seria “possível a constituição de um governo fascista sem que ocorre[ss]e a passagem para uma ditadura fascista” (BOITO JR, 2020, p. 111). Neste sentido, “o fascismo, enquanto forma de organização do aparelho de poder de Estado, seria uma variante da forma ditatorial do Estado capitalista, ou seja, é um tipo de ditadura distinto, p. ex., da ditadura militar” (BOITO JR, 2020, p. 114). O fascismo neste sentido, como conceito, seria a forma geral, um gênero, que teria diversas “espécies” diferentes.

Michel Löwy (2015), antes do governo Bolsonaro, afirmava que a história nunca se repete, a despeito de um mesmo fenômeno poder se rerepresentar de formas diferentes na história. Nesse texto, Löwy estava pouco propenso a afirmar o neofascismo no Brasil. Para o autor, ao contrário, mais

importante para entender a extrema-direita no Brasil seria a cultura colonial “que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da descolonização” (LÖWY, 2015, p. 657).

Em 2020, contudo, o autor reformula seu parecer sobre a possibilidade de uma reedição fascista no Brasil, afirmando que “o neofascismo não seria a repetição do fascismo dos anos 1930, mas um fenômeno novo, com características do século XXI” (LÖWY, 2020, s/p.).

Apreensão do presente a partir do passado

O que esse debate torna evidente, em nosso modo de ver, é que o bolsonarismo está sendo apreendido como fascismo porque frequentemente recorremos a conhecimentos e a personalidades do passado para apreender novos fenômenos. Marx (2008) sublinha justamente como, na França do século XIX, Luís Bonaparte foi tomado pelo tio, Napoleão Bonaparte, no mesmo sentido em que Napoleão foi louvado como uma reedição de César.

No mesmo sentido, Bernardo Ricupero observa como o fascismo em seus primórdios foi entendido – por Trotsky, entre outros – como uma forma de bonapartismo. Isto é, como parte de uma “mesma família de regimes políticos, ambos sendo formas de ditaduras diretas do capital” (RICUPERO, 2019, p. 5).

Caracterizar o bolsonarismo como fascismo ou neofascismo, portanto, é um procedimento recorrente e que não está totalmente destituído de legitimidade, mas deve-se considerar sua natureza provisória porque se baseia numa analogia que ainda é muito precária em função do nível de conhecimento do fenômeno no Brasil.

A partir disso propomos duas hipóteses interpretativas:

1. O fascismo como uma “forma de organização do aparelho de poder de Estado é uma variante histórica da forma ditatorial do Estado capitalista” (BOITO JR, 2020, p. 114). O fascismo, assim como o bolsonarismo, são formas políticas específicas de gestão do poder de Estado.

2. A história não se repete porquanto cada fenômeno se realiza em profundo diálogo com a estrutura e a cultura de cada região e tempo histórico.

Revolução-restauração e bolsonarismo

Propomos entender o bolsonarismo como uma forma política específica de gestão do poder que consiste na concretização da dialética histórica revolução-restauração, assim como foram o bonapartismo, o fascismo e o nazismo.

O que a história concretamente ensina é que todas essas formas políticas autoritárias – bonapartismo, fascismo, nazismo – apresentaram três elementos constantes: 1. Uma

prévia e profunda crise econômica e uma crise de hegemonia (crise orgânica); 2. A derrota dos movimentos dos trabalhadores, movimentos populares, da esquerda; e 3. Emergência de forças reacionárias organizadas.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci, a partir da constatação da natureza “não linear e intimamente contraditória do desenvolvimento capitalista” (ROCCU, 2017, p. 545-546), formula uma “teoria” do movimento histórico que se define por períodos de expansão e inovação, que são seguidos de períodos de reação e regressão, que ele nomeará como dialética revolução-restauração.

A concepção de revolução-restauração, neste sentido, ganha generalidade como “forma” do movimento histórico mais geral e encontra seu caso mais exemplar na Revolução Francesa, cujo progresso ocorreu por fases de inovação seguidas por fases de restauração no longo período que vai de 1789 a 1871 (GRAMSCI, 2007, p. 1226; p. 1324 e p. 1361). O bonapartismo teria sido, neste sentido, um momento de conservação após a revolução.

Contudo, essa dialética inovação-conservação se concretizou de modo diferente no processo de constituição do Estado unitário na Itália (a revolução burguesa italiana), conhecido como Risorgimento. Neste caso, o momento da revolução e da expansão progressista da classe, que faz avançar toda a sociedade, é limitado e simultâneo ao da restauração, isto é, uma revolução sem revolução. Este caso particular de

concretização histórica da dialética revolução-restauração ocorre quando, no caso da Itália risorgimental (e também no período do fascismo) a gestão da crise e a manutenção da ordem são dirigidas pelas classes dominantes de um bloco histórico já existente anteriormente.

Em outros termos, a crise não é resolvida, mas é gerida a partir do alto, com o sacrifício das classes trabalhadoras e com a manutenção das classes dominantes no poder. Assim, em vez de uma nova hegemonia se afirmar, são as velhas forças que se vestem de novas roupagens e que assimilam os grupos adversários mais ativos (GRAMSCI, 2007).

A revolução-restauração é, portanto, um movimento histórico passível de generalização que se concretiza de formas diversas em casos particulares, que assumem a forma política de acordo com as condições do contexto histórico, social e político, isto é, uma forma histórica particular de realização.

Neste sentido, propomos compreender os fenômenos do nazismo e do fascismo (na Alemanha e na Itália do século XX, respectivamente), e mesmo o bonapartismo (na França do século XIX) como formas políticas específicas da dialética revolução-restauração, que podem ser definidas como respostas autoritárias com forte apelo popular às crises de hegemonia não resolvidas a partir de uma solução popular, democrática.

À guisa de conclusão

O bolsonarismo – diferentemente da personalidade individual de Jair Bolsonaro – deve ser entendido como um movimento reacionário e de massas (que congrega classes médias e classes trabalhadoras), incitado pela propagação das fake news e que emerge em função de uma crise política, econômica, social e ideológica, cujas origens podem ser identificadas em 2013. Para manter sua base social é de fundamental importância conservar esse “movimento-milícia” mobilizado e, se possível, fazê-lo crescer.

Contudo, no afã de manter-se no poder, equilibrando-se de crise em crise institucional causadas por ele próprio ou por seus ministros, vai aprofundando a crise de hegemonia, aprofundando as rachaduras no interior do bloco no poder e diminuindo a possibilidade de construção de consensos e de enfrentamento da pandemia. Bolsonaro, no movimento de agarrar-se ao poder, aprofunda, portanto, a crise política, econômica e sanitária, permitindo e mesmo contribuindo para a morte de milhares de pessoas, despertando forças reacionárias que não será capaz de controlar.

Referências

BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n.50, p.111-119, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Blog da Boitempo**. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In. MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Rev. bras. Ciências Sociais** [online]. 2018, vol. 33, n. 98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000300501&lng=en&nrm=iso

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises of Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2019.

RICUPERO, Bernardo. Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o bolsonarismo. **Revista Carta Maior**, 11/12/2019. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Notas-sobre-o-bonapartismo-o-fascismo-e-o-bolsonarismo/4/46033>. Consultado em 24/06/2020.

ROCCU, Roberto. Passive revolution revisited: From the Prison Notebooks to our 'great and terrible world'. **Capital & Class**, Vol. 41(3), 2017.

ROCHA, Camila. 'Imposto é roubo!' A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

NEGACIONISMO E FASCISMO EM CONTEXTO DE PANDEMIA

José Henrique Artigas de Godoy

A crise das democracias liberais e o espectro do fascismo

A confiança na ciência está cada dia menor. A pós-verdade, o negacionismo, o revisionismo histórico, as fake news são sintomas reflexos da avassaladora onda neoconservadora global, anticientificista, anti-intelectualista e antirracionalista, originada de um pensamento reacionário distinto daquele professado pelas matrizes ideológicas do pensamento conservador, referenciadas na crítica paradigmática à modernidade formulada por Edmund Burke ([1790] 2017).

O neoconservadorismo atual emerge em conexão com o capitalismo financeirizado neoliberal, sob os auspícios das doutrinas Reagan e Bush. Este neoconservadorismo vem sendo combustível para a crise de representação vivenciada nas democracias liberais, marcada pelo recrudescimento de

lideranças políticas de tendências autocráticas e intolerantes (LACERDA, 2019). O neoconservadorismo neoliberal vem suscitando vínculos com o fascismo, contudo, sob um referencial totalitário diverso, regido não mais pelo Estado, mas pelo mercado, hegemonizado pelas grandes corporações da finança internacional (CHAUI, 2019).

A realidade de avanço autoritário sobre as mais desenvolvidas nações do mundo desmentiu o argumento da inevitabilidade da democracia liberal (MOUNK, 2019). Mesmo em face da manutenção de parâmetros minimalistas procedimentais democráticos, o avanço autoritário vem acendendo sinais de alerta entre os intérpretes liberais (ALBRIGHT, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2019; RUNCIMAN, 2018). A “democracia iliberal” de Viktor Orbán (MOUNK, 2019) vem comprovando a falaciosa associação mecânica entre democracia e liberalismo, como se o liberalismo não convivesse com regimes autoritários e como se a democracia só pudesse se afirmar sob o liberalismo.

Incapazes de descrever a conjuntura atual em termos categóricos e conceituais objetivos, muitos autores vêm lançando mão de subterfúgios explicativos de teor retórico, abusando de metáforas e figuras de linguagem ao atribuírem conteúdos fisiológicos e psicológicos à democracia, daí falar-se em fadiga da democracia (APPADURAI, 2019), democracia cansada (CASTELLS, 2018), em crise de meia-idade, vingativa, paranoica, desajeitada (RUNCIMAN, 2018), em

crise existencial (MOUNK, 2019) e, finalmente, em morte da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A crise das democracias liberais vem produzindo impactos na esfera política e econômica, mas também vem se refletindo no fortalecimento de uma plataforma de valores morais próprios de uma vertente reacionária, antiliberal e antimoderna. É preciso observar a construção e o avanço das tendências neoconservadoras para contextualizar o momento atual e as políticas de ataques sistemáticos ao conhecimento e à ciência. Estes ataques se inscrevem no panorama de crescimento de ideologias e movimentos com claras características do fascismo (SNYDER, 2019).

Fascismo, fascismos e processos de fascistização

Quando se fala em fascismo hoje, contudo, é preciso ter claro que o vocábulo encerra uma polissemia que permite recepções muito distintas, de forma que seu uso indiscriminado por vezes compromete seu poder explicativo, como conceito, ou classificatório, como categoria histórica. Como arma política, por vezes o fascismo é mobilizado apenas como epíteto depreciativo dos adversários políticos. Reconhecendo a polissemia e os múltiplos, e nem sempre rigorosos, usos do termo, George Orwell dizia que, apesar dos pesares, o fascismo continuava a ser um conceito chave para o entendimento das conjunturas de crise do capitalismo e de sua expressão política e

social “normal”, a liberal democracia. Neste sentido, propunha usar o conceito com certa reserva, com alguma “introspecção” (ORWELL, 2017, p. 89).

Em uma conjuntura de crise estrutural do modo de produção capitalista, o avanço de governos iliberais é resultante de um conjunto articulado de crises, abarcando as esferas econômica, política, social, cultural, moral, psicossocial, psicológica e até cognitiva. Por isso é fundamental distinguir, com alguma “introspecção”, as formas variadas de expressão do fascismo, que nem sempre conduzem à consolidação de governos ou regimes fascistas, mas contribuem para sua gestação, podendo redundar na sua cristalização, ou manter-se como força ideológica e política ativa, embora sem capacidade efetiva de consolidar-se nas estruturas do Estado burguês de exceção, como na acepção de Poulantzas (2021). Assim, pode-se falar em movimentos sociais fascistas, ideologias fascistas, estéticas fascistas, valores morais fascistas, personalidades fascistas, líderes fascistas, partidos fascistas, governos fascistas, sem que nenhuma destas expressões necessariamente deem ensejo a regimes fascistas.

As análises marxistas do fascismo geralmente associam sua natureza à crise de hegemonia das classes dominantes que, incapazes de manterem-se como classes dirigentes, circunstancialmente abrem mão do controle direto da máquina administrativa do Estado burguês, no sentido defensivo ou

preventivo, como reação ao avanço ou à fragilidade das forças proletárias e socialistas.

Partindo de referenciais históricos e socioculturais, geralmente reconhecendo a validade dos argumentos marxistas, embora destacando os limites das explicações estruturalistas de teor econômico-classistas, muitos intérpretes verteram suas atenções para os movimentos sociais, para as ideologias e para os meios de propaganda e adesão ao fascismo, alertando sobre o perigo latente de derrocada da democracia e avanço autocrático.

Críticos da tese do fascismo como categoria histórica e, portanto, circunscrita ao período do entreguerras e à conjuntura de disputa entre nações imperialistas, um conjunto plural de autores o compreende como um conceito de valor heurístico, universal e atemporal, entendendo o fenômeno como uma força eterna e passível de revivescência nas mais variadas conjunturas. Neste sentido, procuram enunciar caracteres, presentes ou latentes na ordem social e psicossocial, associados às experiências fascistas, mas que não necessariamente determinariam a consolidação de regimes fascistas, podendo vigorar sob regimes democrático-liberais.

Leandro Konder (1978) definia o fascismo como uma espécie do gênero da direita, intrinsecamente conservadora. Contudo, o conteúdo conservador não significaria resistência passiva à mudança, o fascismo precisaria ser levado a cabo por meio de ações pragmáticas, concretas, de arregimentação

de forças, de manobras, concessões, acordos, golpes de audácia. Pragmático e radical, o fascismo exclui o relativismo e armaria os homens para o combate, produzindo convicções apaixonadas, produtoras de engajamento e mobilização, não obstante, restringindo a formação de sólidas bases intelectuais, teóricas, filosóficas, doutrinárias ou ideológicas. A flexibilidade ideológica e doutrinária concentra as forças do fascismo no combate à esquerda, tendo como valor supremo o mito da nação e da pátria que, segundo Mussolini, se expressaria como uma fé, uma paixão não amparada na realidade factual.

O movimento conservador, pragmático e radical do fascismo foi o primeiro a servir-se de métodos modernos de propaganda, explorando as oportunidades políticas junto às nascentes sociedades de massas de consumo dirigido. As mais modernas técnicas e plataformas de propaganda foram mobilizadas como instrumentos de manipulação e agitação política, reafirmando a virilidade e o discurso enérgico do líder, com linguajar popular e chulo, em contraponto à oratória parlamentar polida.

Seguindo uma matriz histórica de entendimento, Umberto Eco (2019) elenca caracteres recorrentes das experiências fascistas para qualificar o “ur fascismo”, ou “fascismo eterno”, que seriam condicionantes regulares, mas não determinantes, para o soerguimento de um regime fascista, podendo apresentarem-se sob regimes formalmente democráticos. Entre outros caracteres, o autor destaca: a oposição e deslegitimação

do Parlamento, a fixação nas questões sexuais, o machismo, a homofobia, a intolerância à crítica e à ciência, a aversão à diversidade, o racismo, o apelo às classes médias frustradas, a obsessão da conspiração, a xenofobia, a retórica contra inimigos, a defesa da violência, o antipacifismo, o elitismo, o militarismo, o desprezo pelas minorias, o culto ao heroísmo e à morte, a valorização da tradição. Amparado em um pensamento contrarrevolucionário, o fascismo eterno tenderia à defesa do livre mercado, do controle da educação, da absorção de novas tecnologias, do anti-iluminismo, assim como à recusa dos valores da modernidade, como a diversidade, o pluralismo e a tolerância, reivindicando a ação pela ação, sem reflexão, embalada por um léxico pobre e uma sintaxe rudimentar, apelando para aspectos sentimentais do povo, no combate à cultura, denotando clara debilidade filosófica e ideológica. A rejeição fascista do “palavrório” liberal conduzia ao elogio da ação direta, radical, voluntarista e irrefletida.

Orientados pelo mito da nação homogênea e perfeita, sem contradições ou lutas de classes, o fascismo se nutria de um artificialismo retórico compatível com a falsidade dos sentimentos patrióticos propagandeados.

Na fronteira entre a Sociologia, a Psicologia Social e a Psicanálise, Adorno, Horkheimer, Fromm, Marcuse e Reich também empreenderam importantes análises sobre os aparelhos ideológicos do fascismo. Reconheciam não haver fascismo sem apoio militar, contudo, a força militar não lhe proveria

suporte social, daí a relevância da observação das técnicas de propaganda, desinformação, manipulação e mobilização social, instrumentos centrais na promoção da adesão às suas fileiras.

Pesquisando as técnicas de propaganda fascista, a ação dos agitadores e ainda a personalidade dos indivíduos não engajados dos estratos médios dos EUA, mas que absorviam de forma latente valores intolerantes, Adorno e Horkheimer, tributários das ideias de Lúckacs, procuraram compreender o irracionalismo antecedente ao fascismo. Os autores entendiam que a matriz do fascismo não se encontrava propriamente no irracionalismo, mas no pseudorracionalismo manipulatório, disseminado pela indústria cultural. Os frankfurtianos não descartavam a importância dos aspectos histórico-estruturais, econômicos e políticos próprios da natureza do fascismo, contudo, procuraram verificar como o fascismo mobilizava as massas e quais os aspectos sociológicos, psicológicos e psicossociais que favoreciam a adesão ao regime (ADORNO, 2015).

Na chave de interpretação da propaganda e dos mecanismos de adesão ao fascismo, Adorno também procurou descrever as formas de manipulação e mobilização de massas. Partindo do estudo de Freud sobre a psicologia das massas, no qual o autor dialoga com as teses de Le Bon, Adorno procurou descrever a manipulação dos mecanismos inconscientes das massas que, desprendidos de ideias ou argumentos, baseavam-se em oratórias demagógicas astuciosamente

ilógicas e pseudoemocionais. A propaganda personalizada voltava-se para a autoexaltação dos agitadores, procurando transparecerem-se como homens comuns, viris e saudáveis, lobos solitários. A propaganda fascista construía a imagem do líder como uma figura paternal, expressão de um ego coletivo, que supostamente recusaria a pretensão de superioridade. O líder era retratado como um irmão que ousava confessar suas fraquezas sem quaisquer inibições. Demagogos, os líderes e os agitadores fascistas substituíam os fins pelos meios, glorificando a ação e expressões genéricas como cristãos, em defesa de Deus, da família, da pátria. A comunicação fascista prescindiria de requintes vocabulares e seria utilizada para a difamação dos inimigos, como um fim em si mesma. Contudo, os reais interesses antidemocráticos do regime não seriam apresentados nas propagandas fascistas, deixando sempre imprecisos os objetivos a serem alcançados. Os processos de manipulação consciente teriam sido obscurecidos pela histeria fascista. A massa não seria tratada como um conjunto de cidadãos autodeterminados e racionais, mas como indivíduos objetificados e prontos a obedecerem a ordens. A propaganda fascista atacava fantasmas construídos no imaginário, como o judeu e o comunista, abdicando da lógica discursiva, abusando do uso de similaridades e associações, usando uma mesma palavra em sentidos opostos, forjando narrativas infensas ao exame racional (ADORNHO, 2015).

Visando observar os elementos autoritários latentes na estrutura da personalidade de indivíduos não engajados, Adorno e sua equipe de pesquisadores de Berkeley formularam indicadores e índices que subsidiaram a definição de escalas que permitiriam classificar os graus de latência de valores autoritários na conformação da psicologia social e das massas. A escala classificatória que demonstrava a presença mais intensa de indicadores afeitos à personalidade autoritária, a famosa escala F, do fascismo, apresentaria um conjunto de caracteres componentes da estrutura da personalidade de indivíduos submetidos à síndrome autoritária. Entre estes, destacavam-se a predisposição a discriminar, a idealização do grupo e do líder, a projeção de negatividade aos grupos com os quais se contraidentificavam, assim como a latência de preconceitos próprios à dinâmica psicológica, à identificação com o líder, à atração pelo discurso histriônico, à necessidade de encontrar bodes expiatórios para descarregar frustrações, à abdicação do discurso lógico e argumentativo. Os parâmetros da escala F envolviam também o apelo à irracionalidade, de forma que a enunciação da verdade factual seria insuficiente para alterar comportamentos, garantindo a eficácia do discurso fascista exatamente por sua “inverdade manifesta”. Neste sentido, a fé e a mentira exerciam papel importante para prover segurança psicológica. Sob o influxo de caracteres próprios da personalidade autoritária sobressairiam a propensão ao preconceito e o respeito e obediência cega à autoridade, de

forma que o ensino das crianças deveria regrar-se pela hierarquia e pela disciplina. O homem de negócios e o industrial seriam valorizados, em contraponto à completa desvalorização de artistas e professores. Pressupondo uma suposta divisão da sociedade entre fracos e fortes, os valores associados à síndrome autoritária justificariam a agressividade autoritária, a defesa do convencionalismo, a projetividade, a preocupação com o comportamento sexual das pessoas, a submissão masoquista à autoridade, o descarrego de agressividade sádica aos fracos, a paranoia, a idealização do líder como um pequeno grande homem e a definição dos inimigos a serem combatidos: comunistas, intelectuais, artistas (ADORNO, 2020).

Novo conservadorismo em tempos de neoliberalismo

No âmbito das relações morais e das formas simbólicas e psicossociais de relacionamento sob o fascismo, em suas múltiplas modalidades de expressão em cada país e em cada conjuntura particular, sobressai sempre um conjunto de princípios próprios do conservadorismo. Mesmo que o neoconservadorismo atual, gestado a partir dos anos 1980, empreenda orientações variadas e muitas vezes distintas do velho pensamento conservador de meados do século XVIII, há características notoriamente reincidentes no momento contemporâneo que remetem a algumas das raízes do pensamento e da ideologia conservadora.

Nas pesquisas inaugurais do campo da Sociologia do Conhecimento, Karl Mannheim (1959) procurou identificar os valores que envolveriam a consolidação de um “estilo” de pensamento conservador, concebido no imediato pós-Revolução Francesa, com Burke, e que ganharia feições ideológicas, amparando programas de ações políticas concretas, especialmente a partir do romantismo alemão da década de 1830.

A ideologia conservadora, para Mannheim, envolveria uma oposição ao campo iluminista. Crítica da teoria do direito natural, valorizaria a intuição em contraponto à razão, se orientaria antes pelo espírito que pela matéria, na contramão da secularização, no sentido do clericalismo e do reencantamento do mundo, amparada em uma idealização mítica do passado, em oposição à utopia do futuro incerto. O milenarismo irracionalista se apresentaria no pensamento conservador ao lado do medievalismo pré-renascentista, como uma busca de recomposição dos valores do passado, supostamente deturpados pela modernidade, fria, dura, calculista, burocrática, indiferente, igualitarista, apolínea, como na analogia nietzschiana. A ideologia conservadora rejeitaria o pensamento abstrato, racional, moderno, classista, em favor do pensamento concreto, irracional, pré-moderno, estamental. A ideia de liberdade ganharia sentido qualitativo ao ser interpretada como expressão livre das desigualdades naturais, em oposição franca ao contratualismo moderno. Seria também

próprio do pensamento conservador a valorização da nação e do “espírito nacional”, de matriz antiliberal, na contramão da ideia de soberania popular (MANNHEIM, 1959).

O novo conservadorismo, de matriz estadunidense, ou “ativismo conservador” (LACERDA, 2019), incorporaria alguns dos valores do conservadorismo do século XVIII, de Edmund Burke, do século XIX, de Michael Oakeshott, e principalmente do século XX, de Roger Scruton, integrados a uma vertente econômica neoliberal, que agruparia tendências como o antifeminismo, o militarismo, o punitivismo, o anticomunismo, a homofobia, o racismo, o antipluralismo e o autoritarismo, em defesa da família patriarcal, expressão da despoteia, da esfera privada, hierárquica, a esfera das necessidades, da desigualdade, da violência, do arbítrio.

O neoconservadorismo aporta no Brasil por diferentes meios, quer pela influência de think tanks estrangeiros e nacionais, quer através dos ambientes de games e das redes sociais e, no plano intelectual, por intérpretes como João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé, Olavo de Carvalho, entre outros (CEPÊDA, 2019). Há diversas recepções e tendências do pensamento conservador, nem todas de caráter reacionário (COUTINHO, 2018). A fluidez doutrinária, orientada pelo pragmatismo antes que por uma filosofia política, vem permitindo a emergência de uma miríade ampla de recepção das ideias, valores e programas de ação conservadores.

A crise estrutural do capitalismo neoliberal, que teve seu estopim em 2008 e se aprofunda desde então, vem estimulando a retomada do debate sobre o fascismo e as expressões contemporâneas do conservadorismo reacionário, quer em movimentos de massas, em ideologias, programas, partidos, lideranças ou governos antiliberais, recondicinando a associação pré-moderna entre política e religião, política e moral.

O colapso econômico global, com impacto direto na crise de legitimidade e representatividade das instituições de Estado e da sociedade civil, como sindicatos e partidos, vem fomentando frustração entre setores mais frágeis do proletariado e ressentimento entre as classes médias que, em face da contínua precarização do trabalho, vivencia a perda de distintivos sociais em um processo de proletarização. A desesperança e o medo disseminados nestes estratos sociais torna-os suscetíveis aos discursos salvacionistas, multiplicados de forma industrial por meio da propaganda antiliberal, antiestablishment, antipolítica, criando um ambiente favorável à disseminação de valores fascistas lastreados na passionalidade, na intolerância, na violência e no ódio.

Pós-verdade: desinformação, manipulação e fake news

Na órbita das relações culturais e de seus rebatimentos psicossociais, morais e comportamentais, todos os indicadores

apresentados anteriormente estão claramente presentes na atual configuração da onda neoconservadora global e, particularmente no Brasil, sob a qual o anticientificismo e o anti-intelectualismo amparam plataformas negacionistas e revisionistas históricas, em um contexto de disseminação ampla de mecanismos característicos da pós-verdade. O medo, a desesperança, o desencanto e o ressentimento (KEHL, 2020) são combustíveis para movimentos anticiência, teorias da conspiração e messianismos salvacionistas. O desprezo pelas evidências encobre uma reação ao racionalismo, um apelo ao qualitativo em contraposição à exatidão quantitativa, à frieza objetiva e técnica de origem moderna, iluminista.

De acordo com o Wellcome Global Monitor, levantamento britânico que envolveu 140 países, no Brasil cerca de 54% das pessoas consultadas confiam medianamente na ciência, os demais não confiam. Quem desconfia da ciência também tende a desconfiar das instituições de Estado, como a justiça. Quanto menor a renda, menor é o crédito depositado à ciência. 75% dessas pessoas dizem que, na dúvida, privilegiam a orientação religiosa à científica. São dados de 2018 e indicam uma forte queda na legitimidade da ciência perante a sociedade (ROQUE, 2020).

A autoridade do conhecimento estabelecido, amparada na qualificação acadêmica e técnica e na expectativa de neutralidade axiológica da ciência, passa a ser deslegitimada, desqualificando-se o rigor de cientistas e instituições de

pesquisa. Em um passado recente, para garantir que algo era realmente verdadeiro bastava dizer que tinha comprovação científica, hoje isto não parece ser suficiente, a verdade factual encontra seu outro na inverdade manifesta. Esta, por se originar da estrutura da personalidade do indivíduo sob a síndrome autoritária, é infensa à lógica argumentativa e à observação científica sistemática, metodologicamente reconhecida pelo círculo de técnicos, especialistas e acadêmicos.

A desconfiança na ciência tem sintomas muito aparentes no negacionismo, com impactos ainda imprevistos, a exemplo do movimento antivacinas e de resistência ao reconhecimento dos efeitos humanos catastróficos da covid-19, rechaçando o isolamento social e as orientações dos especialistas e das instituições científicas, negando a veracidade dos relatórios sobre meios e intensidade de contágio, assim como a validade das políticas públicas de contenção do convívio social e uso de máscaras de proteção.

No mesmo sentido do negacionismo perante a pandemia da covid-19, também sem legitimidade científica, o negacionismo climático vem servindo de justificativa para o desmantelamento de órgãos de controle e legislações regulatórias ambientais, produzindo como consequência impactos devastadores e de longo prazo.

Líderes democráticos pelo mundo vêm denunciando as máquinas de produção e disseminação de desinformação e de fake news. Neste sentido, o Papa Francisco reafirmou não existir

desinformação inofensiva. Barack Obama, por sua vez, afirmou que “um dos maiores desafios que temos em nossa democracia é o fato de não compartilharmos a mesma base de fatos”, há hoje “universos de informação completamente diferentes”. Informação e desinformação se misturam e produzem efeitos conducentes à dúvida acerca do real, do factual e do que é considerado verdadeiro (DA EMPOLI, 2020). A pós-verdade, a verdade alternativa, amparada em fatos alternativos, é sinal do declínio da razão e, com ela, da verdade (KAKUTANI, 2018). Hannah Arendt destacava, em seu clássico “As origens do totalitarismo”, que o súdito ideal dos governos totalitários não era o militante nazista ou comunista, mas aquele para quem já não existia diferença entre o fato e a ficção, o verdadeiro e falso.

A pós-verdade surge do fomento da dúvida, estimulada pela crítica aos paradigmas do conhecimento técnico e científico, abrindo caminho para a desinformação, a manipulação e a mentira em escala industrial e com impactos locais e globais.

O fenômeno da pós-verdade pode ser apenas a ponta do iceberg: por baixo há um mundo em que a confiança está se dissolvendo... sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos (BRUNO; ROQUE, 2019, p. 17).

Neste sentido, o negacionismo encontra meios de adesão e disseminação que refletem em ações políticas concretas, da oposição ao Acordo de Paris e à Organização Mundial da Saúde, à legitimação das queimadas, grilagens e desmatamentos na Amazônia, assim como a negação da magnitude de impacto e dos efeitos multifacetados da pandemia.

O negacionismo não é, portanto, apenas uma opinião divergente do paradigma do conhecimento técnico-científico, racional e sistemático, é resultante de uma ideologia neoconservadora e neoliberal, com efeitos deletérios e incalculáveis sobre as diversas sociedades e vem sendo campo aberto para a necropolítica levada a cabo por Jair Bolsonaro no Brasil.

Os sinais de alerta de George Orwell, no clássico “A Revolução dos Bichos”, são mais que atuais, vivemos um tempo em que a novilíngua, de “1984”, e o Ministério da Verdade, responsável por produzir uma revisão da história e uma adaptação da verdade factual à ficção forjada como nova verdade, adaptada aos interesses do governo totalitário, estão em curso. O “gabinete do ódio” de Bolsonaro é expressão contemporânea do distópico Ministério da Verdade de Orwell, sob o qual o negacionismo é parte do jogo (MELLO, 2020). Na ficção distópica de Orwell estão presentes a revisão do passado factual e do conhecimento científico, não faltando a negação de que a terra é redonda.

O negacionismo atual, expresso no terraplanismo, é característico das novas formas de combate à ciência e seus instrumentos de adesão. O atual terraplanismo se disseminou a partir da plataforma do YouTube e hoje é encontrado no mundo todo, deu origem a instituições de organização de seus adeptos e a mobilizações contra o establishment acadêmico. O negacionismo é próprio da pós-verdade atual.

A pós-verdade produz “fatos alternativos”, por meio de notícias falsas, ciência falsa (negacionismo), história falsa (não houve holocausto, não houve ditadura militar no Brasil, a covid-19 é só uma gripezinha etc.), perfis falsos nas redes sociais. A disseminação de fake news exigiu a criação de agências de verificação de fatos que destacam em indicadores o número de mentiras proferidas por Bolsonaro dia a dia, as quais são contadas às centenas, boa parte delas visando atacar a imprensa, o Judiciário, o sistema eleitoral, os funcionários públicos, professores e artistas (FINCHELSTEIN, 2020).

Em meio ao recrudescimento de fundamentalismos, o medo, a raiva e o ódio retiram do centro do palco o especialista, dando espaço à sabedoria das multidões. Paralelamente, o modo como os algoritmos reforçam tendências e antagonizam posições acaba por produzir polarização (STANLEY, 2019). A apropriação instrumental de aspectos do pós-modernismo pelas hostes reacionárias leva, nesta circunstância, à necessária

afirmação de que todos têm direito de ter suas próprias opiniões, mas não seus próprios fatos.

A conjuntura de disseminação da pós-verdade levou Philip Roth a narrar o momento atual como de “selvageria”, qualificada por Richard Hofstadter como um estilo paranoide, exagerado, de desconfiança, uma fantasia conspiratória. Em função da desconfiança produzida pela indústria da desinformação, Matthew D’Ancona (2018) qualifica a “era da pós-verdade” como aquela na qual a emoção substitui a verdade.

O anti-intelectualismo atual se ombreia ao Macarthismo dos anos 1950, marcado, como claramente se percebe em Bolsonaro, pelo estilo impulsivo e errático, com decisões não baseadas no conhecimento, mas no instinto, sem qualquer esforço de superação ou constrangimento de exposição de sua própria ignorância.

O “infoentretenimento” e o fundamentalismo religioso corroboram o declínio da razão, na contramão do intelectualismo e do pluralismo, entendidos como expressões da degeneração dos valores tradicionais, exaltados pelas narrativas neoconservadoras.

Mesmo diante de evidências e argumentos amparados em sólidas bases metodológicas e em fontes oficiais, legítimas e reconhecidas pela comunidade científica, mesmo apresentando pareceres técnicos ou dados, indicadores, índices ou

provas materiais, mesmo citando relatórios, teses e artigos de renomadas revistas científicas, mesmo indicando pareceres de acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas, não é possível subverter a opinião dos aderentes às narrativas anticientíficas e negacionistas, isto porque estas não são construídas no campo da razão, mas no das ideologias, das paixões e da religião, como que submetidas a um processo de reencantamento do mundo, a um influxo antimoderno, se entendido na acepção weberiana.

O obscurantismo neoconservador recobra valores pré-modernos e estamentais na construção mítica de um passado glorioso a ser revivificado, como que em um reencontro com o paraíso perdido do medievo cristão.

No contexto do infoentretenimento, da sociedade do selfie, hiperindividualista e egocêntrica, facilmente sugestionada, incapaz de produzir pensamento crítico, a ignorância está na moda, e a cultura do amador ganha destaque, o que fragiliza a democracia e pode dar vazão a narrativas negacionistas e à ascensão de líderes demagogos ignorantes. Ignorância esta, apresentada pela propaganda como indicação de autenticidade, em oposição ao “elitismo” e “formalismo” da ordem parlamentar e das autoridades científicas.

A guerra cultural empreendida pelos novos conservadores tem como um dos alvos prioritários de ataque a pauta identitária, que emergiu do Maio de 1968 francês,

como o feminismo, o novo movimento negro, o movimento de homossexuais, o ambientalismo, a liberação sexual, que atingiam diretamente o cerne cultural dos valores patriarcais e hierárquicos da sociedade capitalista.

Articulado ao discurso reacionário, há um componente novo em relação ao modelo estatista dos fascismos clássicos, o individualismo narcisista, egoísta, impulsivo, expresso na raiva extremada, na violência, nos delírios de onipotência, na crença no direito de oprimir. Favorecida pelas bolhas digitais das redes sociais, vivemos a era das selfies, do desejo de prender a atenção do outro com espetáculos de si mesmo e, neste esteio, da glorificação da opinião, da emoção e da subjetividade contra o fato, a razão e a objetividade.

Nesta conjuntura, revigora-se o criacionismo, colocado como paralelo ao evolucionismo, como se fosse uma interpretação alternativa da realidade e não fruto exclusivo da imaginação teológica, a-histórica e não amparada no conhecimento racional e factual. Ao colocar em debate argumentos falsos, repetidos exaustivamente como alternativos aos apresentados por especialistas e pela ciência estabelecida, o caminho está aberto para a dúvida e, com ela, para o negacionismo.

Com a disseminação de desinformação por meio das redes sociais, o negacionismo é reforçado continuamente sem que o campo científico encontre meios compatíveis de

contra-ataque, tornando-se suscetível às críticas amparadas em narrativas deliberadamente falaciosas ou fictícias.

Para ampliar a eficácia da propaganda, a produção e disseminação de desinformação e fake news geralmente envolve elementos de plausibilidade, de forma que as informações são forjadas para serem apresentadas como notícias verdadeiras e supostamente envolvendo informações factuais, não raro em formato jornalístico, visando deliberadamente disseminar em massa notícias falsas, inidôneas, ilegítimas, interessadas e ideologicamente parciais. Em meio a este cenário, cada vez mais acredita-se no que se quer acreditar, desabilitando o discurso competente dos experts.

Para os líderes autocráticos atuais, o importante é dizer o que as massas querem ouvir, independentemente de se ampararem ou não na verdade factual. O espetáculo imagético é mais importante que o conteúdo substantivo da narrativa, de forma que o marketing tem um papel decisivo na disseminação e na forja de meios de adesão aos líderes negacionistas e anticientíficos, que apelam para a máxima de combate ao politicamente correto.

Já se disse que em política a verdade percebida é a verdade. Se no passado não era suficiente que a mulher de César fosse honesta, ela precisava também parecer honesta, hoje, contudo, no contexto da pós-verdade, ela não precisaria ser honesta, mas apenas parecer sê-lo.

Os meios de controle algorítmico dos desejos de cada indivíduo são o mote orientador da propaganda e da manipulação de massas. Como nos fascismos do passado, a propaganda hoje é segmentada e focal, não é genérica e universal, tende a reforçar desejos e valores, sem qualquer limitação imposta por doutrinas, programas ou filosofias, conduzida ao sabor das variações comportamentais das massas em sua expressão individualista e egocêntrica.

Se os fascistas do passado se valeram das mais novas tecnologias e meios de produção de propaganda dirigida e marketing, hoje com os instrumentos digitais de controle das atividades dos usuários das plataformas das redes sociais é possível, via algoritmos, direcionar a propaganda não apenas para um segmento específico do público, mas para um indivíduo em particular, respondendo a desejos nem sempre racionalizados pelo próprio indivíduo, mas que são capazes de ser percebidos pelo cruzamento de uma infinidade de informações pessoais sobre suas escolhas durante o uso de ferramentas da internet. A propaganda individualmente dirigida favorece a adesão a narrativas ficcionais deliberadamente construídas para desinformar, aprofundando os impactos psicológicos e psicossociais dos novos aparelhos ideológicos de manipulação.

Conclusão

Mesmo sob regimes formalmente democráticos, o enfrentamento da pandemia por esses líderes fascistas, em um contexto de intensa fascistização do campo social, ideológico e moral, torna-se um desafio tremendo, pois a necropolítica por eles encampada mina os meios de redução dos impactos humanos e econômicos da pandemia (MBEMBE, 2020). Contudo, não se trata de líderes que nutram qualquer apreço ao humanismo, à vida ou à verdade, ao contrário, agregam combustível às fogueiras do obscurantismo e fomentam o caos para vender a salvação, visando a imposição autocrática da ordem e de valores reacionários.

Desde o início da década, há sinais claros de que avançam caracteres fascistizantes no Brasil. Em meio ao recrudescimento global de valores neoconservadores, antimodernos e antiliberais, a partir de 2013 observou-se no Brasil a emergência de movimentos de classes médias, frustradas e ressentidas em função da perda dos distintivos sociais e do pavor da proletarização, que ajudaram a produzir o fenômeno político Bolsonaro, um líder carismático fascista, em um governo fascista, que emerge em uma conjuntura de fascistização de setores da tecnocracia do Estado, particularmente no Judiciário, no Ministério Público, nas polícias e nas Forças Armadas, que semeiam um caminho para a consolidação de um regime fascista.

Os sinais são claros e não sugerem um raio em um céu azul, mas resultam de um processo marcado por crises que deságuam na desesperança e na dificuldade de manutenção dos parâmetros políticos liberal-democráticos vivenciados nas últimas décadas. O negacionismo em contexto de pandemia é apenas sintoma desse cenário sombrio que coloca diante dos democratas, intelectuais e artistas uma enorme responsabilidade de combaterem as manifestações do fascismo que, mais ou menos intensas, mais ou menos explícitas, conduzem sempre a um só caminho, o da intolerância, da violência e da morte.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Ed. UNESP, 2020.

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo: um alerta**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2018.

APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In. APPADURAI, Arjun et al (org.). **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**. 2ª Ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A ponta do *iceberg* de desconfiança. In. BARBOSA, Marina (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Campinas: Vide Editorial, [1790] 2017.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova-direita no Brasil contemporâneo. Londrina: **Mediações**, Vol. 23, Nº 2, 2018.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três estrelas, 2018.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: uma nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

ECO, Umberto. **Facismo Eterno**. 3ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. **Uma breve história das mentiras fascistas**. São Paulo: Vestígio, 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Ed. ZOUK, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. Tradução de Sylvia Lyra. In. MANNHEIM, Karl. **Essays on Sociology and Social Psychology**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1959, pp. 74-119.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: M-1 Edições, 2020.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

ORWELL, George. **O que é fascismo? E outros ensaios**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**: a III Internacional face ao fascismo. Florianópolis: Enunciado Publicações, [1970] 2021.

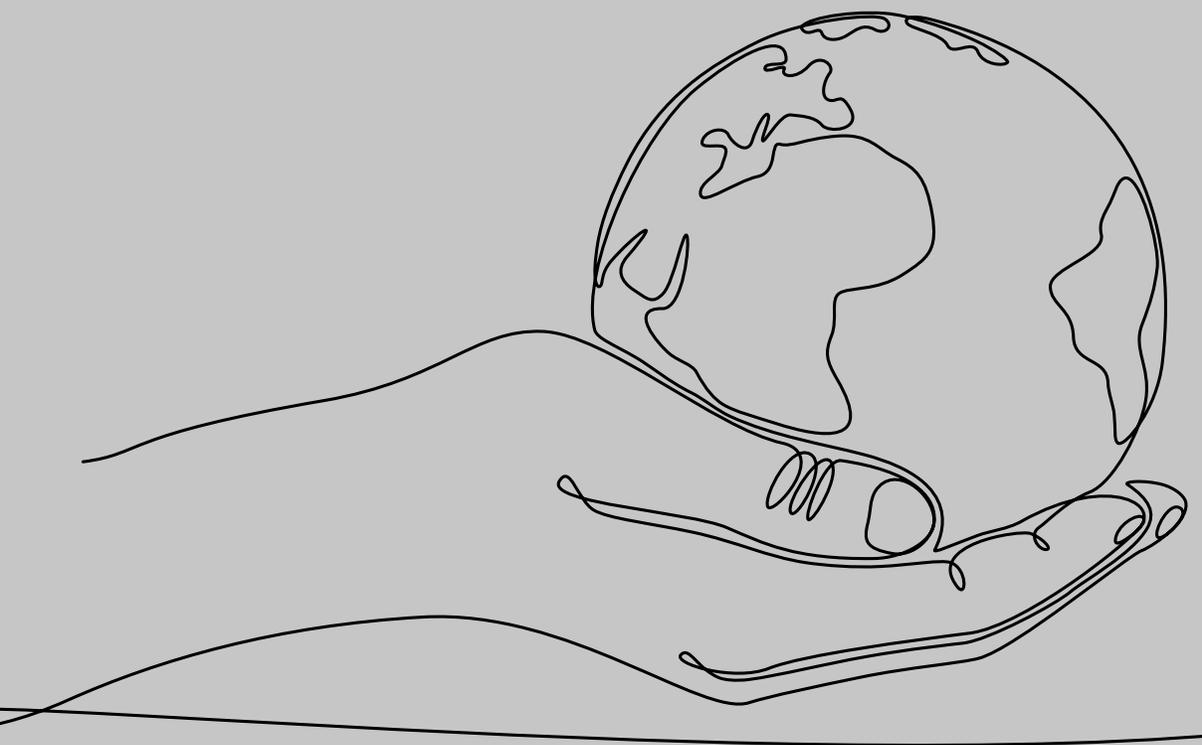
ROQUE, Tatiana. O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. São Paulo: **Revista Piauí**, ano 14, nº 161, fevereiro de 2020.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade**: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

II Injustiças e desigualdades socioambientais



A PANDEMIA DA COVID-19, O ANTROPOCENO, AS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS E A TRAGÉDIA POLÍTICA NO BRASIL

Gustavo Ferreira da Costa Lima

Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a pandemia da covid-19 no Brasil e no mundo, suas relações com a degradação ambiental, com os riscos e injustiças socioambientais e com o modo como o governo brasileiro administrou essa crise sanitária. Esse cenário denota o cruzamento de algumas crises precedentes – ambiental, climática, social e política – e seu agravamento com a emergência da nova crise sanitária.

Para abordar o problema o texto recorre à literatura sobre os temas envolvidos e dialoga com a ecologia política, a justiça ambiental, o Antropoceno, a sociologia de riscos de Ulrich Beck e o pensamento da complexidade (BECK, 1992;

LIPIETZ, 2003; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; PÁDUA, 2015; MORIN, 2013; 2020).

A emergência da nova pandemia surpreendeu e causou perplexidade nos gestores políticos, na comunidade científica, nos analistas de riscos, na economia global e na sociedade abrangente pelos impactos que produziu na saúde e na mortalidade das pessoas, nos serviços de saúde, em especial da saúde pública, no sistema econômico nacional e global, na vida cotidiana da população, na vulnerabilidade de amplos setores sociais e na ordem democrática do país. Nesse processo foram perturbadas e alteradas todas as rotinas sociais, da vida familiar aos governos e organismos internacionais, desacelerou-se a experiência temporal que até então parecia inalterável, cancelaram-se todos os eventos periódicos e silenciou-se relativamente o frenesi urbano abrindo um vasto horizonte de incertezas.

O capítulo, assim, investiga: quais as relações entre a presente crise sanitária e a degradação ambiental que se expande desde a Revolução Industrial? Como a pandemia tem afetado os diversos segmentos da população no Brasil? E como o governo brasileiro reagiu, por ações ou omissões, para gerenciar e combater as ameaças sanitárias e sociais abertas pela covid-19?

O texto se estrutura em três seções, à exceção da introdução e das considerações finais. A primeira investiga as

relações entre a crise sanitária e a crise ambiental, destacando o caráter antropogênico da pandemia; a origem zoonótica do novo vírus; o papel da degradação ambiental na aproximação entre os humanos e os animais silvestres e a responsabilidade da expansão do capitalismo nesse processo. A segunda analisa o cenário de riscos “fabricados” e de incertezas que emerge com a crise sanitária, explora o caráter não democrático da pandemia e como ela atinge, preferencialmente, as populações vulneráveis, reproduzindo injustiças socioambientais. A terceira seção discute a importância do papel do Estado em situações de calamidade e de colapso como a vivenciada neste momento; a forma como o neoliberalismo desconstruiu a estrutura de serviços e políticas públicas pré-existente; a abordagem economicista que o governo brasileiro privilegiou na gestão da pandemia; a atitude negacionista e descomprometida com a saúde da população e o desastre resultante das decisões tomadas que já produziu cerca de meio milhão de mortes no país.

Pandemia e o Antropoceno

O debate científico recente tem demonstrado que a pandemia da covid-19 não é um problema natural, mas antropogênico. A maioria das evidências indicam se tratar de uma doença zoonótica, resultante da aproximação crescente entre os seres humanos e os animais selvagens, seja diretamente, seja pela mediação de outros animais domésticos (FAO, 2013;

BROWN, 2020; SMITH, 2020). As pesquisas epidemiológicas atestam que cerca de 70% das doenças que acometem os humanos decorrem das doenças zoonóticas, que resultam em 25% de todas as mortes no mundo. Elas compreendem um universo de cerca de duzentas doenças como a dengue, a zika, a chikungunya, a aids, o ebola, o sarampo, a cólera, a varíola, a gripe aviária, a gripe suína, a síndrome respiratória aguda grave – SARS entre muitas outras, entre as quais a covid-19 (ROJAS CHAVES, 2011; ZANELLA, 2016).

As razões para essa proximidade entre humanos e animais selvagens estão diretamente associadas aos processos de degradação ambiental que decorrem da destruição de habitats, verificada através do desmatamento, da expansão agropecuária, do extrativismo vegetal e mineral, do crescimento das cidades, do crescimento da população e do consumo e do tráfico de animais silvestres. Também interferem nessa dinâmica a globalização econômica, o aumento dos deslocamentos e as migrações, entre outros processos.

Ou seja, a expansão da atividade econômica, que é a marca da economia capitalista, promove a exploração crescente dos recursos naturais e o domínio da presença humana no planeta, alterando e degradando a relação com as demais espécies. Os estudos sobre a pegada ecológica (WACKERNAGEL; REES, 1996) indicam que, desde os fins da década de 1970, a humanidade tem consumido mais recursos em um ano do que a biocapacidade da terra pode

renovar, resultando em um déficit ecológico sem precedentes. Significa que, hoje, consumimos em um ano cerca de 1,5 planetas para manter o padrão de produção e consumo atual e absorver os resíduos dessa produção econômica. Os efeitos disruptivos dessa dívida ecológica não são maiores porque são camuflados pela imensa desigualdade de consumo entre classes e nações (ALVES, 2019).

Os estudos de Rockström e colaboradores (2009), em sentido semelhante, têm demonstrado que o atual modelo de crescimento ilimitado tem ultrapassado os limites biofísicos seguros para a sobrevivência humana na Terra e sugerem uma revisão desses padrões para prevenir problemas de caráter irreversível.

Essas evidências levaram à construção da hipótese do Antropoceno, como nova era geológica que sucede o Holoceno e que entende a presença humana como a força geológica dominante a direcionar o destino conjugado da litosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera terrestres (CRUTZEN, 2002). Aponta, assim, para o crescimento exponencial da escala e da velocidade da ação humana no planeta. McNeill e Engelke (2016) sugerem uma periodização do Antropoceno usando como marcos históricos a Revolução Industrial, os anos 1950 do pós-guerra, que correspondem à era dourada do capitalismo fossilista, como uma segunda etapa de aceleração desse processo – na qual ainda estamos envolvidos – e uma terceira etapa mais recente e ainda em gestação, que seria o

Antropoceno consciente de si mesmo. Estudos convergentes com essa compreensão mostram como, a partir dos anos 1950, todas as curvas de produção e de consumo cresceram exponencialmente desde então, formando um desenho quase vertical. Isso se verifica nos dados sobre população, urbanização, comércio internacional, transporte internacional de commodities, extração e consumo de combustíveis fósseis, de minério de ferro, de madeira e produção de fertilizantes, de plásticos, de cimento, de alimentos, carnes e automóveis entre outros (UNEP, 2011; ABRAMOVAY, 2012; PÁDUA, 2015).

Moore (2016), ainda que reconheça a relevância do debate sobre o Antropoceno, argumenta que o termo é impreciso e injusto porque responsabiliza igualmente todos os humanos pela degradação verificada. Por isso criou o termo Capitaloceno, para destacar a centralidade do capitalismo nesse processo e as desigualdades socioeconômicas e políticas implicadas em seu desenvolvimento.

Os riscos e injustiças socioambientais

A produção de Ulrich Beck problematiza a geração de novos riscos “fabricados” socialmente que resultam da modernização e do avanço tecnológico e que fogem ao controle das instituições. Beck se refere aos riscos nucleares, da radioatividade, da engenharia genética, epidemiológicos, da contaminação química, da crise climática, mas também das

novas tecnologias informacionais, da precariedade do trabalho e do mercado financeiro, que se espraiam velozmente, originam incertezas e abalam a confiança e a segurança dos indivíduos nas sociedades pós-industriais (BECK, 1992; GIDDENS, 2002). Destaca que os novos riscos diferem dos perigos pré-modernos porque são globais, com frequência invisíveis, de causas indeterminadas e de consequências muitas vezes irreversíveis.

Rinkevicius (2000), a partir da reflexão de Beck, chama a atenção para as situações de “duplo risco” nas quais se verificam a sobreposição dos riscos tecnológicos e dos riscos sociais ou da pobreza. Essas situações assumem características trágicas porque, mesmo sabendo dos riscos que as ameaçam, por falta de outras alternativas, as populações atingidas são obrigadas a suportar o problema. Essas são ocorrências comuns nas periferias do mundo, ao sul ou ao norte, onde as populações convivem em habitações em áreas de risco, em inumeráveis trabalhos insalubres em fábricas, em lixões e na agricultura quimificada, entre outras tantas. A atual crise sanitária é uma situação desse tipo e, dessa forma, atualiza e estimula a reflexão sobre os riscos modernos e pós-modernos como um instrumento analítico relevante (BECK, 1992; GIDDENS, 2000, 2002).

No caso da covid-19, afirma-se com frequência que o vírus atinge igualmente a todos na sociedade independentemente de classe, gênero ou raça. Essa afirmação talvez se sustente em países com condições socioeconômicas

mais igualitárias, o que definitivamente não é o nosso caso. No Brasil, e em países com estruturas socioeconômicas e políticas semelhantes, a exposição à contaminação e o risco de vir a óbito pela doença é proporcionalmente maior entre os setores socioeconomicamente mais vulneráveis da população, além dos habitantes de cidades com maior densidade demográfica, dos indivíduos e grupos de maior idade e de portadores de comorbidades. Nesse sentido, são mais vulneráveis ao contágio as populações tradicionais, as comunidades das periferias, os trabalhadores informais, os profissionais da saúde, de serviços essenciais e domésticos, os moradores de rua, os que vivem hospitalizados ou em manicômios, os encarcerados e os refugiados, entre outros segmentos. Por outro lado, as razões da maior vulnerabilidade são um conjunto de situações preexistentes que em interação com a pandemia se agravam como: as habitações precárias e adensadas, o escasso acesso aos serviços de saúde, a obrigatoriedade de sair de casa em busca de renda e sobrevivência, a insegurança alimentar, a falta de acesso à água, ao saneamento e à informação de qualidade sobre o problema. Constata-se, assim, que a atual pandemia não é democrática, mas sim um processo, visivelmente, marcado pelas condições de classe, de gênero e de raça (SANTOS, 2020a).

A noção de justiça socioambiental foi construída, nas últimas décadas, para expressar a desigual distribuição de acesso aos recursos naturais e aos riscos provenientes da modernização

e para estimular ações ecopolíticas contra as situações opressivas advindas da lógica do capital (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Nesse sentido, a justiça ambiental dialoga com a teoria de risco, mas enfatiza o modo diferenciado e desproporcional como o processo de degradação ambiental, decorrente da dinâmica capitalista, atinge as populações vulnerabilizadas por situações de classe, de raça e de sub-representação política. Configura-se, assim, como mais um instrumento analítico potente no atual contexto.

A tragédia política anunciada

As situações de calamidade social sempre exigem a intervenção do Estado, de suas políticas, serviços sociais e recursos humanos, financeiros e técnicos. Como argumenta Zampieri (2020), não se pode depender da benevolência dos bancos e corporações, embora esses agentes possam fazer contribuições sociais eventuais.

A estrutura brasileira de serviços e políticas públicas vem sendo desmontada desde os anos 1990, quando o ideário e as políticas neoliberais se consolidaram no país. É verdade que, nos últimos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, esse declínio tem se agravado com a política do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e a reforma trabalhista, promulgadas no período Temer e a reforma da previdência aprovada no período Bolsonaro. Essa onda conservadora

desestruturou toda uma rede de políticas redistributivas e de direitos sociais, construída após a redemocratização e a Constituição de 1988, com reflexos danosos sobre a saúde, a educação, a gestão ambiental, a moradia, o trabalho, a renda e a segurança alimentar no país (HARVEY, 2008; BRAVO; PELAEZ, 2020; NUNES, 2020).

No caso da pandemia, ainda que não se possa falar de uma fórmula mágica para a boa gestão, os países que tiveram melhor desempenho foram os que combinaram, de formas variáveis, liderança inteligente, rapidez em medidas preventivas, prioridade à vida e à saúde pública; planejamento, informação e ação coordenadas; acessibilidade ao sistema de saúde, uso de medidas não-farmacológicas, campanhas eficientes de comunicação, controle de fronteiras, estratégia de testagem intensa, rastreamento e de isolamento social; vacinação massiva e, em alguns casos, apoio econômico aos mais vulneráveis. Esse foi o caso, com algumas variações, da Nova Zelândia, da Austrália, da Coreia do Sul e da Noruega, entre outros países (NEOGI, 2021).

A experiência brasileira foi o oposto de tudo isso. O governo brasileiro tratou de minimizar o problema desde o início, de negar as advertências da comunidade médica-científica, de combater e desacreditar o uso de medidas não-farmacológicas, de recomendar e distribuir medicamentos sem eficácia científica comprovada e de desestimular, e até mesmo combater, as práticas de distanciamento e isolamento social.

Também não criou um programa eficiente de testagem e monitoramento, não fez controle de fronteiras, não adquiriu vacinas com agilidade, não criou campanhas informativas sobre a pandemia e os cuidados a tomar, não promoveu o planejamento e uma gestão coordenada da crise e estimulou a desinformação e a difusão de notícias falsas sobre o problema (SILVA, 2020; SANTOS, 2020b; HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020). Em síntese, por suas ações e omissões, o governo brasileiro demonstrou descaso e descompromisso com a vida e a saúde da população e criou uma verdadeira tragédia sanitária, política, social e econômica que resultou, até o momento em que este texto é escrito, segundo o Painel do Coronavírus da OMS, em 535.838 mortes, muitas das quais evitáveis (OMS, 2021; WERNECK et al., 2021).

Considerações finais

O presente capítulo faz uma breve reflexão sobre a pandemia da covid-19 no Brasil, sua relação com o meio ambiente, com o modelo de capitalismo hegemônico, com a forma de gestão política da crise e com as consequências sanitárias, sociais, políticas e econômicas decorrentes desse processo.

A análise conclui que a pandemia tem uma relação direta com a degradação ambiental, nacional e global, que o modelo de desenvolvimento vigente é um elemento

determinante da crise sanitária atual e que multiplica os riscos à vida humana, não humana e ao bem-estar social podendo, inclusive, representar a ameaça de novas epidemias e pandemias futuras, caso esse curso de ação não seja alterado.

Da perspectiva social, restou claro que a pandemia não é democrática, como se costuma afirmar teoricamente. Ela atinge preferencialmente as populações mais vulneráveis por condições de idade, densidade demográfica do local de residência, comorbidades prévias e situações socioeconômicas, étnicas e ambientais desfavoráveis.

Politicamente foi possível constatar que a gestão política da pandemia se converteu em uma tragédia social, com um número excessivo de mortes, de internações e contaminações, muitas das quais evitáveis sob um outro padrão de ação dos gestores públicos. Além do desastre sanitário, a má gestão da pandemia desestruturou a economia e o mundo do trabalho, levou ao aumento da inflação, ampliou a insegurança alimentar e produziu ameaças à democracia e ao estado de direito no país.

Diante deste saldo negativo, em quase todos os sentidos, fica a expectativa de que a memória nefasta dessa longa experiência coletiva não seja perdida e que ela possa deixar lições para o aprendizado e a reconstrução social em novas bases.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, jan/abr, 2012.

ACSELRAD, Henry; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O grande crescimento da Pegada Ecológica no mundo e nos continentes, 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/06/27/o-grande-crescimento-da-pegada-ecologica-no-mundo-e-nos-continentes-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 10. Mar 2020.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London; New York: Sage, 1992.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, jan.-jun. 2020.

BROWN, Kate. Entendendo o coronavírus como uma catástrofe ecológica, 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/ideias/entendendo-o-coronavirus-como-uma-catastrofe-ecologica>. Acesso em 08 mai. 2020.

CRUTZEN, Paul Josef. Geology of mankind: the Anthropocene. **Nature**, London, v. 415, 2002.

FAO. **World Livestock 2013**: Changing disease landscapes. Rome, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 34, n. 99, 2020.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política: solução para a crise da instância política? In. ALIMONDA, Hector (ed.). **Ecologia política**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MCNEIL, John Robert; ENGELKE, Peter. **The great acceleration**: an environmental history of the anthropocene since 1945. Massachusetts: Harvard University, 2016.

MOORE Jason W. (Ed.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism: PM Press, 2016.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 36, n.4, 2020.

OMS (WHO) - Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Genebra: OMS, 2021 Disponível em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: Oliveira, L. A. **Museu do amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

RINKEVICIUS, Leonardas. Public Risk Perceptions in a 'Double-Risk' Society: The Case of the Ignalina Nuclear Power Plant in Lithuania. **The European Journal of Social Sciences**, vol. 13, n. 3, 2000.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, Wolfville, CAN, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/> Acesso em: 08 jun. 2010.

ROJAS CHAVES, Jose. Un paradigma holístico y transdisciplinario para el estudio de las zoonosis: Medicina de la conservación. **Revista de la Facultad de Medicina**, Colombia, 59, n. 1, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, PT: Edições Almedina, 2020a.

SANTOS, Ronaldo Teodoro. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020b.

SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, vol. 5, n. 16, 2020.

SMITH, E. G. Coronavirus and the Need for a Social Ecology, 2020. Disponível em: <http://social-ecology.org/wp/2020/03/coronavirus-and-the-need-for-a-social-ecology/>. Acesso em 05 fev 2020.

UNEP. **Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth**. A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 2011c. Disponível em: http://www.unep.org/resourcepanel/decoupling/files/pdf/decoupling_report_english.pdf. Acesso em: 12 fev. 2012.

WACKERNAGEL, M. & REES, W.E. **Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth**. Gabriola Island, CA: New Society Publishers, 1996.

WERNECK, Guilherme Loureiro; BAHIA, Ligia; MOREIRA, Jéssica Pronestino de Lima; SCHEFFER, Mário. **Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil**. São Paulo: IDEC/OXFAM, 2021.

ZAMPIERI, Gilmar. Dez lições para depois. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597845-dez-licoes-para-depois>. Acesso em: 05 set. 2020.

ZANELLA, Janice Reis Ciacci. Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para saúde e produção animal. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 51, n. 5, maio 2016.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E RURAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Patrícia Lopes Goldfarb
Rita de Cássia Melo Santos
Patrícia Alves Ramiro
Mércia Rejane Rangel Batista
Alane Maria Silva de Lima

Introdução

Durante a pandemia, vivida num contexto político de extrema-direita, fortemente apoiada pela bancada ruralista, temos visto as desigualdades dos espaços rural e urbano brasileiro cada vez mais explícitas. Enquanto, de um lado, o tripé histórico do chamado agronegócio baseado no latifúndio, na monocultura e no uso dos referenciais tecnológicos de mercado (nos quais se incluem o uso abusivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e financiamentos bancários “generosos”) se expande de maneira acelerada, por outro, as populações

tradicionais e rurais se veem cada vez mais ameaçadas de retrocesso de conquistas importantes das últimas décadas.

Nesse artigo, traremos um pouco das lutas históricas e atuais das chamadas populações tradicionais e rurais, com enfoque para situações específicas de ciganos, indígenas e camponeses.

A escolha por essa temática decorre da experiência vivenciada pelo conjunto de autoras no primeiro semestre de 2020, quando, frente à brutal expansão da pandemia da covid-19, foram suspensas as atividades presenciais da Universidade Federal da Paraíba e, em vez dos cursos regulares, fomos instadas a refletir sobre os nossos campos de pesquisas no atual contexto. A partir daquele momento, propusemos um ciclo de atividades em diálogo com interlocutores do campo para que estudantes e professores pudessem debater sobre as dificuldades e estratégias por eles adotadas. Recuperamos aqui os principais pontos dos contextos visitados, destacando elementos em comum no que tange às vulnerabilidades, ameaças de direitos e estratégias de enfrentamento da pandemia¹⁰.

Destacamos a importância da construção do conhecimento baseado na etnografia e nas teorias presentes no campo da Antropologia, como dos grupos étnicos (BARTH,

10 O ciclo de palestras realizado encontra-se disponível nos seguintes links: Populações rurais, <https://www.youtube.com/watch?v=gxJoroM7VnI&t=4011s>; Indígenas, <https://www.youtube.com/watch?v=KSEC4kLpp4w&t=712s>; e Quilombolas, https://www.youtube.com/watch?v=haAM0_BiUCs. Em virtude da dinâmica adotada para as populações ciganas, o vídeo debate não ficou registrado.

1988), o que nos permite apreender a situação experimentada pelo grupo no momento da pesquisa, como também reconhecer as dinâmicas sociais presentes, pois os diferentes contextos de pesquisa evidenciaram a exacerbação de processos de exclusão, tornando essas populações muito mais vulneráveis neste momento de pandemia, quando a covid-19 confirma um aumento de desigualdades, mas não sem reações e lutas, como as aqui descritas em seguida.

Ciganos em tempos de pandemia

É necessário destacar que, conforme documentação correlata, registra-se a presença de ciganos no Brasil desde o início do período colonial, chegando aqui através de políticas do degredo impostas pela coroa portuguesa (MORAES FILHO, 1886). Acusados de serem pouco afeitos às regras estatais com relação ao catolicismo, ao trabalho e à fixação ao território (o chamado processo de sedentarização), as populações ciganas não são tomadas como parte da herança colonial, menos ainda da participação na cultura e na formação do povo brasileiro, o que vai repercutir nas questões territoriais e jurídicas contemporâneas (GOLDFARB; TOYANSKI; CHIANCA, 2019). Nos modos pelos quais se concebe (ou não) o direito ao território, como também ao enquadramento que se vai utilizar para lidar com as múltiplas realidades atuais, pois é

importante frisar que, sob o termo cigano, no caso do Brasil, temos unidades sociais que se conformam de modos distintos.

Em pesquisas anteriores, problematizamos a atribuição “nômade” para definir os ciganos, o que cria um falso problema quando nos defrontamos com ciganos numa condição do que se chamaria “sedentarização” (GOLDFARB, 2013, BATISTA; MEDEIROS, 2015). Partindo deste campo etnográfico realizado na Paraíba, observamos que, ao mesmo tempo em que se reconheciam como “moradores” da zona urbana na cidade, construíam a sua identidade cultural a partir de sinais diacríticos elencados para se definirem enquanto ciganos, em processo de interação/diferenciação da sociedade não cigana. Esta identidade, ancorada no exercício da memória coletiva, é fortemente construída por valores advindos de um tempo de circulação e de andanças.

Residem no município de Sousa, que fica a 440 km da capital, mesorregião do Sertão paraibano, desde o início dos anos 1980. Trata-se de uma comunidade cigana de etnia Calon, formada por diferentes grupos, com relações de parentesco que os unem, tendo a família como rede de solidariedade e local de memória. Moram numa área doada por políticos locais. Esta comunidade está vivendo há cerca de quase 40 anos no bairro Jardim Sorrilândia III, e nesta área de cerca de 22 Km² reconstruíram suas vidas e seus “ranchos”.



Figura 1: Rancho ciganos em Sousa.

Foto: Patrícia Goldfarb, 2020.

Para observadores mais apressados, os ciganos quando assentam-se numa localidade estão deixando de ser ciganos. Consequentemente, passam a ser vistos como indiferenciados etnicamente. Então, não podem reivindicar a identidade diferenciada e são tratados apenas como pobres.

De acordo com relatos dos moradores e de um dos seus líderes, o Sr. Francisco Soares, conhecido como Seu Coronel, no mês de julho de 2020, em plena pandemia da covid-19, os ciganos são surpreendidos com a construção de

casas e a apropriação de lotes do que comumente é tido como “território cigano”.

É importante destacar que para os ciganos o território, que chamam de “rancho”, é compreendido através de códigos e sistemas ênicos, formado por redes territorializantes, constituídas de laços de parentesco e de solidariedade, alternativas aos sistemas dominantes que os excluem cotidianamente. Este território possui uma dimensão espacial, simbólica e afetiva.

Neste sentido, a comunidade cigana de Sousa enfrenta, durante a pandemia, não apenas as exceções sociais comuns a todos os brasileiros, como também exclusões e restrições econômicas agravadas pela impossibilidade de manterem as atividades de trocas, vendas etc. Além disso, se deparam ainda com a eminente e grave ameaça de perda de seu território.

Em agosto de 2020, uma parte da comunidade resolve acampar em barracas improvisadas nos espaços sob ameaça, o que impulsiona os supostos proprietários dos lotes (com vários terrenos) a recorrerem ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba pela Reintegração de Posse do imóvel.

Destacamos que este espaço onde residem os ciganos localiza-se no que foi, ao longo das últimas décadas, a periferia da cidade, um espaço que demarcava o limite da zona urbana ocupada e por isso mesmo associado a uma condição de marginalidade. No entanto, com a expansão urbana e o

crescimento da cidade, uma parte do Jardim Sorrilândia passou a ter fábricas e outros empreendimentos, como uma faculdade particular, um tipo de especulação imobiliária.

Interessante que no referido processo movido pelos não ciganos, na identificação do imóvel consta que este está “situado a RUA RANCHO DOS CIGANOS (terrenos citados na decisão judicial), S/N, bairro Jardim Sorrilândia III”. Aspecto que só reforça a ideia de que este território foi sempre visto pela cidade e seus moradores, de uma forma geral, como “local dos ciganos” ou “rancho dos ciganos”.

Com relação aos direitos territoriais, em certa medida, vamos assistir à emergência de uma “demanda” cigana, ultrapassando a ideia redutora de que “todo cigano é nômade”. Ideia esta que desresponsabiliza os gestores locais e nacionais no acesso aos direitos fundamentais, como o território.

Uma conclusão é possível: é necessário que pesquisadores e atores politicamente situados reflitam sobre o designativo Cigano igual a Nômade e passem a buscar o conhecimento de seus modos de vida, inclusive reconhecendo que ciganos, como qualquer outro grupo minoritário, vai se constituir respondendo/dialogando com as condições históricas nas quais estão inseridos.

Esse território ocupado pelos ciganos há tantos anos serve não apenas como espaço de morada, mas também de reprodução de suas vidas coletivas, sendo também necessário para o lazer, os afazeres domésticos, a circulação dos vizinhos

e a sociabilidade em geral, ainda necessário para as futuras unidades domésticas em formação.

Verificamos neste cenário pandêmico que o processo gerou na comunidade sentimento de insegurança, medo de uma expulsão compulsória (o que já conhecem bem) e incertezas diversas, quadro que por si só já é tenebroso, mas que numa pandemia se torna insuportável, situação que, ainda, gera instabilidade emocional, o que pode vir a causar sérios problemas de saúde em toda a comunidade.

Populações indígenas e o enfrentamento da pandemia

Com a notificação da pandemia em março de 2020, os povos indígenas do Brasil somaram mais uma batalha em sua agenda de reivindicações e lutas. Historicamente aliados de seus territórios, as populações indígenas brasileiras constituíram um importante espaço de reivindicações a partir de 1988 com a Constituição Federal que determinou o fim jurídico da tutela (PACHECO DE OLIVEIRA, 2017). Os direitos assegurados na Constituição de 1988 versam sobre acesso à saúde e à educação diferenciado, bem como a garantia sobre os seus territórios tradicionais. O pós constituinte foi acompanhado de um fortalecimento dos movimentos sociais indígenas, com um boom de associações, sobretudo nos anos 1990 e 2000.

Pautado por um movimento de forte cunho horizontal e descentralizado, as associações indígenas têm na defesa da autonomia um ponto fundamental de sua organização política. O processo de desmantelamento e ataque aos direitos indígenas foi aprofundado a partir de meados da década de 2010 com a tentativa de promulgação de uma série de medidas anti-indígenas, como o desengavetamento do Projeto de Lei 490/2007 e os brutais cortes no orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), principal órgão de execução da política indigenista no Brasil¹¹. Longe de enfraquecer o movimento indígena, essas ações têm encontrado uma população cada vez mais organizada. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fundada em 2005, já vinha realizando ações de grande visibilidade, a exemplo do Acampamento Terra Livre (ATL) no qual, inclusive, foi constituída¹².

Com o advento da pandemia em 2020, a APIB, em conjunto com as demais associações indígenas do Brasil,

11 O projeto de Lei 490/2007 pretende rever a política de demarcação territorial para os povos indígenas no Brasil instituindo o chamado “marco legal” em 1988. Ou seja, todos os povos que reivindicam seus territórios devem comprovar que os ocupam antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa tentativa de estabelecer uma data para reivindicação de terras, oculta todo o processo precedente de espoliação e expulsão vivenciado pelos povos indígenas no Brasil.

12 O Acampamento Terra Livre (ATL) corresponde a uma das maiores mobilizações indígenas contemporâneas. Iniciado em 2004, reúne durante o mês de abril milhares de indígenas em Brasília com o objetivo de realizar ações de visibilidade e contestação dos retrocessos vivenciados na política indigenista. Foi durante o segundo ATL, em 2005, que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foi criada com o fim de fortalecer a luta indígena. <https://apiboficial.org/>

lançou a campanha “Emergência indígena”, um plano de enfrentamento da covid-19 no Brasil com foco em populações indígenas. Dentre as medidas prioritárias requeridas ainda no início da pandemia estava a solicitação de vacinação prioritária para populações indígenas, o fornecimento de materiais de proteção individual, água potável e itens de higiene como álcool 70%¹³.

Conforme apresentado em outros trabalhos, os dados demonstram claramente que, entre populações indígenas, tanto a taxa de soroprevalência é maior que a média nacional, quanto a taxa de mortalidade (SANTOS; ROSA, 2021). Apesar da reconhecida vulnerabilidade indígena frente ao novo vírus, o “Plano Nacional de Operacionalização contra a Covid-19”¹⁴ previa inicialmente apenas a vacinação das populações indígenas aldeadas, deixando quase metade da população indígena em faixa de vacinação de fora da cobertura prevista.

Com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 70, apresentada pelo movimento indígena ao Supremo Tribunal Federal, as populações indígenas foram incluídas nos grupos prioritários, sem, contudo, obterem cobertura universal. A disputa sobre os povos indígenas advindos de contextos fronteiriços, como os

13 Maiores detalhes sobre o plano podem ser consultados em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org>

14 https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/planovacinaocovid_ed5_15-mar-2021_v2.pdf

Warao de origem venezuelana, nunca se tornou um consenso e em muitos municípios eles seguem sendo incluídos no plano local de vacinação sem o atendimento diferenciado a que têm direito.

As barreiras sanitárias e a contagem de pessoas com covid-19 realizadas pelos próprios indígenas foram algumas das medidas que buscaram mitigar a ausência de uma resposta tempestiva e articulada por parte dos governos federal e estadual. Na Paraíba essas ações tiveram grande alcance e colaboraram para a redução do número de casos, especialmente durante o primeiro período pandêmico¹⁵. O movimento indígena brasileiro tem demonstrado sua grande capacidade de articulação e reação frente ao contexto de ameaça à vida e à dignidade indígenas.

15 O acompanhamento do número de casos foi realizado pelos próprios indígenas com a coordenação de Estêvão Palitot e os boletins encontram-se disponíveis no seguinte endereço, <https://www.observantropologia.com/indigenas>.



Figura 2: Barreira sanitária organizada pelos indígenas.

Foto: PMPB/G1 Paraíba Divulgação.



Figura 3: Mapa da covid indígena na Paraíba.

Camponeses em tempos de pandemia

Apesar dos esforços de silenciamento do maior movimento camponês do Nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011), outras lutas explícitas, como a dos movimentos sociais de luta pela terra, ou silenciosas, nas resistências cotidianas dos camponeses como nos mostra Scott (2011), ressignificam o presente do meio rural paraibano através, dentre outras estratégias, do reconhecimento desse passado.

Importante lembrar que a zona da mata paraibana, assim como grande parte da região Nordeste, teve sua estrutura baseada nas plantações canavieiras, no latifúndio e na exploração da mão de obra escravizada negra. A ausência nos planos oficiais de qualquer política que pudesse de fato emancipar a população negra após a abolição da escravatura, como a necessária redistribuição das terras, faz com um novo sistema de dominação se construa no Nordeste com base na condição da morada. Caracterizada por Garcia Jr. (1989) como um sistema baseado na dominação personalizada, na qual os moradores tinham todas as esferas de suas vidas controladas pelos proprietários, a quem deviam fidelidade e trabalho árduo de todos os membros da família. Baixos salários, endividamento nos barracões dos engenhos (geralmente único local onde podiam comprar os itens para sua sobrevivência com preços superinflacionados), repressões físicas e ameaças, alto índice de mortalidade infantil e analfabetismo compunham os elementos

centrais que resultariam na formação das Ligas Camponesas na década de 1950.

Surgida em Pernambuco no ano de 1955, com o nome Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, era, como nos mostra o então deputado estadual e advogado das Ligas, Francisco Julião, uma sociedade civil beneficente, cujo “objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõesinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora” (JULIÃO, 2009, p. 276). Foi após serem ameaçados de despejo pelo proprietário (que havia sido alertado por outros latifundiários que aquilo era “coisa de comunista”) e receberem ordem de extinção, que o ex-administrador, conhecido como velho “Zezé”, passou a organizar os trabalhadores em torno do que entraria para história como Ligas Camponesas.

O movimento chegou ao Estado da Paraíba em 1958 através da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, encontrando neste município, através da liderança de João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias (conhecido como Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro Fazendeiro), força para se transformar numa das maiores organizações de camponeses do país. Mais conhecida como a Liga Camponesa de Sapé, de lá se expandiu rapidamente para outros dezessete municípios paraibanos.

Todavia, a defesa do direito à terra representada pelo slogan “reforma agrária na lei ou na marra” será brutalmente silenciada pela repressão militar iniciada em 1964 e somente nos anos 1980, a partir da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, o tema da reforma agrária voltará ao centro das questões nacionais.

Na Paraíba não foi diferente (CAVALCANTE, 2017). A luta pela terra (ainda que longe de uma verdadeira reforma agrária nacional) resultou, nesse Estado, na implantação de 314 assentamentos com 14.645 famílias numa área total de 294.672,09 hectares (INCRA, 2017)¹⁶. Em Sapé existem hoje seis assentamentos rurais, onde agricultores resistem na luta pela permanência nas terras com qualidade de vida.

Apesar dos imensos e novos desafios que surgem após a conquista da terra (afinal é preciso todo um processo de aquisição de novas disposições para a posição social atual)¹⁷, essas pessoas demonstram na prática como as sementes plantadas com o sangue de muitos outros e outras germinaram e seguem inspirando a luta por um país mais justo e melhor aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Dois exemplos desses frutos são o Memorial das Lutas e Ligas

16 Segundo dados do Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Brasil foram implantados 9.394 assentamentos até o ano de 2017. Informação disponível na página “Painel dos Assentamentos – Incra.”. <http://painel.incra.gov.br/>. Acessado em 14 de julho de 2021.

17 Situação muito bem definida pelo agricultor Luizinho, presidente da associação Eco Várzea quando disse que: “Antigamente a gente executava o planejamento, depois da luta pela terra, a gente era obrigado a executar e planejar”.

Camponesas e a feira agroecológica Ecovárzea, dos quais falaremos um pouco a seguir.

O Memorial das Lutas e Ligas Camponesas¹⁸ é um espaço de memória surgido em 2006, no local onde residiram João Pedro Teixeira e sua esposa Elisabete Teixeira, conhecida pela continuidade da luta após o assassinato do marido (BANDEIRA, 1997), na Comunidade de Barra de Antas, em Sapé. Resultado do esforço de muitos camponeses da região comprometidos com a preservação da história das Ligas Camponesas, hoje o Memorial ultrapassa esse papel histórico, tornando-se também um local de acompanhamento das lutas camponesas enfrentadas no presente, seja no campo produtivo, educativo, organizativo, político e de comercialização, em parcerias com outras organizações do campo e da cidade. Como exemplo temos as associações dos assentamentos da reforma agrária e a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (Ecovárzea).

18 Site: <https://www.ligascamponesas.org.br>.



Figura 4: Memorial das Lutas e Ligas Camponesas, em Sapé.
Fonte: MMLC, 2020.

A Ecovárzea é a primeira associação de feira agroecológica da Paraíba formada por camponeses/as agricultores/as assentados/as e acampados/as da reforma agrária. Surgiu em 2001 a partir da luta pela terra com o propósito de eliminar a figura do atravessador que comprava os produtos a preço baixo, de gerar espaços e políticas populares de comercialização para as famílias recém assentadas e acampadas. Hoje a Ecovárzea conta com quase 50 sócios e sócias comercializando em três feiras agroecológicas, trabalhando com as famílias camponesas na produção, comercialização e nas discussões sobre políticas de comercialização.

Com a pandemia e as medidas restritivas às feiras nas cidades, precisaram se reinventar em tempos de desafios e de omissão das políticas públicas dirigidas à categoria, em parceria com o Laboratório de Botânica Aplicada à Agroecologia da

UFPB (pode ser em rodapé), lançam em maio de 2020 um site para venda virtual de cestas agroecológicas¹⁹. Se a participação das mulheres na proposta agroecológica já era perceptível no espaço da feira, nesse novo cenário virtual temos a inserção dos jovens e das jovens. Os conflitos geracionais e a tendência ao desejo do êxodo dos/as jovens são ressignificados por sua inclusão, especialmente na organização digital da feira. Se antes uma das reclamações dos pais era o elevado tempo junto às telas de celulares, hoje, continuam conectados, mas trabalhando com as famílias na divulgação e comercialização dos produtos.



Figura 5: Logotipo do site da Feira Ecovárzea.

O retorno de muitas pessoas ao campo por causa da pandemia, a inclusão dos/as jovens nas atividades produtivas,

19 Site: <https://ecovarzeapb.com>.

a preservação e divulgação das memórias das lutas camponesas na região e a organização coletiva dos assentados de Sapé são exemplos de que, apesar de tentativas brutais de silenciamento e invisibilização, a luta camponesa permanece viva na região.

Ainda que os agricultores/as familiares sejam responsáveis por 47,8% da produção de alimentos na Paraíba (IBGE, 2017), cabe a eles próprios criarem alternativas possíveis para sua sobrevivência econômica, política, social e cultural. Nesse sentido, a luta dos assentados do município de Sapé, na Paraíba, mostra como as Ligas Camponesas foram sementes cultivadas que não cessam de brotar e render frutos como o Memorial das Lutas e Ligas Camponesas e a Feira Ecovárzea.

Considerações Finais

Ao longo da conformação das Ciências Sociais no Brasil, os estudos sobre populações tradicionais e rurais sempre foram desenvolvidos de modo independente. Historicamente, os grupos de pesquisa e os projetos de investigação têm se dedicado especificamente ou ao estudo de populações indígenas ou de populações ciganas ou de populações rurais. As poucas exceções conformam estudos transversais, geralmente associados aos estudos territoriais e cartográficos. A escolha pela especialização, claro, se dá pelos modos como o próprio campo do conhecimento foi engendrado, com bibliografias específicas e metodologias próprias.

Se, por um lado, ganha-se em profundidade e densidade de informações com a especialização, por outro, perde-se um tanto da visão de conjunto e das estratégias, muitas vezes similares, adotadas em cada um desses campos, especialmente no atual contexto. A ideia de realizar esse curso para o qual confluíram temáticas tão distintas e a partir do qual refletimos sobre os principais pontos abordados ao longo deste capítulo diz respeito ao entendimento de que a pandemia atravessou de modo diferencial as populações tradicionais e rurais. Todavia, em comum, vemos resistências e estratégias de luta contra o brutal ataque aos direitos historicamente conquistados destes grupos, fazendo com que fiquem ainda mais vulnerabilizados.

Notamos que fomos impactadas não só pelo vírus, mas pelo descaso e a ausência do Estado: na crise sanitária, na ausência de vacinas e na falta de políticas públicas voltadas para atender as necessidades dos diferentes grupos sociais brasileiros. A emergência de uma pandemia a partir de um vírus desconhecido impôs desafios imprevistos. O mundo não será o mesmo após 2020 e o fim da pandemia não corresponderá a um retorno ao antigo “normal”.

Permitir que jovens estudantes das Ciências Sociais possam em uma única formação (ou através deste capítulo) conhecer contextos e estratégias distintos, associados a um mesmo processo de resistência e de luta contra a pandemia, constituiu a nossa aposta em lançar sementes para um futuro

conectado. Em que novos pesquisadores e professores possam, junto às populações tradicionais, pensar atividades integradoras para construção de soluções em comum.

Referências

BATISTA, Mércia R. R.; MEDEIROS, Jéssica Cunha. Nomadismo e Diáspora: sugestões para se estudar os ciganos. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Ano 19, 26(1): 201-230, 2015.

BANDEIRA, Lourdes et al. **Eu marcharei na tua luta**. A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1997.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. (1969). In. POUTIGNAT & STERIFFENART. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Aprendizes da terra**: a voz e a resistência do MST na Paraíba. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

CHINA, José d'Oliveira. Os Ciganos do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, Tomo XXI, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul**: caminho do roçado. SP, Brasília: MCT, CNPq, 1989.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e Etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; BATISTA, Mércia R. Rangel (org.). **Discutindo Ciganos em múltiplos contextos**: história,

demandas por direitos e construções identitárias. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOIANSK, Marcos; CHIANCA, Luciana O. **Ciganos: olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

JULIÃO, Francisco [1962]. Que são as ligas camponesas?. In. WELCH, Clifford et al. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2009. (p. 271-298).

MORAES FILHO, Alexandre José. **Ciganos no Brazil**. Contribuição ethnographica. Rio de Janeiro: B. L. Editor, 1886.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Sem a tutela, uma nova moldura de nação: o Pós-Constituição de 1988 e os Povos Indígenas. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, 5(1), 2017, p. 200–229.

SANTOS, Rita de Cássia Melo; ROSA, Marlise. Povos indígenas, um ano de pandemia. **Informe epidemiológico**, nº 03/2021, Observatório Antropológico. Abril, 2021. Disponível em: https://www.observantropologia.com/News/Informe-N.3_2021.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, p. 217-243, 2011.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas Na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, vol. 5, nº 1, p. 83-117, 2011.

A PANDEMIA E AS NOSSAS DESIGUALDADES DURADOURAS²⁰

Rogério de Souza Medeiros

Introdução

No conjunto de reflexões sobre a pandemia reunidas neste volume, minha proposta aqui é abordar a pandemia e as nossas desigualdades duradouras, tema que dialoga com minha trajetória de pesquisa sobre políticas de combate à pobreza e às desigualdades. Tentarei apresentar algumas reflexões relativamente abrangentes sobre como temos pensado a pandemia desde que começou o período de isolamento, desde que começou o período de quarentena. Tentarei passar de uma leitura

20 Uma primeira versão deste capítulo foi publicada no n. 26 da CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, em junho de 2021. Acessível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/57370>. O texto é uma versão ligeiramente modificada da palestra proferida em 11 de agosto de 2020, no “Seminário Ciências Sociais em Debate: crise e crítica social em tempos de covid-19”. Ao final da palestra, o autor respondeu a perguntas, que foram lidas pela mediadora do evento, a Prof^ª. Simone Brito (DCS/PPGS/UFPB). Por motivo de limitação de espaço, as perguntas e respostas não serão reproduzidas nessa versão do texto, mas podem ser lidas na íntegra na versão anterior indicada acima.

mais cotidiana, corriqueira, sobre o que tem ocorrido na pandemia em termos de desigualdades, até uma leitura um pouco mais aprofundada, propondo um panorama acerca de como a Sociologia ajuda a pensar a relação entre a pandemia e as desigualdades. Não vou fazer nenhum levantamento abrangente, nenhuma revisão ampla de literatura, mas o título da minha contribuição em si já traz uma proposta de abordagem do tema da desigualdade, à luz do momento da pandemia, que é a ideia de desigualdade duradora, desigualdades persistentes.

Tentarei construir, em cima de evidências observáveis nos meios de comunicação, nas manchetes de jornal, nos editoriais de jornais e telejornais, ou nos blogs e nos vários podcasts que têm ampliado a discussão acerca da pandemia e das desigualdades sociais no Brasil, um argumento que possa fomentar um debate. E com isso, ir construindo uma conversa acerca de como as Ciências Sociais de modo geral, e como a Sociologia, de maneira mais específica, tratam essa relação, ou podem tratar essa relação entre a pandemia e as desigualdades sociais.

Todos no mesmo barco?

A gente viu – quem esteve atento a isso – que no início dessa quarentena, existia uma narrativa muito comum que circulava nas conversas através das redes sociais, de que a pandemia, de certa forma, nos igualava a todos. Estaríamos

todos envolvidos numa situação de vulnerabilidade. A ideia de que a pandemia foi uma espécie de choque, que igualou todo mundo, foi sintetizada na expressão de que “estamos todos no mesmo barco”. Uma série de campanhas publicitárias e outras formas de comunicação levaram em consideração essa elaboração discursiva. Quer dizer, existiu primeiro essa narrativa de que a pandemia era um fato tão chocante, tão impactante, que revelava essa igualdade básica, de que todas as pessoas do mundo estão igualmente vulneráveis. Acho até compreensível que tenhamos iniciado o debate público com esse tipo de narrativa, afinal de contas existe algo comum nisso tudo, somos todos seres humanos que estamos, por definição, sujeitos a sermos infectados por esse vírus. No entanto, não é nenhuma surpresa para qualquer cientista social perceber que, como quase todos os fenômenos coletivos, as pandemias não afetam os grupos sociais, as pessoas pertencentes a esses grupos sociais, de maneira igual. Na verdade, percebemos uma desigualdade muito grande na forma com que esse vírus incide, como ele ameaça a vida a partir das várias condições a que estão submetidos os grupos sociais nessa sociedade. No início, por exemplo, quando ainda corria de forma inquestionada a ideia de que a pandemia igualava todo mundo, as pessoas usavam a ideia de que nos bairros de classe média alta a incidência era muito grande e o nível de contágio era bem elevado, como se isso fosse um indicador de que a doença não afetaria só os mais pobres, os mais vulneráveis socialmente. Qualquer pessoa que

esteja acostumada a ver com um pouco mais de cuidado – me refiro mais particularmente aos cientistas sociais treinados para isso – consegue perceber que toda a dinâmica subjacente a esse dado mais cru, de que um bairro de classe média alta está sujeito a alta contaminação e disseminação do vírus, na verdade ajuda a compreender o funcionamento das formas de desigualdade ali predominantes. Existe uma série de dinâmicas, em termos de relações de trabalho, da inevitabilidade da manutenção da atividade econômica, mesmo sendo recomendado o isolamento, das necessidades da população em continuar trabalhando, que explica como é que esses bairros são todos atravessados por relações de dominação, todas as formas desiguais, assimétricas de poder que fazem com que o vírus se dissemine de maneira um pouco mais rápida nos lugares onde essas relações se dão de maneira mais intensa. Se a gente pensar na relação entre trabalhadores domésticos e seus empregadores, em nenhum lugar isso acontece de forma mais intensa do que num bairro de classe média ou classe média alta.

Então, quem tem o olho treinado percebe que aquele indicador que parecia revelar uma igualdade de condições, na verdade revelava uma série de dinâmicas sociais que escondiam o porquê de esses bairros estarem bem no centro das primeiras ondas de disseminação da doença.

Indo um pouco mais adiante, começamos a ver, em seguida, que o vírus circulava de maneira mais intensa em algumas situações, em algumas configurações geográficas, na

separação entre o rural e o urbano, e fomos vendo, de forma cada vez mais evidente, que a pandemia não incide da mesma forma, nem com a mesma intensidade e nem com a mesma gravidade, quando observamos os diferentes grupos e suas diferentes condições²¹.

Eu queria aprofundar um pouco mais essa reflexão pensando em como a desigualdade e a pobreza são dois traços muito antigos na história do nosso país. Eu queria partir dessa caracterização da pobreza e da desigualdade como dois traços – vamos colocar assim – fundantes, ou constitutivos, da nossa formação social, como um passo inicial, para termos uma visão um pouco mais aprofundada e mais complexa acerca dessa relação entre pandemia e desigualdades.

Desigualdade e pobreza como traços de formação

O Brasil é um país profundamente desigual. Um país que sempre conviveu com índices muito elevados de desigualdade, e essa é uma realidade conhecida por toda a literatura da História, das Ciências Sociais, da Sociologia, do Pensamento Social Brasileiro. Inclusive temos desenvolvido técnicas e metodologias inovadoras para abordar esse fenômeno

21 Matéria publicada no portal de notícias G1, em 28/04/2020, mostrava os resultados de uma pesquisa que apontava que “Pretos têm 62% mais chance de morrer por covid-19 em São Paulo do que brancos”. Acessível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/28/pretos-tem-62percent-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-do-que-brancos.ghtml>>. Acessado em 21/01/2021.

tão duradouro que é o fenômeno da desigualdade social. Eu tenho recomendado muito o livro recente do sociólogo Pedro Ferreira de Souza (2018), chamado Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre ricos no Brasil de 1926 a 2013. É um livro interessantíssimo. Ele procura esmiuçar exatamente as dinâmicas e os mecanismos que fazem o processo de concentração de renda ser um fenômeno tão duradouro na história brasileira e, ao mesmo tempo, com uma capacidade grande de se renovar e de se adaptar. Mas o fato é que vivemos com a desigualdade há muito tempo e temos a pobreza como um traço constitutivo do Brasil. O Brasil é um país, uma formação social, que convive com esses dois fenômenos há muito, muito tempo.

Talvez não seja necessário dizer que pobreza e a desigualdade não se confundem, não são a mesma coisa, são duas coisas distintas, conceitual e empiricamente, mas são fenômenos muito fortemente relacionados. Os dois representam facetas muito cruéis disso que a gente entende de forma ampla como injustiça social. Os seus índices são revelados de maneira particularmente impactante para nós brasileiros²². Convivemos com isso há tanto tempo que é difícil o brasileiro se ver, se reconhecer, ter uma autorrepresentação ou autoimagem, que seja completamente descolada dos fenômenos da pobreza e da desigualdade. É interessantíssimo, porque o tema da pobreza,

22 “Brasil é o nono país mais desigual do mundo, diz IBGE”. Matéria publicada no jornal O Globo, em 12/11/2020. Acessível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-no-no-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-ibge-24742041>>. Acessado em 21/01/2021.

por exemplo, incomoda a todos, sempre incomodou. Embora possamos elaborar a pobreza de maneiras muito diversas, do ponto de vista conceitual, narrativo, seja acadêmico ou não, mas o fato é que ela nunca deu origem a uma atitude ou a uma vontade política coletiva capaz de superar esse problema. Isso é um elemento curiosíssimo na história do Brasil, que nós convivamos com os altos índices de pobreza sem que isso se transforme de fato numa comoção nacional ou numa paralisação geral para que possamos reconstituir a formação social brasileira tendo esse como um dos elementos principais a serem superados.

Convivemos com a pobreza há muito tempo. Tem uma frase de uma socióloga, cujo trabalho sobre a pobreza eu admiro bastante, a professora Vera da Silva Telles, na sua tese sobre pobreza e cidadania no Brasil (TELLES, 1992). Ela aponta uma coisa muito impactante. Na verdade, ela mostra muitas coisas importantes sobre a relação entre o processo de construção da cidadania do brasileiro e a pobreza como um fenômeno duradouro. Ela diz principalmente que, de certa forma, a pobreza no Brasil foi se constituindo em uma paisagem, uma espécie de catástrofe sem autores. A pobreza vai se naturalizando no Brasil em vários sentidos, vai se tornando parte da paisagem, ela é parte da natureza, e vai se tornando parte da nossa cotidianidade, se naturalizando no nosso convívio diário. Convivemos com nossos colegas cidadãos tendo a pobreza como um pressuposto. Diriam os economistas,

de forma tipicamente eufemística, que temos uma baixa intolerância aos altos índices de pobreza no Brasil. Significa dizer, na verdade, que nós nos comovemos muito pouco com o tanto de injustiça social que nós geramos neste país. Que geramos e sustentamos.

Se a pobreza pudesse ser definida exclusivamente como destituição material, já teríamos uma desgraça grande o suficiente. No entanto, sabemos – utilizando já o jargão sociológico – que ela não é só isso. Ela se revela também na própria constituição dos indivíduos e dos grupos sociais. Ela tem uma faceta política. É por isso que o tema da cidadania no Brasil dificilmente pode ser pensado sem ter a pobreza como um condicionante forte. O processo de constituição da cidadania – definido de maneira muito geral, como a condição de ser membro pleno de uma determinada comunidade abrangente, que seria a comunidade do Brasil, como um estado-nação – é completamente atravessado por esse tipo de iniquidade observável de maneira tão patente, tão dura e inescapável, que a gente não conseguiu constituir no Brasil, dada a enorme e duradoura desigualdade que nos caracteriza, com os altos índices de pobreza, a ideia que em alguns lugares foi mais ou menos sedimentada, que é a de um sentido de equivalência interclasses, vamos dizer assim. Uma certa constituição básica, de um sentido de igualdade fundamental entre as pessoas. Eu tenho cada vez mais a impressão, me dedicando a esse tipo de questão, que no Brasil, o sentido de

igualdade básica é renegociado a cada novo conflito que ocorre. Não se tem algo ao qual recorrer, um princípio, por exemplo, segundo o qual se possa dizer: “no limite, todos temos os mesmos direitos”. Sabemos que não temos. E boa parte dos motivos pelos quais não temos acesso aos mesmos recursos de justiça deriva exatamente do fato de termos na base disso tudo uma desigualdade abissal duradoura, já normalizada, e altos índices de pobreza que fazem com que, não uma minoria, mas a maioria numérica da população viva em condições muito precárias de existência.

Então, já conseguimos ver, por exemplo, que a própria pobreza tem que ser vista como algo mais do que destituição material, o que não reduz a gravidade da injustiça material contida nesse fenômeno, na verdade, a amplia e muito, se pensarmos em termos da tragédia humana, que é o que temos configurado aqui. Mas no final das contas, qual é a relação entre a pandemia e essa desigualdade tão antiga e essa pobreza tão duradoura?

A revelação e o agravamento de antigas desigualdades

Primeiramente, poderíamos pensar que a pandemia serviu como um fenômeno extraordinário, fora do normal, para revelar desigualdades já existentes. De fato, a pandemia funcionou para revelar uma série de desigualdades sobre as quais nem sempre tematizamos, que nem sempre aparecem

nos noticiários, e que nem sempre incomodam. Na verdade, incomodam muito pouco na maior parte dos casos. A pandemia virou uma espécie de lente de aumento, já que todas as pessoas no mundo estão, inevitavelmente, olhando para os indicadores e tentando perceber a dinâmica com que o vírus se espalha, como incide, como provoca mortes e assim por diante. Inevitavelmente acabamos comparando situações e conseguindo perceber uma série de desigualdades, iniquidades escancaradas no Brasil, exatamente pelo fato de que a pandemia revela as precaríssimas condições de parte da população para responder ao vírus, ou para se defender dele. Então, estamos falando de condições muito precárias de moradia, saneamento, pavimentação de ruas e logradouros, que existem ao lado de ambientes altamente modernos, luxuosos. Há uma foto que mostra a fronteira entre o bairro do Morumbi e a comunidade de Paraisópolis²³, se não me engano, pois conheço pouco a geografia de São Paulo. Que mostra aqueles prédios luxuosíssimos, com varandas tão exclusivas que nem sequer fazem sombra umas às outras, ao lado de Paraisópolis, que é uma favela enorme. Eu já vi pelo menos três capas de revistas tratando de desigualdade no mundo tendo essa foto como ilustração. O Brasil é repleto dessas paisagens cruelmente contrastantes.

23 A foto, captada pelo fotógrafo Tuca Vieira, pode ser conferida nessa reportagem: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/a-fronteira-entre-a-favela-de-paraisopolis-e-o-bairro-do-morumbi-gerou-uma-das-mais-impactantes-imagens-sobre-a-desigualdade-brasileira.ghtml> (acessada em 22/01/2021).

Então, o primeiro tipo de relação que poderíamos elaborar seria essa: a pandemia serviu para revelar, para lançar luz sobre as nossas desigualdades já existentes²⁴. Em qualquer lugar do mundo em que o Brasil não projetasse ainda a imagem de um país muito desigual, com a pandemia a cortina caiu rapidamente, o país aparece para o mundo como um país muito desigual também na situação de pandemia. A pandemia lança uma luz muito forte sobre isso.

Mas podíamos pensar também, e é esse o caso, que a pandemia teria agravado desigualdades já existentes, não só reveladas, mas que ela incidiria também como uma variável adicional a ponto de tornar mais duras as condições sob as quais vive parte da população brasileira, na verdade, a maioria dela, inclusive criando novas desigualdades. Tudo isso é possível perceber no atual momento. Isto é interessante, e eu até tinha colecionado um conjunto de matérias que mostravam um pouco esse desdobramento da visão da pandemia, de um fenômeno que igualava a todos até a compreensão da pandemia revelando desigualdades, mas não tive tempo de elaborar de forma organizada para trazer hoje²⁵, mas é facilmente observável se você faz uma busca pela internet, porque os grandes meios de circulação têm manchetes que revelam

24 Matéria publicada no site do CLACSO, em 06/05/2020: “A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social”. <<https://www.clacso.org/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/>> Acessado em 21/01/2021.

25 Nessa versão escrita da palestra, as referências e os links de acesso às matérias e aos textos coletados para ilustrar o argumento foram inseridos em notas de rodapé.

isso. E se quiserem ser mais específicos, dá para ir nos canais acadêmicos e institucionais que mostram ainda mais detalhes sobre essa relação entre a pandemia revelando desigualdades existentes, criando novas desigualdades ou agravando velhas desigualdades.

Nesse contexto, os indicadores aparecem tentando mostrar que a pandemia, no Brasil, teve uma certa dinâmica, e começa a modificar e acentuar esses traços à medida que, por exemplo, nos grandes centros urbanos, ela começa a se alastrar para as periferias, que normalmente são parte da composição urbana muito menos atendida por serviços públicos, com complicadores fortíssimos relacionados com a alta densidade demográfica, com as precárias condições de habitação, e aí se tem o vírus de fato se comportando de acordo com esse tipo de desigualdade ou de traço de desigualdade.

Poderíamos utilizar um recurso que todo aluno de primeiro período de Sociologia ou de Ciências Sociais aprende a usar, que é a imaginação sociológica, para tentar enxergar além dos índices com os quais temos contato diariamente. Na verdade, somos inundados com esses índices e indicadores nos noticiários. Poderíamos pensar no que ultimamente se tem falado, por exemplo, acerca das condições de trabalho, dos tipos de hiperexploração dos trabalhadores de entrega por aplicativo, a exemplo do UberEats, Rappi, iFood, entre outros. Começou a surgir inclusive, como parte das pesquisas das ciências humanas e sociais, uma série de dados acerca do grau de adoecimento

dessa população, do grau de exposição que esses trabalhadores apresentam, que é muito desproporcional em relação a outras categorias de profissionais (AQUINO; PILATE, 2020). Talvez o grau de exposição desses trabalhadores só rivalize com o dos profissionais da saúde que atuam diretamente na contenção do vírus. Como essas pessoas estão diretamente expostas, cotidianamente, inclusive com vínculos e condições muito precárias de trabalho, vemos surgir os índices acerca do grau de adoecimento, das taxas de mortalidade.

Vamos pensar numa situação hipotética, mas não distante da realidade, para tentar enxergar um pouco além desses índices, da frieza dos números divulgados. Imaginem que uma pessoa trabalhando com esse tipo de atividade seja responsável pela principal fonte de renda de uma família de três ou quatro pessoas. Ela não só está muito mais vulnerável do que a maior parte da população em termos de contaminação pelo vírus, como o adoecimento dessa pessoa tem a potencialidade de multiplicar esses efeitos. Imaginem que uma pessoa dessa, que é o que se costuma chamar arrimo de família, uma pessoa que sustenta uma família de três, quatro ou cinco pessoas. A interrupção de um trabalho desse, com um tipo de vínculo trabalhista que não permite, digamos, acessar seguro-desemprego como o trabalho formal permite, essas pessoas estão sem renda imediatamente, já no dia seguinte, lançadas a uma situação de altíssima vulnerabilidade social, muitas vezes entrando na linha de extrema pobreza. Se essa situação

se transforma em um impedimento permanente, como nos casos de morte ou de incapacidade permanente de trabalhar, significa que todo um grupo de pessoas entra indefinidamente nessa condição. Eu estou dizendo isso sem pensar em nenhum caso específico, mas qualquer um que tenha tido contato com o cotidiano das classes populares nas periferias urbanas no Brasil – eu faço parte desse grupo de pessoas que estuda o fenômeno – sabe que essa é uma cena extremamente comum. A gente consegue, com o olhar sociológico, imaginar situações que se transformam em hipóteses e que vão além daquilo que os números nos mostram no cotidiano. Esse exercício já consegue nos dar uma clareza de que a pandemia revela e agrava desigualdades antigas.

Desigualdades duradouras, desigualdades persistentes

Mas as Ciências Sociais também podem nos ajudar a enxergar mais longe do que isso. Não necessariamente no sentido linear, de adivinhar futuros, mas de perceber a situação presente dentro de uma perspectiva temporal mais alongada e ver como esses dramas se comportam na longa duração. Nesse sentido, na intenção de esboçar um argumento sociológico acerca das relações entre pandemia e desigualdades, eu queria explorar o termo que está no título da palestra: a pandemia e as nossas desigualdades duradouras. A expressão “desigualdade duradoura” vem de um estudo de um sociólogo estadunidense

chamado Charles Tilly, autor que influenciou toda uma geração de pesquisadores do campo da Sociologia, em temáticas diversas, da ação social, da ação política, da ação coletiva, na Sociologia Política, e também dos estudos sobre desigualdades sociais. Em 1998, ele lança um livro que se tornou muito influente, chamado *Durable inequality* (TILLY, 1998), título que é traduzido por alguns como “desigualdade persistente”. Eu estou traduzindo aqui livremente como desigualdade duradoura, inclusive para enfatizar esse traço da nossa formação, pois somos desiguais desde sempre e cada vez mais desiguais, sustentando índices cada vez mais elevados ou com baixíssima variação histórica no que se refere à pobreza (ARRETCHE, 2015).

Algo que está sugerido no título dessa palestra, e que eu gostaria de chamar atenção hoje, como uma proposta de leitura para a relação entre a pandemia e desigualdade, é o conceito de Charles Tilly de ‘desigualdade duradoura’ ou persistente. Através desse conceito, Tilly diz que na história da humanidade as desigualdades mais persistentes, as que duram mais tempo e que são mais difíceis de modificar, são aquelas que se estabelecem ao longo de categorias de classificação e hierarquização, como gênero, raça, etnicidade, sexualidade. Nesse sentido, a desigualdade de salário entre homens e mulheres é uma desigualdade duradoura na medida em que se relaciona a um tipo de categoria que de fato influencia a forma de distribuição de recursos, como dinheiro, poder,

prestígio e assim por diante. Portando, desigualdade duradoura é toda desigualdade que persiste ao longo das categorias que classificam e hierarquizam grupos e pessoas. A tese defendida e demonstrada por ele no livro de 1998 passou a influenciar um conjunto crescente de autores e intelectuais que estudaram o fenômeno da desigualdade.

Eu gostaria de explorar aqui duas leituras recentes baseadas nas ideias de Charles Tilly, para tratar o tema da desigualdade, e talvez com isso concluir a minha fala. Nesse ponto da nossa reflexão, já estamos muito além de uma leitura imediata dos dados que saem no jornal, tentando enxergar mecanismos mais profundos de manutenção das nossas desigualdades e da nossa relação com a pandemia. Nesse caminho, eu gostaria de explorar uma tese aqui – espero chegar a isso no final –, de que a forma como nós tratamos, vivenciamos, sendo pouco intolerantes com nossas desigualdades históricas implica dificuldades muito grandes de lidar com a própria pandemia. Com isso quero propor que existe um paralelo acentuado entre a maneira como toleramos as nossas desigualdades e a forma como toleramos essa marca histórica e muito triste de cem mil mortes²⁶ pela Covid-19. Eu percebo uma relação muito forte entre essas duas coisas, mas eu gostaria de abordar esse tema, da relação entre sermos muito tolerantes às desigualdades, à pobreza e às injustiças sociais e sermos igualmente tolerantes a essa tragédia que temos

26 Esse era o número de mortes na primeira quinzena do mês de agosto de 2020.

vivido na pandemia, de cem mil mortos em poucos meses, desenvolvendo algumas dessas ideias que partem de Charles Tilly.

Tem um trabalho muito interessante de uma socióloga da Universidade de Stanford que faz exatamente o uso do conceito (desigualdade persistente/duradoura) de Charles Tilly, e eu queria tentar expor o resultado desse estudo de maneira muito simples e direta para que nós possamos reter os principais elementos dele para nos ajudar a pensar nessa relação entre a desigualdade e a nossa tolerância à morte pela Covid-19. A professora Cecilia Ridgeway elaborou esse artigo, cujo título é Por que o status importa para a desigualdade? (RIDGEWAY, 2014). E o que é exatamente isso que ela está chamando de status no artigo? É aquela desigualdade que deriva de diferenças de prestígio e respeito. No linguajar sociológico, esse é um termo muito conhecido, faz parte do próprio vocabulário básico da Sociologia. A forma como as pessoas e os grupos se diferenciam, se diferenciam não apenas em termos da quantidade de recursos materiais, de dinheiro, que se tem, mas também em termos do quanto de recurso de poder que se tem, também o tanto de estima que se tem. Estima pensada como prestígio, reconhecimento. Ridgeway afirma que, seguindo de perto o que Charles Tilly propôs, também em suas pesquisas é possível perceber que as desigualdades mais persistentes são aquelas que se colam às nossas categorias de raça, gênero, sexualidade e outras. É interessante quando pensamos esse termo, “status”,

como gradiente de estima e prestígio, conseguimos perceber que o prestígio joga um papel importante na estruturação das desigualdades, e da transformação de desigualdades de oportunidades em desigualdades duradouras, como Tilly as definiu. Ela argumenta que no nível macrossocial, as diferenças de status chegam a estabilizar desigualdades de poder e de recursos, transformando-as em códigos culturais acerca da superioridade ou inferioridade entre grupos e pessoas. Ou seja, emergindo dessas diferenças de status, desse tanto de estima que grupos de pessoas gozam, configuram-se crenças, códigos culturais que passam a contribuir para moldar a própria maneira como as pessoas se percebem e se classificam como mais ou menos capazes, como mais ou menos merecedoras de possuir recursos valorizados, como detentoras de mais ou menos recursos de poder.

Essas crenças, por sua vez, atuando já no nível micro, ou seja, no nível das relações interpessoais, funcionam como vieses culturais para formas de avaliação acerca do que sejam competências, habilidades, merecimentos e assim por diante. A autora vai estudar formas de contratação, e de que maneira esse tanto de status, o prestígio que deriva de vários outros processos, acaba funcionando como uma variável extra, condicionando a forma como as pessoas avaliam quem deve ou não ser contratado, quem deve ou não ter aumento, e assim por diante. Essa maneira de transformar prestígio existente em uma nova quantidade de oportunidades transforma exatamente as

nossas diferenças por raça, gênero, sexualidade, estilos de vida baseados em diferença de classe em estruturas de distribuição de recursos. Com isso, temos o status se transformando em crença acerca de inferioridade ou superioridade, que se transforma em comportamento avaliativo e seletivo, que se transforma, portanto, em diferença de oportunidades (chances de contratação). É um estudo muito interessante que tenta mostrar, na verdade, algo que Tilly apresentou em termos numéricos numa longa duração histórica. Ridgeway demonstra como isso acontece no cotidiano de empresas, escolas e outras instituições formais.

Uma outra leitura bem interessante do conceito de Charles Tilly é feita pelo sociólogo brasileiro Sérgio Costa, que é um intelectual e pesquisador que vive na Alemanha já há algum tempo, e que tem um trabalho sobre desigualdade já bastante conhecido. Ele desenvolveu o conceito de “desigualdades entrelaçadas”. Inclusive eu tive a oportunidade de discuti-lo recentemente na disciplina que eu ministrei nesse semestre na pós-graduação de Sociologia da UFPB, e lá nós esmiuçamos esse conceito. Sérgio Costa (2019) também aborda o conceito de Charles Tilly, demonstra e revela a influência que esse conceito tem no desenvolvimento de seu próprio trabalho e afirma que recentemente os argumentos de Tilly têm sido aperfeiçoados, complexificados, na medida em que os pesquisadores estão buscando demonstrar que as categorias abrangentes, ao longo das quais as desigualdades se concretizam e se estabilizam, ne-

cessitam de categorias intermediárias que podem revelar outras diferenças importantes. Por exemplo, Tilly mostra que a desigualdade, no caso de um país com altas taxas de migração, por exemplo, como Estado Unidos ou certos países da Europa, a diferença entre migrante e nativo é enorme, altamente relevante para estabilizar a manutenção das desigualdades ao longo das gerações. Sérgio Costa vai dizer que é importantíssimo que percebamos variações nessa condição de migrante. Por exemplo, na condição de migrante em um país europeu, variam muito as suas chances de acesso a recursos e oportunidades, dependendo de onde você migra e em que época. Costa sustenta, entre outras coisas, que falar em desigualdade requer pelo menos que consideremos diferenças importantes em termos de: desigualdade de quê, quando, onde e entre quem. Essas categorias que são válidas no estudo de Tilly permanecem sendo um insight central, seminal para esses estudos, mas é preciso refinar essas ideias.

Costa sugere outra ideia interessante, que pode nos ajudar a pensar o Brasil. Quando tentamos identificar os mecanismos históricos, de renovação, de reinvenção das nossas formas históricas de desigualdades persistentes, ele diz que é possível pensarmos em “regimes de desigualdade”. Estudando a América Latina, num grupo relativamente ampliado de pesquisadores abordando a realidade social da América Latina, eles conseguem mapear etapas históricas que caracterizam, digamos assim, traços predominantes, ou traços mais

persistentes na manutenção da desigualdade. Então é possível falar, por exemplo, no regime da escravidão até o século XIX, o nacionalismo racista, que vai do século XIX até as primeiras décadas do século XX, passando para um nacionalismo mestiço dos anos 1930 aos anos 1980, e depois a um regime multicultural, neoliberal, a partir dos anos 1980. O importante de se perceber na ideia de “regimes de desigualdade”, apontado por Sérgio Costa, é que a transição de um regime para outro nunca significa a completa destruição das formas passadas de desigualdades, mas, na verdade, revela a predominância de uma nova lógica. Então, por exemplo, esse tipo de abordagem passa a ser muito importante, por exemplo, quando vamos estudar a forma como historicamente nos constituímos como uma sociedade tão desigual. É o caso da revalorização acadêmica por que tem passado o tema da escravidão no Brasil. Acertadamente temos revisitado o fenômeno da escravidão, inclusive para podermos perceber em novos patamares o peso que têm o racismo e a discriminação racial no Brasil como formas de manutenção dos nossos padrões abissais de desigualdade social. No entanto, do ponto de vista sociológico, é importantíssimo trabalhos como esse de Sérgio Costa, pois o que se torna mais importante e desafiador para a Sociologia não é tanto a tarefa de identificar continuidades entre o passado escravocrata do Brasil e as nossas formas presentes de desigualdades, mas principalmente compreender os mecanismos que fazem com que esse se torne um traço duradouro da nossa cultura política,

da nossa economia, da nossa formação social de um modo geral. Perceber as lógicas predominantes ao longo do tempo, as suas mudanças e formas de permanência, de constância, de transformação, e como os elementos vão compondo essas formas de desigualdade passa a ser uma tarefa importantíssima para quem pretende compreender a fundo a persistência das desigualdades sociais no Brasil.

Tendo essas ideias em mente – e eu não tenho nenhum interesse em fechar uma aplicação direta ou uma conclusão precoce dessas reflexões que eu trouxe hoje, como parte do debate sociológico sobre desigualdades –, eu queria sintetizar um argumento, e com isso partir para concluir a minha fala: Nós não só somos uma sociedade historicamente desigual, com pouquíssima variação nos índices históricos de pobreza, mas também somos um exemplo da durabilidade das formas categóricas de desigualdades, ou seja, das desigualdades que se estabelecem ao longo das linhas de raça, classe, gênero, sexualidade e outras.

Somos exemplos disso, e ainda temos um desafio, ao qual tenho me dedicado mais recentemente, o de enxergar essas coisas não como características separadas ou propriedades estanques da vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, uma condição de gênero não está completamente apartada de uma condição de raça, da condição de habilidade, de sexualidade. Essas categorias mais recentemente vêm sendo questionadas ou desafiadas

pelo pensamento político do movimento feminista crítico, do movimento feminista negro, com o conceito de intersecção. A forma como, na verdade, essas categorias se combinam e têm efeitos que só derivam da sua combinação, tornam a nossa análise acerca das desigualdades históricas ainda mais complexa. Significa dizer que não é suficiente adicionar aos nossos padrões históricos de desigualdade de classe elementos de raça; não basta adicionar às nossas desigualdades históricas de acesso a recurso material desigualdades de gênero; é necessário cada vez mais percebermos que a nossa desigualdade de recursos materiais, portanto a nossa desigualdade baseada em diferença de classe, é co-constitutiva das nossas diferenças de gênero, de raça, de sexualidade, e assim por diante. Quer dizer que esses elementos se constituem de forma recíproca e se reforçam mutuamente. É necessário compreender, na verdade, os seus efeitos combinados, não só os seus efeitos separados, tornando-se, portanto, um desafio ainda maior.

Da naturalização da pobreza e da desigualdade à normalização das mortes pela covid-19

Mas vamos chegar à tese que eu quero apresentar, na verdade uma hipótese, pois não é uma tese porque eu não conseguiria defendê-la em toda a sua complexidade aqui no tempo dessa fala, mas gostaria de conversar com vocês a respeito.

É um traço da nossa formação convivermos com tamanha desigualdade, que tem efeito sobre a forma de nos constituirmos como cidadãos, portanto, tem efeito sobre nossos padrões de sociabilidade, sobre a forma como nos relacionamos uns com os outros, sobre a forma como resolvemos conflitos, inclusive através dos mecanismos jurídicos, a forma como acessamos e nos valemos da lei para resolver conflitos. Então, a pobreza e a desigualdade atravessam toda a nossa formação social a partir de uma combinação muito intrincada de diferenças de gênero, de raça, de classe, de etnia e assim por diante. E já convivemos com isso há tanto tempo que me parece que a durabilidade, a persistência desse traço, junto a dramaticidade dessa condição, promove entre nós uma tolerância absolutamente desumana com essa nossa tragédia humana. A gente convive quase sem muito drama com tudo isso de trágico que tem na nossa formação e na nossa história. Olhando por esse viés, não parece estranho, apesar de ser muito mais triste, que estejamos convivendo com um número crescente – uma tragédia inclusive anunciada por todos os especialistas – de mortes por essa pandemia. Tendo inclusive o mundo como espelho, no sentido de que temos um mundo de exemplos de outras formas de agir em relação a essa pandemia, mas escolhemos um caminho que gerou, até agora, cem mil mortes. O mais grave, pelo menos para mim – esse é o meu depoimento – é a forma como temos naturalizado isso tudo. Já sabíamos disso – Simone é uma colega socióloga que está aqui talvez para confirmar –, que existiria uma pressão

muito grande, que não é só exógena, não é só de fora, mas partiria também da nossa própria forma de sociabilidade, no sentido de normalizar essa tragédia. E hoje, com esse número absurdo de mortes pela covid-19, estamos de fato caminhando a passos larguíssimos no sentido de tornar normal essa tragédia.

Eu deixo para vocês essas duas figuras para serem comparadas. A forma como nós não estranhamos conviver com todas as inequidades que formam o Brasil e o brasileiro e a forma como estamos normalizando as mortes por covid-19. Eu acho que essa seria a minha contribuição hoje. Seria uma das maneiras como as Ciências Sociais podem tratar da relação entre pandemia e desigualdades. Eu faria esse paralelo entre a maneira como sempre convivemos relativamente tranquilos com a iniquidade social derivada dessa desigualdade abissal entre os grupos sociais, afinal somos um dos países mais desiguais do mundo²⁷, com índices de pobreza alarmantes, e a maneira como temos convivido – essa é a outra figura – com um número crescente de mortes na pandemia, que parece não ter freio pela frente. Por enquanto, parece que só tem túnel, luz no fim eu não consigo enxergar para tão cedo. E temos normalizado isso. Temos normalizado, inclusive – e isto é interessante, caberia uma outra análise, talvez uma outra conversa – em

27 “Com IDH quase estagnado, Brasil fica em 79º lugar em ranking da ONU”. Matéria publicada pelo portal de notícias UOL, em 09/12/2019. Acessível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/com-idh-quase-estagnado-brasil-fica-em-79-lugar-em-ranking-da-onu.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em 21/01/2021.

formas de racionalização e justificação. Já existem narrativas se sedimentando acerca de por que devemos normalizar, ou até como temos que normalizar. Existem verdadeiras técnicas de como vamos conviver com esse absurdo.

Referências

AQUINO, J. V. M. A; PILATE, F.D.Q.; FÉLIX, Y.S. Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à pandemia da covid-19. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 6, n. 11, p. 46-69, 2020.

ARRETCHE, Marta. (org.). **Trajetórias da desigualdade**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In. PIRES, Roberto Rocha Coelho (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília: IPEA. 2019.

RIDGEWAY, C. L. Why status matters for inequality. **American Sociological Review**, 79.1. p.1-16. 2014.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec, 2018.

TELLES, Vera da Silva. Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza: um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TILLY, Charles. **Durable inequality**. Los Angeles: University of California Press, 1998.

‘EL DÍA EN QUE TODO SE MOVIÓ’: notas sobre a pandemia no México

Cristina Matos

Introdução

Em novembro de 2019 cheguei à Cidade do México para uma licença de pós-doutorado de um ano na Universidade Nacional Autônoma do México. Alguns poucos meses depois, em março de 2020, meu projeto de pós-doutorado entraria numa zona nebulosa com a decretação, pela Organização Mundial de Saúde, da pandemia da covid-19. Sob o signo da imprevisibilidade e do medo, vivi a experiência dessa crise sanitária em dois contextos nacionais, México e depois Brasil (quando regresssei), presenciando as diferenças e semelhanças dessa situação em latitudes diversas da América Latina. O relato que se segue foi escrito no contexto mexicano e registra alguns aspectos da pandemia por lá. Optei por manter a redação daquele momento, penso que ela preserva o tom e os

significados do que testemunhei naquele período. O texto tem, portanto, caráter mais descritivo que analítico, ao modo de uma crônica, registra o que vi por lá.

Uma das marcas dessa crise sanitária é ser um evento de expansão rápida e capaz de mobilizar imensas doses de incerteza e insegurança. As ações realizadas pelos Estados, sobretudo a administração do confinamento, exigem sacrifício, disciplina e engajamento de suas populações. Tanto no Brasil quanto no México, sociedades marcadas por enormes desigualdades (raciais, étnicas, de classe e de gênero, apenas para ficarmos em algumas), o esforço de ação reclama um sentido de coesão e solidariedade que incorpore a participação ativa da população a um combate que, para ser eficaz, tem de ser travado de forma coletiva. Penso que, no México, três eventos importantes na história recente do país: os terremotos de 1985 e 2017 (ALLIER, 2018) e a pandemia de H1N1, em 2009, figuram como catalisadores das forças da sociedade civil para enfrentamento dos desafios da covid-19. As memórias dessas experiências difíceis e dolorosas foram evocadas por autoridades, meios de comunicação e cidadãos para celebrar a capacidade do país de lidar com fenômenos de imprevisibilidade extrema.

El día en que todo se movió

Enquanto escrevo este texto, no dia 30 de julho de 2020, a poucos metros da minha janela, um grupo de músicos faz um concerto de marimba. Quase todos os dias, estes e muito(a)s outro(a)s oferecem seus serviços pelas ruas da cidade em troca de alguma retribuição. Eu e outros vizinhos aplaudimos e retribuímos, com doações diversas, o lenitivo que nos oferecem nesse cotidiano de quarentena iniciada em 23 de março de 2020. Os músicos são um dos grupos mais afetados pela pandemia no país; são em sua grande maioria parte de um grande grupo que vive do que ganham ao dia²⁸, ou como dizem aqui, ‘viven al día’ – e, para quem, a suspensão das atividades significou uma situação de aguda incerteza material. Restaurantes e espaços festivos, onde a maioria deles fazia apresentações, foram fechados pela pandemia desde o seu início. As ruas estão vazias, o comércio fechado e apenas em funcionamento estão as atividades essenciais. Os músicos na rua são das poucas presenças nesse cenário desolador.

Entretanto, há pouco mais de um mês, no dia 23 de junho passado (2020), numa manhã de verão, os músicos não tocaram. Sua música foi substituída pelo som da terra se movendo, pelas sirenes de alerta e, nas ruas, eles cederam seu

28 “31.3 millones de personas de 15 y más años ocupadas se encuentran en el empleo informal, lo que representa 56.2% de la población ocupada de acuerdo con los resultados de la ENOE al cuarto trimestre de 2019”. In: <https://www.inegi.org.mx/contenidos/sala-deprensa/aproposito/2020/trabajoNal.pdf>

lugar aos moradores da cidade, que, apesar do confinamento vigente, foram obrigados a se aglomerar ali. Naquele dia, um tremor de terra de 7,5 na escala Richter sacudiu a Cidade do México por volta das 10 horas (El comercio, 23\06 de 2020). Emoldurados pelas máscaras, alguns sem elas, os olhares assustados indicavam o medo de que se repetisse em 2020 o cenário de 2017, agora num contexto de pandemia e com hospitais lotados. A mim, pelo menos, foi o que me ocorreu quando cruzei meu olhar, já na rua, após a evacuação, com os olhares apreensivos dos meus vizinhos. Autoridades de saúde já haviam sido provocadas sobre a possibilidade de um terremoto nessas condições sanitárias²⁹. A resposta do principal coordenador de ações contra a covid-19 no país soa significativa, indicando os desafios que uniam a necessidade de manutenção de rígidos protocolos de saúde em meio a um evento que oferece pouco ou nenhum tempo para reação:

Si una persona tiene COVID-19 y está en el periodo de resguardo domiciliario para evitar contagiar, empieza a temblar, suena la alarma sísmica y debe evacuar, lo que puede hacer es ponerse el cubrebocas y sale. Después regresa, se lava las manos y ya (López-Gattel, El financiero, 2020).

29 Em setembro de 2020, depois do sismo de junho, o governo mexicano preparou um documento para atuação em caso de terremoto no contexto da pandemia: Protocolo de actuación en caso de SISMO durante emergencia sanitaria causada por COVID-19 y la nueva normalidad de la Ciudad de México (dirigido a personal técnico). Acesso em http://cvoed.imss.gob.mx/wpcontent/uploads/2020/09/protocolo_sismo_covid19.pdf

O último tremor, em setembro de 2017, que fez 369 vítimas fatais, deixou mais de sete mil feridos e mais de três mil imóveis danificados³⁰, ofereceu às novas gerações, que não viveram o terrível terremoto de 1985, um dos piores da história do país, a experiência do medo e da morte. A dúvida permanente em relação a quando um evento dessa magnitude vai acontecer é parte da experiência dos mexicanos e somou-se à insegurança já vivida em relação à pandemia desde finais de fevereiro – quando o primeiro caso de covid-19 foi detectado no país. O treinamento para viver na Cidade do México inclui reconhecer o som da ‘alarma sonora’, saber dos procedimentos de evacuação em caso de sismo e ser orientada a ter um aplicativo instalado no celular que alerta em caso de terremoto.

O medo e a incerteza, portanto, entrelaçam esses eventos: o surto de H1N1, os terremotos e a pandemia de covid-19. O título de uma animação feita para ajudar crianças a lidar com os sismos: El día en que todo se movió, funciona como uma boa metáfora para o tipo de movimentação e mudança brusca que vivemos com a atual pandemia.

A experiência de outra pandemia

Assim como ocorreu na China no final de 2019, o México foi cenário do surto de um vírus desconhecido em março de 2009, o H1N1. De abril a maio daquele ano a

30 <https://www.animalpolitico.com/2017/09/edificios-danados-cdmx-sismo/>

Cidade do México e o Estado do México realizaram quarentena e suspenderam atividades em escolas, universidades, cinemas, teatros, parques públicos e demais espaços de aglomeração por duas semanas. Distanciamento social, uso de máscaras, novos protocolos de higiene, medo e incerteza, tal como agora, foram vividos pelos mexicanos há exatos 11 anos. Em função desse evento, a experiência atual não é exatamente uma novidade para os mexicanos, ou, pelo menos, para os habitantes da Cidade do México, os mais afetados pelas medidas sanitárias naquele momento. A experiência social anterior de enfrentar um inimigo potencialmente mortal e, naquele momento, desconhecido, foi um dos aspectos distintivos da vivência da pandemia de covid-19 aqui (ZUCKERMANN, 2020; CORTÁZAR, 2020; EXCELSIOR, 2020).

Mesmo antes de ser decretada a quarentena, a memória desse episódio frequentava algumas falas de agentes públicos, meios de comunicação e pessoas comuns. Na UNAM, por exemplo, instituição que me recebeu, ouvi algumas vezes essa invocação. A experiência daquele momento sugeria inclusive a brevidade relativa ao tempo que teríamos atividades suspensas. Inicialmente, o período previsto para o fechamento da instituição foi de 15 dias, mais ou menos o tempo de suspensão de atividades no período da H1N1. Ouvi muitas vezes falas como “já enfrentamos uma situação grave como esta e sabemos o que é necessário para superá-la” foi suscitada pelas autoridades, meios de comunicação e parece

ter sido importante para a gestão do México no combate à enfermidade e adesão da população às medidas de controle da doença sem a necessidade de abordagens mais duras, como aconteceu em países como França, Espanha e Itália.

Diferentemente do Brasil, a comunicação das autoridades de saúde do país se manteve diária e constante durante o período batizado de “Jornada de Sana Distancia”. Todos os dias, nas mañaneras³¹ e à noite, às 19 h, o responsável pelo enfrentamento da pandemia no país, o epidemiologista López-Gatell, e sua equipe, apresentavam dados sobre a evolução da doença e as medidas de enfrentamento adotadas pelo Ministério de Saúde. As conferencias de salud, diferentemente do que acontecia no Brasil, refletem uma leitura mais ampla e articulada dos problemas sociais causados pela pandemia, ou por ela potencializados, tratando de temas diversos, tais como: a produção de notícias falsas sobre a pandemia, a violência doméstica e de gênero, a saúde mental e sofrimento psíquico durante o período, o abuso de álcool e outras substâncias, o enfrentamento à violência contra os profissionais de saúde, entre outros. A violência contra o pessoal de saúde foi uma marca distintiva entre o Brasil e o México. Em determinado momento, casos de agressão a médico(a)s, enfermeiro(a)s e outros profissionais passaram a ser uma constante nos meios

31 Todos os dias pela manhã, com exceção dos finais de semana, o presidente Andrés Manuel López Obrador faz uma coletiva de imprensa para informar das ações político-administrativas de seu governo. As coletivas são popularmente conhecidas como ‘mañaneras’.

de comunicação mexicanos. A motivação da violência parecia ser o medo de contaminação identificado a esses profissionais.

A partir de certa quadra, como parte do esforço de comunicação no combate à covid-19, é iniciada a produção de materiais informativos em diferentes línguas indígenas, de modo a tornar a informação mais acessível a todos os grupos linguísticos nacionais. De regresso ao Brasil, onde as coletivas diárias sobre a pandemia foram muito prematuramente suspensas, vejo o esforço de comunicação das autoridades mexicanas como uma das grandes diferenças da gestão da pandemia entre os dois países. Lá, até uma personagem foi criada para impulsionar o distanciamento social. Caracterizada como uma heroína, Susana Distancia, como foi chamada, fazia referência à ideia de uma distância sana, um dos elementos centrais da estratégia de combate à covid-19 no país. Apesar disso, o transporte público com grandes contingentes de trabalhadore(a)s, impossibilitado(a)s de realizar quarentena, continuou a funcionar e a disseminar o vírus, assim como aconteceu no Brasil.

Assim como a crise sanitária causada pelo H1N1, a memória dos terremotos é mobilizada para a produção de coesão social – Durkheim (1999) continua muito atual – apelando à ideia de uma necessária ação coletiva para superação do desafio estabelecido pela covid-19. Tanto em 1985 quanto em 2017, a solidariedade e a capacidade de organização conjunta da sociedade civil para enfrentar os efeitos dos sismos foram

fundamentais na superação da crise, e têm lugar de destaque no imaginário nacional como mostras de solidariedade e organização dos mexicanos no enfrentamento de grandes desafios. Em 1985, as autoridades mexicanas foram duramente criticadas por sua inoperância depois do terremoto. Os resgates foram feitos, sobretudo, pela própria sociedade civil.

A imagem do semáforo, usada pela Cidade do México para gestão e controle da pandemia, é exemplo do tipo de engajamento que se buscou constituir a partir da ideia do compromisso de todos com todos. Vinculadas a critérios como teto de número de hospitalizações, contágios, mortos e número de casos, entre outros, a variação das cores do semáforo: vermelho, laranja, amarelo e verde, (onde vermelho=menor abertura, verde=maior abertura) era apresentada à população como uma meta a ser alcançada por todos, não apenas pelas autoridades de saúde. Apesar das pressões e conflitos em torno dos critérios e da passagem de uma cor à outra, o discurso sobre esse compromisso se manteve presente como um eixo fundamental. No regresso ao Brasil, pareceu-me que um instrumento como esse, cuja variação poderia ocorrer semanalmente, e baseada em critérios claros sobre a dinâmica da doença, seria um importante adjuvante para orientar a população e, mais que isso, engajá-la nas metas de controle da enfermidade, estabelecendo uma vinculação entre decisões individuais (não sair de casa\ou sair apenas o necessário) e consequências coletivas (aumento no número de casos=maior tempo fechamento de atividades=semáforo vermelho).

Apesar do ambiente de mobilização e engajamento social que as experiências anteriores buscaram suscitar na população, o enfrentamento da pandemia não foi vivido de modo tranquilo. Assim como ocorreu no Brasil, a ausência de uma política sólida de proteção social no México, e que garantisse aos mais vulneráveis permanecerem em quarentena e se protegerem da disseminação do vírus, fez aumentar o número de vítimas. Os músicos que tocam na minha janela são um sonoro exemplo disso.

Também de um ponto de vista cultural, o isolamento social significou para o México um enorme sacrifício. A sociedade mexicana vive a vida cotidiana na rua; em quase todos os horários os espaços públicos estão ocupados e fervilhantes. A comida de rua, uma instituição nacional proibida nos momentos mais difíceis da pandemia, reflete o que significou culturalmente esse momento.

De volta ao presente

México e Brasil são os maiores países latino-americanos e compartilham muitos problemas sociais e econômicos. No contexto da pandemia, esses países lideram os dados de morte na região. Quando escrevi parte deste texto, em julho de 2020, o Brasil tinha 80 mil mortes e o México 40 mil. De lá para cá, o número de vítimas cresceu dramaticamente.

Hoje são mais de 550 mil no solo de Zumbi e mais de 240 mil na terra de Zapata. O que falhou na gestão dessa crise?

O governo mexicano costuma indicar que outros graves problemas de saúde se somam, ao modo de uma sindemia (SINGER, 2020), à covid-19: a obesidade e diabetes são apontadas como as principais causas que concorrem para os óbitos. Ainda não há dados conclusivos sobre isso. De concreto temos gestões muito diferentes da emergência sanitária nos dois contextos nacionais. Enquanto o ministro da saúde brasileiro respondia à pressa dos brasileiros pela vacinação com um debochado “pra que essa ansiedade, essa angústia?” (Correio Braziliense, 2020), no México, já havia negociações para a compra de vacinas em setembro de 2020. A vacinação começou lá em 24 de dezembro de 2020, aqui apenas em janeiro de 2021. É provável que o país saia da crise antes do Brasil, apesar de a vacinação por lá também avançar lentamente. No futuro, quando esse relato falar de um evento já finalizado, esperamos poder dizer que não ultrapassamos um número ainda maior de vítimas fatais. A carta de 1914, do mexicano Zapata (ESPEJEL; OLIVEIRA; SALVADOR, 2019), parece falar do Brasil de hoje e dos desafios que nesse agosto de 2021 enfrentamos:

nuestra lucha es por la vida y el mal gobierno oferta muerte como futuro. Nuestra lucha es por la justicia y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos. Nuestra lucha es por la paz y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción. Techo, tierra, trabajo,

pan, salud, educación, independencia, democracia, libertad. Estas fueran nuestras demandas en la larga noche de los 500 años, estas son hoy nuestras exigencias.

Referências

ALLIER, Eugenia Montaño. Memorias imbricadas: terremotos en México, 1985 y 2017. **Revista Mexicana de Sociología**, [S.l.], ago. 2018. ISSN 2594-0651. Disponible en: <<http://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/57772>>. Fecha de acceso: 25 jun. 2021.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¿DEBO evacuar si tiembla y tengo COVID-19?. **El Financiero**. Ciudad de México, 17 de abril de 2020. Disponible em <https://www.elfinanciero.com.mx/salud/debo-evacuar-si-tiembla-y-tengo-covid-19/>

ZUCKERMANN, Leo. Recordando la última crisis por una epidemia viral. **Excelsior**. Ciudad de México, 06 de março de 2020. Disponible em <https://www.excelsior.com.mx/opinion/leo-zuckermann/recordando-la-ultima-crisis-por-una-epidemia-viral/1367980>

A 11 años de la crisis sanitaria en México por la influenza H1N1. **Excelsior**. Ciudad de México, 23 de abril de 2020. Disponible em <https://www.excelsior.com.mx/nacional/a-11-anos-de-la-crisis-sanitaria-en-mexico-por-la-influenza-h1n1/1377806>

CORTÁZAR, Max. Lecciones aprendidas. **Excelsior**. Ciudad de México, 02 de abril de 2020. Disponible em <https://>

www.excelsior.com.mx/opinion/max-cortazar/lecciones-aprendidas/1362025

TEOFILO, Sara; CARDIM, Maria Eduarda. “Para que essa ansiedade e essa angústia?”, diz Pazuello sobre plano de vacinação. *Correio Braziliense*. Brasília, 16 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/12/4895235-para-que-essa-ansiedade-e-essa-angustia--diz-pazuello-sobre-plano-de-vacinacao.html>

SINGER, M. Deadly companions: COVID-19 and diabetes in Mexico. *Med Anthropol*. 2020;39(8):660–666. [Taylor & Francis Online], [Web of Science®], [Google Scholar]

Fuerte sismo en México acrecienta la ansiedad por la pandemia. Ciudad de México. *El comercio*. 23 de junho de 2020. Disponível em <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/sismo-mexico-ansiedad-pandemia-coronavirus.html>

ESPEJEL, Laura; OLIVEIRA, Alícia; RUEDA, Salvador (org.). **Emiliano Zapata**. Antologia. Ciudad de México, edición, inehrm, 2019.

III Antropologia, corpo e saúde



ANTROPOLOGIA EM TEMPO REAL: urgências etnográficas na pandemia

Sônia Weidner Maluf

A antropologia brasileira tem encarado, desde março de 2020, a experiência e o desafio de realizar pesquisas e reflexões em meio e sobre uma pandemia que no país alcançou proporções incomuns e mesmo impensáveis. Em poucos meses, o Brasil chegou à triste marca de maior número de mortes por covid proporcionalmente à população e maior média de mortes diárias no mundo, chegando à posição de segundo maior número absoluto de mortes acumuladas por covid, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 29 de julho de 2021, o mundo chegou a cerca de 4 milhões e 190 mil mortes por covid, e o Brasil a mais de 553 mil e 200 mortes. Um ano atrás, em 21 de julho de 2020 quando ofereci a aula que deu origem a este artigo, no seminário Ciências Sociais em Debate, organizado pelo Departamento de Ciências Sociais da UFPB, eram em torno de 81 mil e 500 mortes, o que na época já era

um número considerado espantoso e muito acima da média de óbitos em tempos não pandêmicos.

Nesse longo período, que se inicia em março de 2020, para além das estatísticas de contágio e mortes, a pandemia seguiu um movimento de expansão para o interior do país. Também desde lá, a crise política do país se aprofundou, passamos por quatro ministros da saúde e o país se tornou o epicentro mundial da pandemia. Novos *habitus* corporais e sociais foram adotados e novos paradigmas de normalidade foram se instalando, uma normalidade instável, inconstante e incerta.

Durante esse período, as Ciências Sociais brasileiras, e a Antropologia em particular, mostraram seu vigor e disposição em pensar as dimensões sociais, culturais, políticas e subjetivas da pandemia e de seus efeitos. A urgência por respostas provocou nosso campo e nos incitou a uma proliferação de iniciativas de todo tipo, com a criação de publicações, debates, webinars, cursos, promovidos pelos mais diversos organismos, como associações mundiais e nacionais de Antropologia e Ciências Sociais, programas de pós-graduação e grupos e redes de pesquisa³².

32 É importante reiterar o registro de diversas dessas iniciativas, pois elas são testemunhas dessa disposição de engajamento e participação das Ciências Sociais em um momento crítico. Entre essas iniciativas, estão o Boletim da Anpocs, que publicou textos curtos sobre os diferentes temas evocados pela epidemia; o Observatório Antropológico, da UFPB (ObservAntropologia); o Antropologia na Epidemia, do IBP (INCT Brasil Plural); o projeto *travessias.pandemia*, da UnB; o blog *Antropológicas-Epidêmicas*, da UFRGS; o *Epidemia de narrativas*, do PPGAS/UFPEL; o *Museológicas Podcast*, da UFPE; o projeto

Destacam-se nessas iniciativas, que são muitas e variadas, aquelas que, além de textos acadêmicos e de análise, estão diretamente engajadas com as comunidades com quem se pesquisa, dando visibilidade ao ativismo social durante a pandemia, às ações de apoio e solidariedade às comunidades e populações que hoje encontram uma grande dificuldade, não só em se protegerem do contágio, mas também em obter o mínimo para conseguirem sobreviver. Todas elas são iniciativas riquíssimas e mostram a pujança da antropologia brasileira nas suas mais diferentes subáreas e linhas de pesquisa, ensino e intervenção. Elas mostram também uma disposição vigorosa em contribuir para um enfrentamento eficaz da pandemia que leve em conta as múltiplas dimensões desse acontecimento.

É preciso também reconhecer o desafio para as pesquisadoras de se pensar um fenômeno social em pleno acontecimento, e de dentro da experiência, em uma dupla inscrição – enquanto sujeitos implicados diretamente no fenômeno (estamos em isolamento, podemos adoecer, parentes e próximos adoeceram, alguns de nós perderam

Relicarium, em homenagem às mulheres que morreram por coronavírus, entre dezenas de outras iniciativas, que incluíram projetos de pesquisa em rede envolvendo pesquisadoras de várias instituições do país, como o projeto Antropo-Covid e a Rede Covid-19 Humanidades. Também nas antropologias mundiais, se observou um crescimento das respostas e dos espaços antropológicos dedicados à pandemia: só numa rápida pesquisa, gostaria de citar os blogs da Univ. de Leiden, da triple A (American Anthropological Association), da Society for Cultural Anthropology, o Somatosphere, os Pandemic Diaries (da Am. Ethnologist), assim como alguns blogs que já eram dedicados a epidemias, como o Epidemic Response Anthropology Platform e o Ebola Response Anthropology Platform.

pessoas próximas, sentimos medo, tristeza, apreensão, raiva) e, ao mesmo tempo, enquanto observadoras e pesquisadoras engajadas, que buscam compreender, interpretar e propor/fazer. O tempo das respostas (da análise, da compreensão e da ação) se confunde com o tempo da experiência. E o tempo da experiência é também o tempo dos afetos: a tristeza pelas perdas e o medo do indeterminado, a incerteza, o luto, a culpa e a solidão. É preciso, então, mais que nunca reconhecer a potência do afeto e o quanto ele pode nos ajudar a entender a experiência – no tempo de seu acontecimento, no tempo real. Torna-se necessário, então, construir dispositivos para dar conta dessa dupla inscrição, pois ela está e estará presente na produção antropológica deste período.

A pandemia pode ser interpretada como um evento crítico que provoca uma mudança nas práticas cotidianas, nas racionalidades e nos discursos sociais, criando “novos modos de ação” (DAS, 1995, p. 6). Mas a experiência da pandemia também se mostrou crítica para a Antropologia, as Ciências Sociais e humanas e para a ciência de modo geral. Ela é um evento crítico também no interior do campo científico. Não há espaço neste artigo para abordar as transformações e debates no campo científico de modo geral, incluindo suas políticas de publicação e validação do conhecimento, seus modos discursivos e suas práticas e alianças. Especificamente em relação às Ciências Sociais e à Antropologia, a pandemia é um acontecimento que provoca desafios e perguntas,

sobretudo a partir de uma convocação pela urgência de compreensão e de ação, nos colocando em um regime de temporalidade destoante do ritmo reconhecido da pesquisa e da produção acadêmica. Vou refletir a seguir sobre a atuação da Antropologia tendo presentes esses dois significados críticos do acontecimento da pandemia: o que pode fazer a Antropologia diante da pandemia como evento crítico e em um contexto político nacional já crítico; de que modo a pandemia se torna um evento crítico para o campo científico, em geral, e para a Antropologia, em particular, sobretudo a partir dos regimes de urgência que interpelam a produção acadêmica nesse contexto. Uma situação em que de objeto de pesquisa a pandemia se torna o próprio contexto dos discursos e práticas sociais e das produções acadêmicas e científicas. Figura e fundo (objeto e contexto de pesquisa) se invertem. A pandemia foi e é não só o objeto de pesquisas, mas também o contexto em que tentamos fazer pesquisa durante esse período.

A Antropologia e as dimensões sociais da pandemia – desigualdade, políticas sociais e resistências

Essa convocação por pensar a pandemia, em parte apoiando-se em pesquisas etnográficas anteriores sobre outras epidemias e crises sanitárias, em parte em pesquisas que se iniciam no tempo real da epidemia, sugerem algumas perguntas: sobre a especificidade da contribuição e do conhecimento antropológico produzido, sobre para quem se escreve ou se fala

e se estamos sendo ouvidas. São perguntas que a antropologia da saúde coloca já há algumas décadas.

Falou-se muito na mídia sobre a primeira vítima de coronavírus no Brasil como um caso paradigmático: uma empregada doméstica que teria contraído o vírus de um casal que acabara de voltar do exterior. O fato de essa história circular bastante e ser mencionada, inclusive pelos especialistas da biomedicina e da epidemiologia, como um exemplo das diferenças sociais na propagação do contágio e na letalidade do vírus, mostra que existe um reconhecimento da dimensão social da pandemia. No entanto, esse reconhecimento não se traduziu na elaboração de políticas que dessem o devido peso a esses fatores sociais.

Quando a epidemia chegou nas periferias das grandes cidades, a letalidade aumentou enormemente, evidenciando diferentes marcadores de desigualdade nos efeitos produzidos pela pandemia, de classe, raciais, étnicos, de gênero, de geração³³. Sabemos que as medidas tomadas pelos gestores não foram homogêneas e que particularmente a atuação do governo federal foi não só de abstenção em relação às suas responsabilidades como de sucessivos boicotes às políticas de enfrentamento, situação que gerou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado sobre a atuação do governo federal na pandemia. Mas mesmo nos estados em que se reconheceu desde o início a gravidade da situação e a

33 Análise os dados e os marcadores de desigualdade frente à pandemia em Maluf (2021).

necessidade de respostas rápidas, como o isolamento social e o desenvolvimento e a aquisição de vacinas, as dimensões sociais da pandemia, para além dos efeitos especificamente epidemiológicos, foram reconhecidas de modo muito parcial. Entre as dimensões sociais da pandemia estão os modos de enfrentamento; a possibilidade ou não de realizar isolamento social; o acesso a equipamentos e materiais de proteção, como máscaras, sabão e álcool; o acesso aos serviços e aparelhos de saúde, incluindo hospitais, UTIs, respiradores; a possibilidade de obtenção ou mesmo de manutenção do emprego durante a pandemia; a possibilidade de acompanhar o ensino remoto para quem não dispõe de equipamentos e conexão apropriados; o acesso a alimentação saudável e a moradia, entre outros aspectos, que acabarão influenciando diretamente também nos fatores epidemiológicos mais específicos, como taxas de contágio, desenvolvimento da infecção e risco de morte (medido pelas taxas de letalidade e mortalidade).

Há ainda outras dimensões sociais ligadas à pandemia, como os modos de compreensão da população sobre esta, os saberes e práticas locais acionados para enfrentá-la, em grande parte desconhecidos e ignorados pelos poderes públicos, mas que foram fundamentais para reduzir minimamente a dimensão da tragédia. É necessário citar ainda outro aspecto das dimensões sócio-político-culturais da pandemia, que é a emergência daquilo que se definiu como negacionismo científico, uma série de discursos e intervenções nas mídias, articulados em

grande parte pelo governo federal e pelas forças de sua base de apoio, que desconsidera as orientações das políticas de saúde pública, desdenha do risco representado pela pandemia e da gravidade do adoecimento, nega o isolamento social e o uso de máscaras e propugna tratamentos não reconhecidos pelas ciências da pandemia, sendo o mais conhecido e polêmico o tratamento precoce pelo chamado “kit covid”.

Como compreender a extensão da adesão a esse tipo de discurso? Pode um protocolo médico e epidemiológico dar conta de todas as dimensões sem um diálogo com outros campos do conhecimento? Que áreas do conhecimento têm condições de compreender essas diferenças e desigualdades sociais e os modos distintos com que a pandemia chega e com que se lida com ela em diferentes populações? Quem possui as metodologias e instrumentos de análise para tal? Não se trata apenas de uma questão de análise demográfica (proporção de idosos em uma população, concentração populacional etc.), como se tentou fazer acreditar no início da pandemia, mas também do conhecimento sobre os modos de estruturação e organização comunitária e existência ou não de saneamento básico; estrutura e composição das moradias; configuração e dinâmica das famílias; os modos específicos de cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes; o uso dos aparelhos urbanos do bairro; os *habitus* corporais e de higiene da população das periferias urbanas, e também indígenas, quilombolas, entre outras; o imaginário social e político de diferentes grupos.

A compreensão interdisciplinar – e das ciências humanas e sociais – do fenômeno da pandemia é condição fundamental para o seu enfrentamento. A negação dessa compreensão é um problema não apenas epistemológico, mas está ligada à visão hegemônica nas políticas científicas contemporâneas de que o resultado de uma pesquisa deve ser “produtivo”, no sentido de gerar produtos e, conseqüentemente, retorno financeiro do investimento. No caso de uma pandemia, na lógica dos economistas neoliberais, a própria tragédia se torna uma oportunidade de bons negócios, principalmente para as grandes corporações, a indústria farmacêutica e de equipamentos e insumos médicos. De certo modo, a política de menos ciências humanas se encaixa perfeitamente no projeto de menos Estado, porque são as humanas que trazem a dimensão dos direitos e das necessidades das populações mais exploradas, vulnerabilizadas e precarizadas. O principal “produto” da pesquisa nas Ciências Sociais é o conhecimento e compreensão das sociedades e das populações, de suas necessidades, dos direitos não realizados, da necessidade de políticas sociais justas e distributivas. A pandemia não alterou o preceito seguido à risca pelas políticas neoliberais de aniquilamento das políticas sociais. Mesmo o auxílio emergencial durante a pandemia foi objeto de debates e pressões por parte do governo para redução de seu valor e prazo de validade.

No início da pandemia, era comum ouvir dos gestores que o coronavírus havia quebrado os sistemas de saúde

de vários países da Europa. Sem duvidar do impacto que uma pandemia desse porte tenha causado nos diferentes sistemas de saúde, é necessário entender o que havia ocorrido com esses sistemas ainda antes da pandemia, com décadas de políticas neoliberais. Essas políticas não só desmontaram a capacidade de uma resposta eficaz dos países em uma situação de emergência sanitária, quanto foram obstáculos a respostas políticas às desigualdades sociais crescentes. Esse processo foi visível não só na Itália, onde parentes das vítimas da covid processaram o governo por negligência e erros na gestão da pandemia, mas também em outros países europeus.

Todas essas questões mostram que uma política sanitária exige uma definição evidente do papel do Estado, não apenas no enfrentamento da pandemia, mas também das desigualdades sociais.

A Antropologia na urgência sanitária – etnografias em tempo real

Especificamente em relação à Antropologia, há duas dimensões pelas quais o conhecimento antropológico pode ser mobilizado para compreender e propor políticas e ações na pandemia³⁴. A primeira delas está relacionada às pesquisas

34 Não há espaço para incluir neste capítulo o debate metodológico mais geral sobre os desafios trazidos pela pandemia à pesquisa antropológica em geral, como as questões da impossibilidade de pesquisa de campo presencial, o uso de diferentes dispositivos de pesquisa remota, o papel da internet no levantamento etnográfico, a realização de pesquisas em rede, entre outros temas.

já realizadas e ao conhecimento acumulado. Isso refere-se às pesquisas na antropologia da saúde, e em especial pesquisas sobre epidemias já vividas no país, como o HIV-aids e o zika vírus, mas mobiliza também a antropologia do Estado e das políticas públicas, a antropologia urbana – como os trabalhos sobre os processos de gentrificação dos bairros centrais e precarização dos bairros populares e de ocupação, a exclusão urbana, os estudos sobre os marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero, deficiência, o conhecimento acumulado sobre as populações que a antropologia brasileira estuda ao longo de sua história, que são precisamente as mais expostas à precariedade social, às desigualdades e à subalternidade.

Mobilizar esse conhecimento para entender os efeitos da pandemia e seus desdobramentos inclusive em relação a condições sanitárias e problemas epidemiológicos e sociais já existentes é um desafio que vem sendo enfrentado em vários projetos e pesquisas em rede.

A segunda dimensão da atuação da Antropologia na pandemia está ligada às etnografias feitas durante a epidemia e no *front* das situações de emergência que muitas dessas populações estão enfrentando agora, que eu chamei de urgências etnográficas.

O que está em questão aqui, em primeiro lugar, é a definição sobre o que são respostas científicas à epidemia e como respostas que não levem em conta fatores sociais e culturais acabam não se constituindo em respostas científicas

consistentes ou plenas. As polêmicas em relação a tratamentos precoces, medidas eficazes de enfrentamento, vacinas e uso de máscaras provocaram uma situação muito complexa no campo científico: de um lado, um governo anticiência que nega todos os conhecimentos acumulados até agora sobre esta e outras epidemias e que vem desarticulando a ciência brasileira; de outro, um tipo de tecnicismo excludente e reducionista, que insiste em não reconhecer a importância das humanas nas respostas e no enfrentamento à epidemia. O que leva a respostas precárias e destinadas ao fracasso. As respostas reduzidas ao que os conhecimentos biomédicos e epidemiológicos podem oferecer são limitadas. Penso que uma dimensão importante do que alguns antropólogos que estudaram outras epidemias (KECK; KELLY; LYNTERIS, 2019) têm apontado como um recorrente fracasso das respostas globais às epidemias é a falta de levar a sério a necessidade de pensar sua dimensão social. Estamos vendo essas limitações acontecendo no Brasil, e talvez por isso a Antropologia e as Ciências Sociais tenham sido tão insistentes em pedir a palavra.

Mas há outra dimensão crítica que o acontecimento “pandemia” em sentido amplo traz para o conhecimento antropológico. Durante todo esse período, escreveu-se sobre a pandemia em pleno acontecimento, em “tempo real”, tal como defino no título. Poderia se argumentar que toda pesquisa antropológica acontece “em tempo real”, na medida em que vamos a campo observar acontecimentos, rituais, conversas

e eventos da vida cotidiana, na temporalidade específica da presença em campo. No entanto, o “tempo real” da pandemia transcende a(s) temporalidade(s) específica(s) do sítio de pesquisa, envolvendo-nos todas em uma coetaneidade³⁵ explícita (somos todas contemporâneas). A terceira pessoa, “forma obstinada dos relatos etnográficos” (FABIAN, [1983] 2013, p. 112) parece se dissolver em um extenso “nós” produzido por esse aparente grande comum que é a pandemia³⁶.

No entanto, esta não é a primeira vez que a Antropologia é convocada a dar respostas em situações de emergência. O tema da urgência na Antropologia tem uma longa história e diferentes entradas. Uma delas é a criação do grupo de trabalho em Urgent Anthropology em 1966, do qual participaram vários antropólogos, entre eles Sol Tax, um dos criadores de uma antropologia da ação. A inspiração desse programa veio em parte do discurso de Lévi-Strauss nos 200 anos de nascimento de James Smithson, fundador do Smithsonian Institution, em que ele chama a atenção para o rápido processo de desaparecimento das sociedades e culturas tradicionais. Naquele momento, a questão eram os riscos trazidos pelo progresso e pela modernização a essas sociedades (entre elas os grupos ameríndios) – a perda de seus modos de

35 Conceito crítico de Johannes Fabian para, no sentido inverso da negação de uma perspectiva temporal ao outro, indicar o compartilhamento do tempo com o outro pesquisado. Um efeito da “negação da coetaneidade” é o uso do “presente etnográfico” no discurso antropológico, congelando assim as práticas culturais (FABIAN, 2013).

36 Sublinho a ideia de uma aparência de comum porque, como insisti acima, os efeitos da pandemia são profundamente desiguais para diferentes grupos sociais.

vida e formas de conhecimento. Lévi-Strauss (1966), em sua conferência, alertou para a necessidade de trabalhar junto às demandas dessas sociedades e construir registros dessas culturas. O programa de Urgent Anthropology tem um pouco essa característica: de construir um tipo de salvamento etnográfico de culturas e modos de vida em processo de desaparecimento – tal como se “salva” um sítio arqueológico diante da eminente construção de uma estrada no local, conforme comparação de um dos participantes do projeto³⁷. Fica evidente nesse projeto uma oposição entre desenvolvimento econômico e modernização, de um lado, e o risco que ofereciam às sociedades tradicionais, de outro.

Em diversos outros momentos, a noção de urgência reapareceu nas Ciências Sociais para definir os desafios da área diante de fenômenos contemporâneos, como a discussão sobre uma sociologia da crise, conduzida por Edgar Morin (1968) diante dos eventos da revolta estudantil de maio de 1968 na França.

No campo da antropologia da saúde e da antropologia médica, chegando um pouco mais perto da gente aqui, pesquisas sobre doenças emergentes (como diabetes, depressão ou obesidade) ou emergenciais (como as epidemias de ebola, na África, zika vírus no Brasil ou a pandemia de Hiv-aids) são envolvidas por um espírito de urgência.

37 Sobre a formação do programa e os debates em torno dele, ver principalmente os volumes 9 (1968); 10 (1969) e 12 (1971) da *Current Anthropology*.

Na maioria dessas experiências a ideia de urgência se articula com o engajamento da Antropologia no enfrentamento das calamidades e situações críticas. Concordo com Ortner (2019) de que de certa maneira toda Antropologia é engajada (no caso engajada com seus sujeitos prioritariamente pesquisados, povos originários, comunidades tradicionais, populações em situação de precariedade e vulnerabilidade social etc.). A diferença, para Ortner, estaria em admitir e explicitar o engajamento ou não. Penso que outra diferença estaria dada nas diferentes temporalidades desses impactos, contribuições ou efeitos mais ou menos imediatos das pesquisas antropológicas.

Existe, no entanto, uma diferença entre o que eram na época as preocupações do grupo da *Urgent Anthropology*, que funcionou dos anos 1960 aos anos 1980, e as preocupações que atingem a Antropologia hoje, particularmente no contexto da pandemia e de seus efeitos.

No caso da pandemia e dos contextos contemporâneos, outras tensões se configuram, e uma delas está ligada aos impactos do capitalismo e das políticas neoliberais sobre as populações mais vulnerabilizadas e precarizadas, sejam as comunidades chamadas “tradicionais”, sejam as populações das grandes cidades, das periferias urbanas, com todos os seus marcadores de desigualdade. A contradição não é entre o moderno e o tradicional, entre o progresso/modernização e a continuidade/permanência, mas entre as novas formas de acumulação de riqueza e capital e a necessidade de distribuição da riqueza,

políticas de justiça e igualdade social, formas democráticas de participação e gestão do Estado, defesa da natureza e do meio ambiente. Essa contradição chegou a níveis tão elevados, que se traduziu na experiência brasileira da pandemia no antagonismo entre políticas necrófilas, da morte, e o anseio por outras políticas da vida e do viver, principalmente do viver juntos.

Referências

DAS, Veena. **Critical Events**. An Anthropological Perspective on Contemporary India. Oxford Univ, 1995.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**. Como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013 [1983].

KECK, Frederic; KELLY, Ann H.; LYNTERRIS, Christos. Introduction: The anthropology of epidemics. In. KELLY, Ann H; KECK, Frédéric; LYNTERRIS, Christos. **The Anthropology of Epidemics**. London: Routledge, 2019, 1-24.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Anthropology: Its Achievements and Future. **Current Anthropology** 7 (April 1966): 124-127.

MORIN, Edgar. Pour une sociologie de la crise. **Communications**, 12, 1968. Mai 1968. La prise de la parole, 2-16.

ORTNER, Sherry B. Practicing engaged anthropology. **Anthropology of this Century**. N. 25, London, may 2019. Disponível em: <http://aotcpress.com/articles/practicing-engaged-anthropology/>

ANTROPOLOGIA, SAÚDE E CUIDADOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Ednalva Neves
Luziana Silva
Marcia Longhi
Mónica Franch
Pedro Nascimento*

Introdução

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões que fizeram parte do curso livre “Antropologia, saúde e cuidados em tempos de pandemia”, ofertado por docentes dos Departamentos de Ciências Sociais do Campus I (João Pessoa) e do Campus IV (Rio Tinto), vinculada/os ao GRUPESSC – Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura³⁸. O curso

38 Participaram do curso, além das autoras deste capítulo, Sônia Maluf, Soraya Fleischer, Rosamaria Carneiro, Denise Pimenta, Ana Guedes, Durvalina de Paula e Silva, Weverson Bezerra, Uliana Gomes, Marina Moguillansky, Érica Quinaglia, Ivia Maksud e Rafaela Porcari.

foi assistido por 115 estudantes e aconteceu entre 16 de junho e 18 de agosto de 2020, durante o semestre suplementar da UFPB.

Não é preciso recuar muito no tempo para encontrar a inquietação que nos levou a ofertar esta atividade. Em dezembro de 2019, assistimos assustadas/os ao crescente número de pessoas doentes e de mortes na China, em decorrência de um vírus designado como novo coronavírus (posteriormente Sars-Cov-2), cuja doença passou a ser nominada por covid-19. Devido a seu rápido alastramento e ao seu alto potencial de transmissão e letalidade, a OMS declarou o estado de pandemia em março de 2020, o que se mantém até hoje.

A situação pandêmica, além de nos afetar individualmente, nos interpelou enquanto grupo de pesquisa que se dedica à compreensão das dimensões socioculturais da saúde e da doença. Como afirmam Keck, Kelly e Lynteris (2019), as epidemias constituem campos particularmente ricos para a Antropologia pelos desafios metodológicos, epistemológicos e teóricos que colocam à disciplina. Nesse sentido, a pandemia de covid-19 apresentou (e apresenta) muitas interrogações para a pesquisa antropológica, incluindo as experiências de adoecimento, as noções de risco, as dimensões do cuidado, a interface com os processos de produção de desigualdades, a sua interação com outras condições de saúde e epidemias já existentes, entre outros aspectos. A pandemia também nos leva a refletir sobre nosso papel como cientistas sociais no

campo da saúde, põe em evidência nossa vulnerabilidade e interdependência, bem como traz desafios metodológicos em nada desprezíveis.

No Brasil, ademais, o enfrentamento à covid-19 tem sido marcado por tensões entre o governo federal e demais entes federados, provocando dissensões e ausência de uniformidade e comando político na condução das estratégias de saúde pública para o enfrentamento da pandemia. Alimentada por uma retórica negacionista, cujos interesses escusos têm vindo a lume na CPI da Pandemia³⁹, a condução federal da crise sanitária contribui efetivamente para o espalhamento do Sars-Cov-2 pelo território nacional, em função de um alinhamento com as teses da imunidade de rebanho por contágio (VENTURA; REIS, 2021). Depois de termos ultrapassado a barreira do meio milhão de mortes oficiais por covid-19 em junho de 2021, ficou mais do que evidente que, na esfera federal, o que ocorreu no Brasil foi uma “deliberada produção de morte em escala de massa” (DUARTE, 2020, p. 78).

No entanto, nada tem sido mais emblemático do que o impacto da pandemia sobre o cotidiano e a vida das pessoas e famílias. Para o cidadão, a complexidade passa pelas desigualdades econômicas e sociais, envolvendo questões raciais, de gênero e de geração, assim como as situações provocadas pela gestão da pandemia nos diferentes níveis de governo, tais como: confusão e conflito de informações,

39 Instalada no Senado da República em 27 de abril de 2021.

normas de isolamento, cuidados com os idosos e com outros grupos considerados vulneráveis, serviços de referência para acometidos, entre tantos dramas que podem ser associados às condições da população em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Esse contexto se torna emblemático para pensar não apenas as circunstâncias da doença, mas como a covid-19 e seu enfrentamento têm impactado ou reforçado estruturas e hierarquias sociais.

Neste capítulo, reunimos inquietações e temas que estiveram presentes no curso acima referido, e que atravessam o campo da pesquisa antropológica sobre covid-19. São eles: a questão da desigualdade na pandemia, a dimensão do cuidado, as noções de risco e o diálogo com a pandemia de HIV/aids. Esperamos que a sua leitura seja um convite à reflexão sobre a relevância social da abordagem antropológica diante da crise mundial, e brasileira.

Pandemia e desigualdades

A pandemia de covid-19 se apresentou como cenário propício à reflexão sobre as desigualdades no Brasil, e sobre sua expansão no contexto pandêmico. Uma das questões inicialmente levantadas por alguns analistas destacava o fato de os impactos econômicos tenderem a afetar os mais vulneráveis, aqueles que estão na base da pirâmide, por questões referentes à perda de renda e trabalho. Ao mesmo tempo, são também

os mais vulneráveis socioeconomicamente os que estão mais sujeitos à infecção e ao desenvolvimento de casos graves por covid-19 (CARVALHO, 2020).

No entanto, se faz necessário também considerar desdobramentos recentes das políticas sociais, sobretudo a partir de 2016, que se somam aos impactos da pandemia. A política de austeridade defendida por Michel Temer após o impeachment de Dilma Rousseff implicou a redução de investimentos em áreas centrais para o enfrentamento da pobreza, associado a uma política de desinvestimento particular na Assistência Social, fragilizando ainda mais o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, o que tem se aprofundado no governo Bolsonaro.

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2019), a insegurança alimentar grave atingiu 10,3 milhões de brasileiros entre 2017 e 2018. Por sua vez, pesquisa da *Food for Justice* realizada em 2020 indica que cerca de 125,6 milhões de brasileiros passaram por situação de insegurança alimentar (59% dos domicílios entrevistados) (GALINDO et al., 2021), concluindo que “as instabilidades socioeconômicas foram agravadas pela pandemia, acentuando desigualdades alimentares, especialmente o acesso a alimentos saudáveis de forma regular e em quantidade e qualidade suficientes” (PELEGRINI, 2021). Há uma vasta gama de serviços socioassistenciais que correm sérios riscos de continuidade no cenário pós-pandemia (LÍCIO; PAIVA;

PINHEIRO; 2021). O argumento principal para essa ameaça está no financiamento irregular que vem decrescendo nos últimos anos: os repasses federais para os serviços se deram de forma ascendente pelo menos até 2014, interrompida pela crise econômica e medidas de austeridade fiscal, sobretudo a partir de 2017 com o novo teto de gastos. Desde então, essa trajetória tem sido errática, e ainda com diminuição pela metade do recurso repassado nos anos de 2017 e 2019. Os repasses em 2020 aumentaram para R\$ 3,8 bilhões (1,4 bilhão a mais) em decorrência da pandemia, o que constitui “valor importante, mas irrisório se considerarmos as centenas de bilhões alocados no Auxílio Emergencial” (LÍCIO; PAIVA; PINHEIRO, 2021).

O auxílio emergencial, por sua vez, ampliou a percepção do estigma sobre os pobres, ao trazer a público os desafios de parcela da população a ser reconhecida como alguém que “precisa” de assistência estatal (NASCIMENTO; IUMATTI, 2020). Esse processo, ademais, explicitou desigualdades internas: aqueles já “incluídos” pelo Estado estavam em vantagem para realizar o cadastro e receber o benefício. Adicionalmente, expôs mais claramente os limites do modelo de proteção social brasileiro, focado no trabalhador formal, evidenciando que as políticas em curso não conseguem cobrir a gama dos excluídos. Como afirma Mônica Dias Martins, a pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social, fazendo como suas maiores vítimas “os trabalhadores temporários e sub-remunerados, os que vivem de atividades

informais e os desempregados, por habitarem as áreas mais precárias das grandes cidades brasileiras” (MARTINS, 2020, p. 162).

A vultosa busca pelo auxílio emergencial, acompanhada por toda sorte de dificuldade das pessoas para o acessarem, coloca em evidência esse cenário de desigualdade. Além dos problemas de ordem técnica e excesso de burocracia, aliados ao descaso para dar celeridade ao processo, vimos frequentemente casos de pessoas que não dispunham das condições tecnológicas básicas para acessar o benefício. O fato de 70 milhões de brasileiros não possuírem acesso à internet e a educação digital e financeira acentuou o quadro de pessoas em filas de banco para tentar resolver problemas de cadastro e, depois, na tentativa de receber o dinheiro. São os “sem sem”, nas palavras de Rosa Ibiapina: sem auxílio emergencial por não terem nem mesmo CPF. De acordo com dados da Receita Federal, de 19 milhões de pessoas que pediram a regularização do CPF por canais eletrônicos, mais de 12 milhões estavam relacionadas a cidadãos que não votaram nos últimos anos (IBIAPINA, 2020). Para esse número alto de pessoas, estar sem CPF implica também estar fora de muitas iniciativas governamentais, como participar de concurso público, conseguir emprego e não ter inscrição no CadÚnico, o que não os habilita a concorrerem a outros programas e benefícios do Estado.

Além dessas dificuldades, igualmente importante foi o fato de o auxílio emergencial ter sido centralizado pela

Caixa Econômica Federal, sobrepondo um novo sistema ao CadÚnico. O SUAS ficou completamente de fora dessa etapa de implementação do auxílio. Se considerarmos que mesmo anteriormente à pandemia já havia um contingente de “pobres” não incluídos no Bolsa Família e outros programas e serviços devido ao desmantelamento da rede de assistência, podemos imaginar que muitas pessoas que poderiam ter sido identificadas e incluídas nesse auxílio pela mediação da rede de assistência ficaram de fora.

Por fim, outra questão apontada por alguns estudos é a forma como os programas do governo são orientados politicamente. Renata Bichir afirma que, a partir da gestão Temer, houve uma redução da busca ativa para encontrar brasileiros pobres e registrá-los no Cadastro Único. De 2015 a 2020, apesar de o percentual da população pobre, que vive com menos de um quarto do salário-mínimo per capita, ter subido de 10,3% para 12,4%, o número de pessoas registradas no CadÚnico caiu de 82 milhões para 75 milhões: “Isso significa que o Estado brasileiro tem hoje informações menos precisas sobre quem são e onde estão os pobres”, estimando-se cerca de 20 milhões de pessoas fora do CadÚnico (LUPION, 2020).

Em síntese, os efeitos diretos da pandemia de covid-19, associados ao processo de desmonte de direitos sociais em anos recentes, têm constituído um quadro favorável ao aprofundamento de desigualdades econômicas e sociais que caracterizam nossa sociedade.

Cuidados e pandemia

Assim como a discussão sobre desigualdades, em tempos de pandemia, o cuidado ganhou o debate público. No entanto, os estudos sobre esta temática não são recentes. No campo das Ciências Sociais as discussões nos remetem à década de 1980 e estão fortemente atreladas às demandas e problematizações feministas, em especial às discussões sobre a desigual divisão sexual do trabalho. A literatura ganha contornos próprios dependendo do contexto sociocultural e político, mas alguns elementos estão sempre presentes: o cuidado é relacional, dinâmico e performático. Ele ‘se constrói’ na relação. Além disso, apresenta uma dimensão prática, afetiva, política (TRONTO, 2007) e é perpassado pelas questões de gênero. Enfim, o cuidado é complexo e polissêmico (BONET; TAVARES, 2007). Nosso objetivo nesta seção é refletir sobre o destaque atribuído “aos cuidados”, seja no campo acadêmico, seja no âmbito do senso comum, no momento pandêmico e pensar sobre possíveis (ou não) desdobramentos desta súbita notoriedade.

Podemos afirmar que o trabalho do cuidado, tanto aquele realizado no espaço doméstico – remunerado ou não – como o que acontece nas instituições, é predominantemente exercido por mulheres. São as mulheres que cuidam, mas são as mulheres pobres e principalmente as mulheres pobres e negras que são as mais invisibilizadas, pior remuneradas e que muito comumente vivem em condições de grande precariedade.

Esta realidade nos informa sobre o ‘não-valor’ atribuído aos cuidados ao mesmo tempo vitais e banais, como os realizados por babás, cuidadoras de idosos, trabalhadoras domésticas e profissionais da saúde, que realizam as atividades consideradas menos especializadas e muitas vezes ‘sujas’.

A pandemia de covid-19, diante de seu grande potencial de transmissão e letalidade, despertou em todas e todos, muito rapidamente, um forte sentimento de vulnerabilidade, mesmo que não da mesma forma e nem com o mesmo grau (BLANC; LAUGIER; MOLINIER, 2020). Aqui entram em jogo imbricamentos entre os marcadores sociais de classe, gênero, geração e raça.

O cuidado, por sua vez, é uma prática que está intrinsecamente associada à manutenção da vida. Como afirmou Gregório Duvivier, em um dos seus programas, dedicado ao cuidado⁴⁰, se existe algo em comum entre todas as pessoas é o fato de ter sido cuidada por alguém em seus primeiros anos de vida (caso contrário, não estaria vivo). Em tempos não pandêmicos enxergamos vulnerabilidade nos segmentos sociais considerados dependentes, principalmente as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência, e são estes indivíduos que são associados à necessidade de cuidados, em contraposição aos que são denominados autônomos.

40 16º episódio da 4ª temporada do Greg News, com Gregório Duvivier; <https://www.youtube.com/watch?v=ZiUXtIRt88M>

Podemos afirmar que o cuidado tem a dupla característica de nos obrigar a pensar tanto no contexto micro, no que diz respeito à vida ordinária, às atividades mais corriqueiras, consideradas pouco importantes; como também na perspectiva macro, pois nos fala de uma estrutura social extremamente desigual, que descredencia os segmentos que cuidam. Assim, o cuidado, “embora vital, torna-se desvalorizado na economia e na política” (TRONTO, 2007, p. 293).

Com a pandemia e a necessidade de isolamento social, uma grande rede informal de cuidados se rompe e ganha visibilidade justamente por deixar de existir. A desorganização social provocada por esta situação permite algumas constatações: a fragilidade é inerente à condição humana, a “autonomia de um é possibilitada pelo trabalho de muitas outras” (BLANC; LAUGIER; MOLINIER, 2020, p. 2) e somos todos, na verdade, interdependentes.

Com relação aos desdobramentos, só podemos desejar e lutar. Lutar para que o Estado volte a reconhecer a importância de políticas públicas voltadas aos segmentos mais precarizados e invisibilizados; lutar por uma política pública do cuidado e desejar que todas e todos nos reconheçamos interdependentes e igualmente demandantes de cuidados, alçando esta discussão para um patamar público e político.

Do risco na gestão da pandemia

Como discutido até aqui, a pandemia pelo Sars-Cov-2 é um processo complexo, multifacetado, político-econômico e cultural (CASTRO, 2020; MATTA et al., 2021). Entendida como fenômeno sociocultural, recorre-se aos modelos coletivos de interpretação acionados pela crise, engendrando processos e relações no enfrentamento das ameaças à vida. A este respeito, a invisibilidade e o perigo do agente causador – Sars-Cov-2 – movimentam o imaginário coletivo processando diferentes imagens e narrativas sobre a origem do vírus, a atuação no corpo e as reações possíveis.

Nesse cenário, a mobilização de cientistas é fundamental, engajados desde a identificação do agente, dos modos de produção da covid-19 à produção de biotecnologias. Na saúde coletiva e na biomedicina, a epidemiologia assume papel significativo, junto ao conceito de risco, na produção de conhecimento sobre o acometimento de populações vulneráveis e de fatores de risco (sociais, culturais, econômicos etc.) que acentuam a fragilidade da vida. O conhecimento epidemiológico fomenta modelos de gestão e políticas de enfrentamento ao Sars-Cov-19, em diferentes escalas da experiência pandêmica.

Para exemplificar as diferenças e o papel da compreensão do risco na gestão da pandemia, trazemos dois enunciados emitidos por agentes diferentes, mas que estiveram na contramão dos enunciados dominantes nessa

pandemia – o do enfrentamento pelo “achatamento da curva” de adoecimentos e mortalidade. O primeiro deles é uma frase proferida pela Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Jacinta Ardern, em relação à pandemia: “nós não queremos achatar a curva, nós não queremos a curva” (LIMA, 2020). O outro enunciado nos é dado por Vilaça e se refere à experiência do povo Wari’, em contato com a ‘grande doença dos brancos’, quando “tentavam se manter vivos, fugindo para o interior da floresta. Para eles, a doença não deve ser enfrentada, mas evitada; é preciso ir para longe dela” (VILAÇA, 2020, p. 1).

Esses enunciados informam que o risco, nesse contexto, está associado ao valor da vida e ao cuidado como um direito, evitando a disseminação do vírus até que novos conhecimentos e biotecnologias, como a vacina, sejam desenvolvidos. Os discursos consideram o conhecimento epidemiológico e a experiência coletiva, respectivamente, na adoção da estratégia de evitação (lockdown, isolamento).

Mas o que é risco? Na esteira inaugurada por Durkheim (1996), propomos entender risco como uma categoria de entendimento cuja força semântica consiste em acionar outros termos e valores reguladores da vida social, tais como: medo, perigo, ameaça, insegurança, confiança/confiável, prevenção, precaução, como uma antecipação de eventos futuros, ou seja, um conjunto de processos, sentimentos e ações de enfrentamento do perigo e da ameaça (DOUGLAS, 1996). Risco é uma palavra ocidental, vinculada à modernidade, ligada

à produção de conhecimento, seja no senso comum, como experiência coletiva, seja no pensamento científico e sistemas peritos. Nem sempre essas esferas convergem e, comumente, produzem agenciamentos diferentes.

A apropriação de risco pelo campo da saúde elucidada a natureza política dessa categoria, orquestrando políticas a partir de enunciados de verdade e processos de intervenção (ROSE; RABINOW, 2006). A gestão da pandemia é exemplar desses processos, quando associada à racionalidade biomédica, alicerçada na produção de biotecnologia (medicamentosa, invasiva e curativa), tida como infalível diante das ameaças biológicas.

No Brasil, diferentemente de países vizinhos (MUSANTE, 2020), a gestão e as estratégias de enfrentamento iniciaram após o anúncio do primeiro caso em fevereiro de 2020, menosprezando a dimensão continental e a existência de portos/aeroportos distribuídos pelo país, desigualdades estruturais, diferenças culturais e étnicas, dependência exterior de tecnologia biomédica. Ainda bem que contamos com o Sistema Único de Saúde (SUS), gratuito e universal, com uma rede capilarizada pela atenção básica e agentes comunitários de saúde, assim como vasta experiência em campanhas de vacinação, que atua apesar da precariedade das condições de trabalho e desmonte pela formação nos princípios organizativos e financiamento.

A ausência de gestão da pandemia (incluindo um comitê científico), a estratégia medicamentosa sem eficácia e comprovação científica, a ausência de campanhas públicas de informação para a população, a ausência de protocolos para diferentes níveis de complexidade do SUS, o não uso (com desvios para outros fins) dos recursos financeiros destinados à pandemia, a ausência de suporte tecnológico (oxigênio, leitos de UTI), a recusa da compra de vacinas e outras tantas medidas indicam a intencionalidade política de Governo e explicam como chegamos a mais de 500 mil mortos. Não são ações isoladas, acompanham-se de políticas desastrosas de apoio social (o auxílio emergencial), aprofundamento da fome e da miséria, das condições de moradia e desemprego. Uma gestão que prioriza os princípios da economia neoliberal e a ideologia individualista do risco, que atribui às pessoas a responsabilidade por suas condições de existência e vida.

Nesse contexto, não é difícil entender como famílias e pessoas não entendem o clamor do “fique em casa”. Para começar, em razão da histórica experiência de cidadania no Brasil, em que os direitos sociais são retirados e as pessoas não contam e não contam com o chamado Estado diante da ameaça à vida trazida pela crise. Este agente – Estado – não tem credibilidade e nem inspira confiança para populações tradicionais, quilombolas, povos indígenas, minorias sociais, pessoas LGBTQIA+. Em condições de existência precária lhes resta correr o risco, de modo que não se arriscam a “ficar em

casa” quando a família depende do trabalho – uma gestão de risco.

Por fim, é importante destacar que o povo brasileiro resiste através de iniciativas da sociedade civil (das favelas, por exemplo), dos movimentos sociais (MST, outro exemplo), de profissionais de saúde, de gestores (CONASS, CONASEMS), das comunidades científicas (ABRASCO, ANPOCS, ABA, SBS). São iniciativas que acionam princípios de solidariedade e sobrevivência, tomando os recursos e valores locais como estratégias para enfrentamento da covid-19. Nossa esperança é de que essas reações e resistências sejam o começo da reconstrução do país, instituídas por dentro a partir daqueles que importam.

A covid-19 à luz da pandemia de HIV/aids

A crise sanitária deflagrada pela covid-19 tem nos lançado em um movimento de olhar para trás, para pensar em respostas para o cenário pandêmico a partir da experiência acumulada no enfrentamento a outras epidemias. Afora a evidente analogia com a gripe espanhola, sobretudo pela proximidade com as formas de transmissão (SCHWARCZ; STARLING, 2020), a relativamente recente experiência de enfrentamento ao HIV/aids tem sido trazida à baila por vários analistas (e ativistas) que, sem desconhecer as diferenças tanto do agente biológico causador da situação pandêmica como dos

contextos sócio-históricos e políticos de emergência de ambas as pandemias, consideram importante reconhecer algumas das “lições” (WOLFE, 2020; PARKER, 2020) aprendidas nas quatro décadas de conhecimento e convivência com o Vírus da Imunodeficiência Humana Adquirido (HIV). A quarta e última seção deste capítulo aponta alguns desses elementos para enriquecer a reflexão sobre a pandemia de covid-19.

Um primeiro aspecto que a história social da aids convida a refletir é a importância do envolvimento das comunidades afetadas na construção não apenas da resposta social ao surgimento de uma nova ameaça à saúde – que no caso da aids foi especialmente necessária diante do estigma associado à doença – mas no próprio desenvolvimento do arsenal biomédico hoje disponível para o controle da infecção. Embora a resposta brasileira tenha sofrido duros ataques com a construção de “anti-agendas” diante de uma “crise de múltiplas dimensões” (AGOSTINI et al, 2019), o ativismo em torno do HIV/aids atuou enquanto força propulsora para pautar a saúde com as diferentes vozes de atrizes e atores sociais. A mobilização das comunidades, neste momento de pandemia pela covid-19, também tem se mostrado fundamental na construção de “territórios de resistência, territórios de existência” (MALUF, 2021, p. 279) diante do abandono do Estado e na ausência ou ineficácia das políticas para fazer frente aos diversos impactos da situação pandêmica, sobretudo para as populações mais vulnerabilizadas. Essas iniciativas, apesar de distantes no tempo

e muitas vezes na forma, parecem se basear numa “ontologia social/coletiva” próxima daquela que Seffner e Parker (2016) identificam como sendo a base da resposta brasileira à aids nos seus inícios.

Já do ponto de vista do manejo, Parker (2020) nos lembra a importância da experiência acumulada em matéria de testagem ao longo da história da aids e as dimensões políticas que fazem dos testes algo mais complexo do que “uma simples tecnologia biomédica”. Se, no campo da aids, a questão da testagem é marcada pela luta para garantir tanto o acesso ao diagnóstico como o direito ao sigilo, no caso da covid-19, o acesso aos testes e a subnotificação de casos dominaram as preocupações sobretudo nos primeiros tempos da pandemia, revelando imensas diferenças quanto à possibilidade de identificar, dimensionar e caracterizar o alcance da pandemia em cada contexto nacional e local. No terreno político, como atentou Veriano Terto Jr. (2020), a luta pelo acesso universal ao tratamento ao HIV/aids, que foi uma inegável marca do sucesso da renomada “resposta brasileira à aids”, já se refletiu no projeto de Lei 1462/2020 que prevê o não patenteamento de medicamentos e tratamento para a covid-19.

A história social da aids também nos permite pensar sobre como a noção de aprendizado, quer para viver com o HIV, quer para a prevenção, implica a necessidade do diálogo, do respeito aos diferentes saberes, práticas e modos de vida para construir uma resposta eficaz e sensível, o que remonta

à importância da educação entre pares, experiência basilar do movimento aids. Trazendo essa reflexão para a covid-19, devemos nos perguntar como ir além do uso da máscara quando o isolamento deixa de ser a viga do enfrentamento e as pessoas precisam sair às ruas. Nessa direção, Daniel Wolfe (2020) resgata a proposta de redução de danos para o novo momento. Não se trata de uma “promessa de eliminação do risco” ou de “segurança absoluta”, mas sim de aceitar que esse risco existe, e que é possível reduzi-lo a partir do acesso a informações precisas e a ferramentas que permitam diminuir a exposição individual e coletiva. No Brasil, este caminho parece ser especialmente complexo diante do negacionismo promovido pelo governo federal e a consequente disseminação de rumores. Entretanto, a redução de danos pode ser um caminho possível nas ações situadas nos microespaços de interação cotidiana. Uma resposta construída à luz das experiências locais possivelmente terá em conta o universo comum das precariedades, das vulnerabilidades e, com isso, tem-se uma narrativa menos uniformizante e mais próxima do plano da cotidianidade.

Refletindo agora no sentido inverso, isto é, nos impactos da covid-19 para a prevenção ao HIV e para o tratamento das pessoas vivendo com HIV/aids, questionamos quais as vulnerabilidades que o momento pandêmico tem posto para a atenção em HIV e para os cuidados das PVHA. O que será que a covid-19 vai ensinar para o enfrentamento do HIV/aids?

Considerações finais

São muitos os questionamentos e, como ponderou Sônia Maluf (2020), vivenciamos uma “fusão entre o tempo de respostas” e o “tempo das experiências”. O desafio para as Ciências Sociais, em especial a Antropologia, está em responder às indagações acerca de: quais regimes de governança são mobilizados após um ano e meio de pandemia no Brasil? Como as diferentes resistências e iniciativas dos agentes fazem a diferença na produção política de cuidados coletivos? Como as desigualdades social, racial e econômica castigam as famílias na pandemia? Como o isolamento social, “fique em casa” enquanto medida preventiva, se transforma em fator de risco para violências? Quais as consequências sociais e políticas das mortes em famílias, grupos e movimentos sociais? Quais os impactos das sequelas para as pessoas, as famílias e o SUS? Qual o custo social e político das mortes pela covid-19? Essas são questões que vão nos perseguir no contexto societário pandêmico e pós-pandêmico.

Referências

AGOSTINI, Rafael et al. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 24, n. 12, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25542019>>. Acesso em: 30 de Maio de 2021.

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: as mulheres na pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia**, p. 1-13, 2020.

BONET, Octavio; TAVARES, Fátima. O cuidado como metáfora nas redes da prática terapêutica. In. PINHEIRO, Roseni; MATOS, Ruben (org.). **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2007, p. 263-277.

CARVALHO, Laura. Como a pandemia pode aprofundar nossas desigualdades. **Nexo Jornal**. On-line, 16 de abril de 2020. Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/Como-a-pandemia-pode-aprofundar-nossas-desigualdades>. Acesso em 27 de abril, 2020.

CASTRO, Bárbara (org.). **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2020.

DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame**. Essays in Cultural Theory. New York: Routledge, 1996.

DUARTE, André. “E daí?” Governo da vida e produção da morte durante a pandemia no Brasil. **O que nos faz pensar**. Cadernos de Filosofia da PUC-Rio, v.29, n.46, jan.-jun. 2020, pp. 74-109.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da Vida Religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FAZZIONI, Natália; O que podemos aprender sobre “cuidado” com a epidemia de corona vírus. <https://leicufrij.wordpress.com/2020/04/05/o-que-podemos-aprender-sobre-cuidado-com-a-epidemia-de-corona-virus-por-natalia-fazzioni/?fbclid=IwAR2ok-8DYLizAZ4jomHQRxQY7cPnNKp-xV9LHZ2nvUxWr8MVJuG7J5Ws6Emo>; <https://leicufrij.wordpress.com/>

GALINDO, Eryka et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, nº. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in. A Bioeconomy. 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y

IBIAPINA, Rosa. Os “SEM SEM” no Brasil de pandemia COVID-19: desenCPFados Anônimos-Aparentes e o Auxílio Emergencial. In. GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). Cientistas sociais e o Coronavírus. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, pp.587-591. IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KECK, Frédéric; KELLY, Anne H.; LYNTERIS, Christos. Introduction: the anthropology of epidemics. In. **The Anthropology of Epidemics**. London: Routledge, 2019, pp.1-23.

LÍCIO, Elaine Cristina; PAIVA, Andrea Barreto; PINHEIRO, Marina Brito. Serviços socioassistenciais sob risco no pós-pandemia. **Nexo Jornal**, Online, 22 de abril de 2021. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Servi%C3%A7os-socioassistenciais-sob-risco-no-p%C3%B3s-pandemia?utm_medium=Email&utm_campaign=selecaopp&utm_source=ppgeral. Acesso em: 23 Abr. 2021.

LIMA, Juliana Domingos de. Os países comandados por mulheres que se destacam na crise. **Nexo Jornal**, 20 de abril de 2020. Acessado em junho de 2020, disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/20/Os-pa%C3%ADses-comandados-por-mulheres-que-se-destacam-na-crise>

LUPION, Bruno. Na epidemia, governo ignora sistema de assistência social que protege mais pobres. **DW Brasil**, online. 25/05/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/na-epidemia-governo-ignora-sistema-de-assist%C3%Aancia-social-que-protege-mais-pobres/a-53537488>

MALUF, Sônia Weidner. **Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia**. Aula inaugural Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFAL, 2020. [publicado em 02 de fevereiro de 2020]. Disponível em: <https://ics.ufal.br/pos->

[graduacao/mestrado-em-antropologia/institucional/eventos/aula-inaugural-2020-profa-sonia-maluf](#)

MALUF, Sônia. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Tomo**, n.38, jan./jun., 2021, pp.251-285.

MARTINS, Mônica Dias. A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social. In. GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, pp. 162-165.

MATTA, Gustavo et al. (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. (Série Informação para ação na Covid-19) <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

MUSANTE, Florencia. O Estado em disputas: reflexões a partir do Brasil e da Argentina frente à pandemia do coronavírus. In. CASTRO, Bárbara (org.). **Covid-19 e sociedade**: ensaios sobre a experiência social da pandemia. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2020.

NASCIMENTO, Pedro; IUMATTI, Camilla. Covid 19, políticas públicas e cidadania. **Observantropologia**. 2020. <https://open.spotify.com/episode/ObpF7zbas1Vv0AjdNfmAUg>

PARKER, Richard. Covid-19 e HIV/Aids: paralelos e lições. **Dossiê ABIA HIV/AIDS e Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA, 2020, pp. 8-9.

PELEGRINI, Aline. Qual o quadro de insegurança alimentar no Brasil da pandemia; **Nexo Jornal**. Online, 13 de abril de 2021. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de Biopoder hoje. **Política & Trabalho** – Revista de Ciências Sociais, no. 24, Abril de 2006 – p. 27-57.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à AIDS. **Interface**, v. 20, n. 57, June 2016, p. 293-304.

TERTO, Veriano. Prevenção, tratamento e cuidado ao HIV/AIDS e outras IST durante a pandemia de COVID-19: adaptações, desafios e telessaúde. **Painel Ágora Abrasco**. Realizado em 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z6gSKbC-rgY>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, maio/ago. 2007, p. 285-308.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19.

Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, São Paulo, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>>.

VILAÇA, Aparecida. A dupla ameaça aos povos indígenas. **Revista Serrote**, Instituto Moreira Salles, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/a-dupla-ameaca-aos-povos-indigenas-por-aparecida-vilaca/> Acessado: 12 de julho 2020.

IV Experiências e urgências das práticas acadêmicas



DIÁRIOS DE EXTENSÃO EM TEMPOS DE EXCEÇÃO: o projeto “Histórias de Quilombo” na pandemia

Aina Guimarães Azevedo

Aline Paixão

Patrícia dos Santos Pinheiro

Diários de extensão

Ele disse que está tudo bem nesse período de quarentena. Falou que pelo fato da comunidade ser quilombola pode ser que ela tenha acesso a outros direitos como cesta básica, por exemplo. Na semana passada, uma pessoa da secretaria dos direitos humanos entrou em contato com ele para saber a quantidade de famílias existentes na comunidade, mas não entrou em mais detalhes comigo. Ele disse que algumas pessoas da comunidade entraram em contato com ele para tirar dúvidas acerca do cadastramento no auxílio emergencial. Comentou que pensou em fazer uma reunião com o pessoal do coletivo com o

intuito de organizar um horário para atender e tirar as dúvidas da comunidade sobre o auxílio emergencial, no pavilhão do Quintal Cultural. Encaminhei o material disponibilizado no grupo de extensão sobre o auxílio emergencial-Covid 19 (Relato de Aline Paixão a partir de contato com uma liderança de Mituaçu, 14 de abril de 2020).

O relato acima corresponde a um dos diversos contatos que fizemos com lideranças do quilombo de Mituaçu (Conde, Paraíba), no início da pandemia do novo coronavírus – um momento de mudanças abruptas, medos e incertezas. O relato é um excerto do diário de campo de Aline Paixão, uma das idealizadoras e integrante do projeto de extensão “Histórias de Quilombo”. Nele, revela-se a amplitude de preocupações e frentes possíveis de atuação em face da pandemia: identidade quilombola e acesso a direitos, cadastramento e acesso ao auxílio emergencial e estratégias de articulação das lideranças.

A pandemia trouxe a necessidade de respostas urgentes e, ao mesmo tempo, mostrou-se mais persistente do que supúnhamos. Nesse contexto de isolamento social prolongado, de incertezas econômicas e da adoção de novas medidas sanitárias, o projeto de extensão “Histórias de Quilombo” buscou renovar suas formas de atuação. Passamos por diversas fases, começando pelo sentimento de incapacidade de fazer algo que pudesse nos aproximar da comunidade de Mituaçu. Mas, em diálogo com a comunidade, fomos criando

estratégias de atuação e comunicação que correspondessem às demandas locais e aos princípios norteadores do projeto.

Este artigo busca então descrever as estratégias metodológicas desenvolvidas, refletindo sobre os compromissos entre a extensão universitária, a pesquisa acadêmica e a comunidade com a qual trabalhamos. Optamos por trazer os registros de nossos Diários de Extensão por meio da descrição de algumas ações chave. Dessa forma, o capítulo se divide em 4 estratégias: 1) Comunicação: “Fortalecendo afetos”; 2) Pesquisa e produção colaborativa; 3) Produção de materiais de divulgação sobre a pandemia; e 4) Parcerias institucionais: combate à covid-19 e seus efeitos sociais. As produções citadas a seguir estão todas disponíveis no canal do YouTube e/ou no Instagram do projeto “Histórias de Quilombo”⁴¹.

Comunicação: “Fortalecendo afetos”

Em vez de nos deslocarmos para Mituaçu – como fazíamos semanalmente desde 2017, quando o projeto “Histórias de Quilombo” teve início –, com a pandemia passamos a fazer ligações telefônicas e trocar mensagens com a comunidade. Mas, como é possível antever, em uma área rural quilombola nem sempre as pessoas têm acesso à internet

41 Canal do YouTube: www.youtube.com/channel/UCd6eQEoLnPSoguCXK9XDKig/videos. Instagram: www.instagram.com/historiasdequilombo/

e, entre os mais velhos, não é comum ter um celular particular, sendo necessário recorrer aos celulares de filhos e netos.

Buscando então driblar as dificuldades de comunicação, criamos um grupo de WhatsApp composto pelas integrantes do projeto de extensão e mulheres de Mituaçu com papéis de liderança na comunidade e representando, na época, o Coletivo Raízes Negras de Mituaçu, a Defesa Civil Mirim, a Escola Quilombola Ovídio Tavares de Moraes e a Unidade Básica de Saúde de Mituaçu.

O grupo foi chamado de “Fortalecendo afetos”, indicando que uma das nossas principais preocupações durante a pandemia era, além do auxílio à comunidade no enfrentamento do novo coronavírus, a manutenção dos vínculos afetivos cultivados durante anos entre a comunidade acadêmica e a comunidade quilombola. Essa preocupação de cunho sentimental, e porventura considerada pouco importante no fazer acadêmico, na verdade, corresponde ao compromisso político central do projeto “Histórias de Quilombo”, que é: pensar, formular e executar todas as ações de forma compartilhada com a comunidade.

Ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019, nossas principais estratégias de atuação em Mituaçu foram oficinas realizadas na escola da comunidade. Para 2020, esperava-se colaborar com a inscrição da memória local em diferentes artefatos construídos coletivamente. Esta era uma proposta de continuidade das atividades de artesanato com as “Fuxiqueiras do Bem”

– grupo constituído pelas integrantes deste projeto, anciãs e outras mulheres da comunidade. Entretanto, em função da pandemia, passamos a pensar em novas estratégias de atuação que seguissem reafirmando esses vínculos e, ao mesmo tempo, estivessem de acordo com as novas necessidades impostas.

Por meio do diálogo mantido com o grupo “Fortalecendo afetos” passamos a nos informar sobre algumas das demandas da comunidade e, ao mesmo tempo, a trocar mensagens que correspondiam a lembranças das atividades realizadas pelo projeto em anos anteriores. Como havia expectativa mútua de dar continuidade às oficinas, passamos a conjugar ações de combate à pandemia à produção de diversos materiais audiovisuais que nos aproximassem afetivamente das pessoas com quem havíamos mantido um contato prolongado e contínuo anteriormente. Essas estratégias serão descritas a seguir.

Pesquisa e produção colaborativa

Ao longo dos anos acumulamos extenso material audiovisual sobre Mituaçu nos projetos “Histórias de Quilombo” e “Práticas e conhecimentos quilombolas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: experimentações de extensão, ensino e pesquisa etnográfica com materiais sensíveis” (CNPq – Edital Universal, 2018). Parte desse material já havia sido explorado e transformado em vídeo, como o filme “Gramame, um rio

de histórias” (2018). Além disso, trabalhos foram publicados com base nesse acervo imagético, como aqueles relacionados à produção inicial de uma coleção etnobotânica (PINHEIRO et al., 2019a; 2019b; SANTOS et al., 2019).

Mesmo assim, havia muito a ser explorado e quando nos vimos impossibilitadas de visitar presencialmente Mituaçu, nosso primeiro impulso foi nos conectarmos com a comunidade por meio das imagens. A própria coleção etnobotânica teve continuidade na pandemia por meio de desenhos e bordados inspirados no acervo, quando buscamos aprimorar a pesquisa sobre as plantas a partir da ideia de convivialidade e de relações multiespécies (AZEVEDO et al., 2020).

Ao revisitarmos fotografias e vídeos sobre os encontros das “Fuxiqueiras do Bem”, produzimos um vídeo composto de fotografias e narrado pelas integrantes deste projeto, no qual rememorávamos as manhãs dedicadas ao fuxico e regadas com café, bolo, conversas, cantorias e histórias de Mituaçu. O fotovídeo foi compartilhado com a comunidade, inaugurando uma nova forma de troca de carinho entre nós.



Figura 1 – Fuxicos das oficinas de artesanato.

Fonte: acervo do projeto, 2019.

Também retomamos projetos audiovisuais sobre práticas locais de forma colaborativa. Às imagens e aos áudios do acervo, somaram-se entrevistas feitas por WhatsApp com pessoas de Mituaçu e novas filmagens realizadas por professoras e estudantes da escola Ovídio Tavares de Moraes. A partir dessa colaboração, realizamos o vídeo “Raiz Farinha Beiju” (2021) em parceria com a produtora Barquinho.

Produção de materiais de divulgação sobre a pandemia

Em meados de junho de 2020, uma das “Fuxiqueiras do bem”, Ivanilda Gusmão, enviou-nos um áudio em que recitava um cordel de sua autoria sobre o novo coronavírus.

Ivanilda tem uma produção artística dedicada, muitas vezes, a temas candentes para a comunidade. E não poderia ser diferente com a pandemia.

Ao recebermos essa mensagem, pensamos que poderíamos transformá-la em um material de divulgação para a comunidade sobre os cuidados necessários para evitar a propagação do vírus. Sem imagens da pandemia em Mituaçu e considerando que as imagens encontradas em bancos de uso livre na internet seriam desconectadas da realidade de Mituaçu, optamos por fazer desenhos que ilustrassem o cordel. Os desenhos foram produzidos, impressos e distribuídos na comunidade, e contaram também com uma versão em fotovídeo.

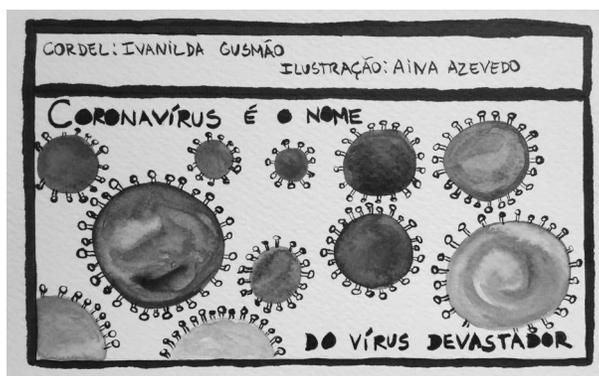


Figura 2 – Cordel Ilustrado.

Fonte: acervo do projeto, 2019.

Dada a urgência de divulgação de informações sobre o isolamento social, produzimos também um vídeo narrado pela jovem quilombola Sophia Teixeira Silvério de Souza. O vídeo buscava informar sobre a necessidade de isolamento e divulgava uma demanda das crianças de Mituaçu na pandemia: doações de jogos de tabuleiro e brinquedos para poderem ficar brincando sem sair de casa. Esse vídeo foi produzido em parceria com a Defesa Civil Mirim Quilombola, o projeto de extensão “Observatório Antropológico” e a produtora Barquinho.

Outra ação que desenvolvemos foi a campanha “Espalhe uma boa notícia”, que surgiu depois de tomarmos conhecimento de que algumas pessoas da comunidade estavam sendo estigmatizadas por contraírem a covid-19. Pensamos então em uma forma de reverter o peso emocional de contrair a doença e ainda ter que lidar com o estigma da comunidade. O nome da campanha surgiu depois de algumas conversas com todas as participantes do projeto, quando decidimos produzir cards informativos em software de uso livre. Os cards traziam mensagens otimistas e ilustrações coloridas, chamando a atenção para a necessidade de dar apoio em vez de espalhar notícias ruins. Com o objetivo de tornar a informação mais personalizada e com “a cara” da comunidade, usamos a imagem autorizada de uma moradora de Mituaçu, Jailene Eloy Dionísio. Em acréscimo, mensagens na rádio comunitária e em moto de som com indicações sobre a pandemia também foram disseminadas, em parceria com as organizações mencionadas.

Parcerias institucionais: combate à covid-19 e seus efeitos sociais

Mituaçu é uma das 44 comunidades autorreconhecidas como quilombolas na Paraíba, que perfazem cerca de 3.500 comunidades no Brasil. Sabemos que, para essas comunidades, a pandemia não é a única ameaça. Além dos efeitos do racismo, o cenário de vulnerabilidade inclui a ausência de saneamento básico, escassez hídrica, falta de acesso a serviços de saúde, o avanço do agronegócio e de grandes empreendimentos sobre seus territórios e a morosidade da regularização fundiária.

Os desdobramentos da pandemia e as novas medidas sanitárias regidas por decretos estaduais tornaram-se novos desafios para muitas comunidades. A falta de espaço físico dentro das unidades habitacionais impossibilitou, em muitos casos, o isolamento ou o distanciamento adequado entre os membros residentes, permitindo um maior risco de contaminação entre eles. Somado a esse fato, a falta de acesso a insumos básicos de higiene pessoal e, em alguns casos, as distâncias geográficas até uma unidade de saúde e o pouco acesso a informações precisas sobre a doença, dificultaram o diagnóstico e o tratamento adequado dos casos suspeitos, aumentando os casos de subnotificações.

De acordo com dados disponíveis pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), os casos confirmados de covid-19 em quilombos brasileiros em julho deste ano já somavam mais de 5 mil, dentre eles 299 óbitos.

Em Mituaçu, monitoramos as demandas da comunidade, que variaram ao longo do tempo e de interlocutora para interlocutora. De todo modo, máscara, álcool gel e dúvidas sobre o auxílio emergencial foram pontos importantes. Em parceria com o Observatório Antropológico (financiado pela *Agence Universitaire de Francophonie*), Mituaçu recebeu 341 kits com água sanitária, álcool 70% e detergentes, além de máscaras de tecido elaboradas por uma costureira de Mituaçu, que participou da Rede de Costureiras do mesmo projeto. Junto com esse material, entregamos para toda a comunidade cópias coloridas do Cordel de Ivanilda sobre a pandemia, ilustrado por nós.

Outra ação que consideramos fundamental foi o fortalecimento do diálogo com a Prefeitura do Conde, em especial com a Secretaria de Saúde e Unidade Básica de Saúde (UBS) de Mituaçu. Anteriormente, já havia uma aproximação da equipe do projeto com a UBS por meio da oficina de sabonetes artesanais com plantas medicinais, o que facilitou nossa comunicação.

Com a Secretaria de Saúde do Conde foi possível obter dados epidemiológicos e acompanhar a situação da propagação do novo coronavírus no município. Esse acompanhamento foi feito também de forma mais aproximada por meio das entrevistas realizadas com Mônica Nascimento de Sousa – Agente Comunitária de Saúde de Mituaçu – e com Raquel Fernandes – Terapeuta Ocupacional que atuou

em Mituaçu. A partir dessas entrevistas, produzimos relatos ilustrados que foram publicados em redes sociais.

Na entrevista de Mônica, quilombola e ACS há quase duas décadas, ela trouxe um relato sensível sobre o cansaço gerado pela pandemia, mas, ao mesmo tempo, colocou o comprometimento com a comunidade em primeiro lugar:

[...] tem dia mesmo que a gente tá exausta, a gente nem consegue se recuperar do dia anterior, mas quando amanhece o dia, a gente já fica pensando nas famílias, aí cria aquela energia e diz: eu vou, eu vou fazer o melhor, eu vou ajudar a minha comunidade e vem uma energia tão maravilhosa dentro da gente, que a gente esquece todos os problemas e vai à luta (Mônica, entrevista, 2020).

Nessas entrevistas, dando ênfase às novas dinâmicas geradas pela pandemia, atendendo ao contexto contemporâneo e ao cotidiano que vivenciamos nos anos anteriores do projeto, nos propusemos a partir do entendimento das estratégias locais de enfrentamento do vírus, sem ignorar as recomendações biomédicas frente à pandemia.

Ao falar de suas práticas de atenção básica, de trabalho coletivo e humanizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Mônica e também Raquel nos mostraram a importância do cuidado comunitário em tempos de crise, com a esperança de melhores dias. Segundo Raquel, temos à frente:

Novas possibilidades de cuidado, não necessariamente a gente precisa estar tão perto, mas eu posso ouvir o sofrimento de alguém, uma demanda que alguém apresente, um questionamento e ter uma escuta mesmo a distância, então assim, novas formas de cuidado, novas formas de se ver enquanto coletivo (Raquel, entrevista, 2020).

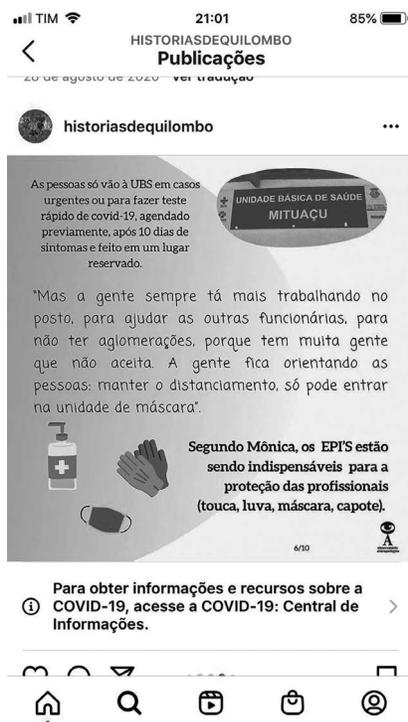


Figura 3 – Entrevista com Mônica publicada no Instagram do projeto.

Considerações finais

Em um contexto de isolamento social que o momento requereu, as atividades cotidianas do projeto “Histórias de Quilombo” – como visitas, entrevistas e oficinas – foram substituídas pela interação mediada por meios de comunicação que, apesar de muitas vezes precários, possibilitaram o seu desdobramento. Sendo assim, a reelaboração do projeto, as novas alternativas metodológicas aqui apresentadas e a ampliação de uma rede virtual de atores sociais para além da comunidade permitiram pensarmos coletivamente alternativas para dirimir os impactos causados pela pandemia em Mituaçu, bem como a continuidade das ações desenvolvidas na localidade.

A perspectiva de escuta aberta e as relações de confiança permaneceram, dando origem à produção compartilhada de diversos materiais audiovisuais e campanhas de combate à covid-19. Atentas à dimensão ética e entendendo a importância dos produtos audiovisuais no registro e na valorização das práticas e memórias quilombolas, essas ações também se propuseram a repensar as formas de produção de conhecimento com atenção às narrativas locais.

Referências

AZEVEDO et al. **Convivendo no Quilombo de Mituaçu**, Exposição virtual Antropoéticas, 2020. Disponível em <https://www.antropoeticas.com>. Acesso em 24/07/2021.

PINHEIRO, P. S.; PAIXÃO, A.; SANTOS, T. M. As Plantas do Quilombo e seus Usos: memórias, aprendizados e criatividade na comunidade quilombola de Mituaçu, Conde/PB. Ensaio visual. **Tessituras**, v.7. Pelotas: 2019a. Home page: <http://https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/issue/view/869>.

PINHEIRO, Patrícia S.; PAIXÃO, Aline.; SANTOS, Thayonara. M. As plantas do quilombo e seus usos: memórias, aprendizados e criatividade na comunidade quilombola de Mituaçu, Conde – Paraíba. In. GONÇALVES, A. et al. **Do desenvolvimento à sustentabilidade: políticas socioambientais e experiências comunitárias**. v.1. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019b.

SANTOS, Thayonara. M.; PINHEIRO, Patrícia. S.; PAIXÃO, A. P.; FELIX, Elayne. C. Construindo a Coleção Etnobotânica de Mituaçu – Criatividade imagética e Antropologia Reversa. Pôster. **VI Reunião Equatorial de Antropologia**. Salvador: 2019.

Referências audiovisuais

Canal do YouTube: www.youtube.com/channel/UCd6eQEoLnPSoguCXK9XDKig/videos.

Instagram: www.instagram.com/historiasdequilombo/

NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Tássia Rabelo de Pinho

Introdução

Ao estabelecer o imperativo do distanciamento social para a manutenção da vida, a pandemia do novo coronavírus colocou os profissionais da educação diante do desafio de ensinar sem compartilhar o mesmo espaço físico que os seus alunos.

Essa situação tornou ainda mais premente o debate sobre a compreensão da prática pedagógica como uma atividade que ultrapassa os limites das salas de aula e das instituições formais de ensino, e cujos resultados são perpassados por uma série de determinantes sociais.

Questões estruturantes, relacionadas às desigualdades que assolam o país, e os contínuos cortes de recursos que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) vem sofrendo desde 2017 conformam uma realidade na qual a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, particularmente daqueles em vulnerabilidade socioeconômica, torna-se um desafio ainda maior.

Neste cenário de crise multifacetada, sustentamos que a mera transferência de nossas rotinas e relações para o contexto virtual é insuficiente do ponto de vista pedagógico, e mais, pode se constituir como alheamento em relação às incertezas, dificuldades e desafios postos pela pandemia.

Partindo dessa concepção, este ensaio visa sistematizar e debater criticamente a experiência do ensino remoto emergencial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A primeira seção será dedicada ao relato do processo de instituição do ensino remoto emergencial na UFPB, em seguida discutiremos o desenvolvimento dos semestres remotos para que, na segunda parte, possamos realizar uma análise preliminar sobre a experiência do ensino remoto nesta universidade.

O Ensino remoto emergencial na UFPB

No dia 17 de março de 2020, como forma de evitar a transmissão da covid-19, a UFPB suspendeu suas atividades presenciais por tempo indeterminado (UFPB, 2020a). Dados da Unesco (2020) indicam que, na América Latina e Caribe, esse processo teve início em 12 de março e atingiu quase toda a população de estudantes e docentes da educação superior em seis dias.

Ainda neste primeiro momento, 21,7 milhões de estudantes e 1,3 milhão de professores foram afetados pelos fechamentos temporários na região. Ao término de março de 2020, mais de 98% dessa população estaria afastada dos bancos universitários.

Na ocasião, em meio ao assombro diante de uma situação jamais esperada e à limitação de informações que permitissem projeções realistas, a finalização do semestre em curso na UFPB⁴² se deu de maneira improvisada, com as ferramentas disponíveis aos docentes e estudantes. Essa, que foi a única universidade federal brasileira a transferir de imediato as atividades de ensino para o modo remoto⁴³, só realizou a suspen-

42 À época o calendário acadêmico da UFPB estava atrasado e desunificado, razão pela qual o período 2019.2 nos Campis I e IV transcorreu entre 15 de outubro de 2019 e 01 de abril de 2020 e nos Campis II e III entre 08 de novembro de 2019 e 25 de abril de 2020.

43 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/coronavirus/rede-federal> Acesso em: 21 de julho de 2021.

são do calendário presencial em 20 de abril de 2020 (UFPB, 2020b).

Com o aprofundamento da pandemia, a possibilidade de retorno, em segurança, às atividades presenciais, se tornou distante, fazendo com que ganhasse força nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) o debate sobre a construção das adaptações necessárias para a retomada não presencial das aulas.

No caso da UFPB, o ensino remoto emergencial foi normatizado por resoluções do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). As primeiras a versarem sobre o tema foram as Resoluções nº 13 e 14/2020, aprovadas em 19 de maio de 2020 – pouco mais de um mês após o término do semestre letivo 2019.2. Essas estipularam que o retorno às aulas ocorreria em 08 de julho daquele ano, 16 dias úteis após a decisão do colegiado (UFPB, 2020c, 2020d).

Ao longo do debate junto à comunidade acadêmica, restou delineado que o ensino remoto emergencial não se confundia com a Educação à Distância (EAD), sendo estabelecido na Resolução nº 19 de 2020 (UFPB, 2020e) que os componentes curriculares deveriam ser ofertados no horário de funcionamento do curso, lógica distinta da flexibilidade presente nos cursos EAD.

Em análise sobre as diferenças que marcam essas duas modalidades Behar aponta que:

No ERE [Ensino Remoto Emergencial], a aula ocorre num tempo síncrono (seguindo os princípios do ensino presencial), com videoaula, aula expositiva por sistema de webconferência, e as atividades seguem durante a semana no espaço de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) de forma assíncrona. A presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula presencial é “substituída” por uma presença digital numa aula online, o que se chama de ‘presença social’. (...) a Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BEHAR, 2020, p. 3-4).

O Ensino Remoto Emergencial trata-se, portanto, de medida temporária, que não é estruturada por meio de metodologia específica, e sim a partir de adaptações que permitem a substituição pontual do ensino presencial físico.

Em vários casos, tais estratégias didáticas se desenvolveram sem qualquer tipo de apoio institucional, e limitaram-se às iniciativas dos próprios docentes. É o que aponta uma pesquisa realizada com professores das redes básicas de ensino de todo o país, segundo a qual 89% relata que não possuía experiência anterior ministrando aulas não presenciais; 71% considerava regular, difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais; e 41,8% dos docentes afirma

não terem recebido nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais em sala de aula (GESTRADO, 2020).

Na UFPB, a falta de apoio institucional também pôde ser notada. Apesar de a universidade ter ofertado cursos (muitos desses disponibilizados após o início do semestre remoto) sobre o uso de plataformas digitais e metodologias para o ensino remoto, na maioria dos casos esses não ultrapassaram o manejo procedimental de ferramentas digitais e consistiram em atividades isoladas, realizadas a partir de iniciativas individuais.

Paludo (2020) aponta que a falta de formação dos docentes, concursados para exercerem atividades presenciais, compromete a construção do planejamento pedagógico no ensino remoto, que envolve uma série de novos questionamentos, tais como: os formatos adequados de avaliação online, a construção de estratégias voltadas à manutenção da atenção dos alunos em ambiente mais fértil em distrações, bem como tentativas de utilizar ferramentas que possibilitem o acesso a um maior número de estudantes quando este não é assegurado pela instituição de ensino.

Outra marca da falta de planejamento na UFPB pode ser vista no tratamento dado aos materiais didáticos digitais que, segundo a resolução do Consepe nº 19/2020, deveriam ser disponibilizados pelo docente.

Vale destacar que, a despeito da ausência de política institucional para a questão, em julho de 2021 a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da

universidade emitiu um comunicado em que reconhecia a ausência de condições financeiras dos discentes para adquirir tais materiais, mas acusava os docentes de infringir a legislação de direitos autorais, instava a realização de denúncias em relação a essas possíveis infrações e, novamente, se isentava da responsabilidade de propor uma solução institucional (BARROS, 2021).

Outro aspecto, também evidente, mas que merece destaque no caso da UFPB, foi a ausência de tempo hábil para o planejamento das ofertas produzidas, bem como da construção de condições para que docentes e, fundamentalmente, discentes, obtivessem adequada conectividade e equipamentos necessários para o trabalho remoto, elementos a serem detalhados na próxima seção.

Os semestres suplementares remotos

Até julho de 2021, a UFPB havia realizado três semestres suplementares remotos e/ou híbridos (2019.4, 2020.1 e 2020.2), e aprovado um quarto semestre não presencial (2021.1).

O primeiro calendário suplementar da UFPB, iniciado em 08 de junho de 2020, foi regulamentado pela resolução do Consepe nº 13/2020 que estabelecia que, tanto a oferta de atividades de ensino quanto a adesão dos discentes eram facultativas.

A não obrigatoriedade de matrícula dos alunos foi mantida nos semestres subsequentes e, na resolução nº 19/2020, que regulamentou a oferta de componentes curriculares para a graduação no período suplementar 2020.1, ficou estabelecido que o semestre remoto não seria contabilizado para o prazo máximo da conclusão de curso e que os cancelamentos de vínculo por motivos de abandono, decurso de prazo ou insuficiência de desempenho acadêmico seriam suspensos. Dispositivos que seguiram inalterados nas resoluções que regulamentaram os períodos suplementares 2020.2 e 2021.1.

De maneira distinta, as regras em relação aos encargos docentes foram sendo modificadas. Na resolução nº 14/2020, que regulamentou a temática em relação ao semestre 2020.1, a decisão sobre oferta de atividades de ensino deixou de ser facultada aos docentes, mas o número mínimo de oito horas dedicadas ao ensino foi flexibilizado.

O Consepe autorizou ainda o registro de três horas de preparação de conteúdos a cada uma hora/aula de atividade acadêmica remota, e o registro do tempo dedicado a capacitações.

A resolução nº 36/2020, que normatizou os encargos do semestre 2020.2, passou a determinar que os docentes deveriam ministrar o mínimo de oito horas semanais de aula, decisão mantida na resolução nº 28/2021 que regulamenta os encargos docentes no período 2021.1.

Neste ponto cabe assinalar que, mesmo que as medidas de flexibilização presentes nos dois primeiros semestres possam parecer respostas suficientes ao aumento da sobrecarga de trabalho, na prática não foi o que ocorreu.

A despeito da complexidade imposta pelo ensino remoto, as atividades de pesquisa, extensão⁴⁴, gestão e representação não foram suspensas, configurando uma situação na qual os planos de atividades apenas aprofundaram a já conhecida ficcionalidade dos registros de 40 horas semanais de trabalho, que, na maioria dos casos, não refletem o tempo dedicado pelos docentes às suas diversas atribuições.

Importante sublinhar que a posterior ampliação do quantitativo mínimo de horas de atividades de ensino por docente se deu em meio à intensificação de problemas de ordem política, econômica, social, física e emocional, decorrentes da pandemia.

É possível afirmar que as primeiras etapas da implementação do ensino remoto na UFPB foram marcadas pela ausência de condições objetivas primordiais ao exercício docente e à participação igualitária dos discentes, o que contribuiu para que muitos departamentos se limitassem a ofertar conteúdos não-obrigatórios no primeiro período suplementar remoto.

⁴⁴ Exemplo disso é o fato de que os prazos dos editais e os calendários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e dos projetos de extensão não sofreram alterações.

Esse, que poderia ter sido utilizado para identificar caminhos para que o comprometimento da atividade de ensino nesta nova modalidade não fosse tão profundo, e para assegurar condições igualitárias de acesso, não sofreu qualquer tipo de avaliação institucional em relação à adesão da comunidade acadêmica às atividades realizadas, e sobre os impactos no ensino-aprendizagem.

Desta forma, o semestre suplementar 2020.1, que retomou obrigatoriedade de oferta do currículo regular, foi iniciado sem a construção de uma política de assistência estudantil e de formação docente que considerasse as especificidades do contexto remoto.

Durante longo período, o apoio institucional aos estudantes beirou a inexistência. Apenas em 26 de agosto de 2020 a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) lançou os editais de Auxílio Instrumental⁴⁵ e de distribuição de Chips para acesso à internet⁴⁶, fazendo com que os discentes agraciados com os auxílios só viessem a acessá-los no fim de outubro⁴⁷, após o início do segundo semestre remoto.

Para além do reduzido planejamento institucional e da ausência de levantamentos de dados sobre as reais condições

45 Valor de R\$ 1.200,00 voltado à aquisição de equipamento de tecnologia de informação (TI), tais como computador ou tablet, regido pelo edital 06 de 2020.

46 Edital Simplificado Emergencial N° 07/2020.

47 A entrega dos chips sofreu atraso e foi convertida em depósitos de R\$50 na conta dos selecionados, mas que só foram realizados no final de outubro de 2020, já após o início das aulas do semestre 2020.1. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/manuais/orientacao-chips.pdf> Acesso em: 26 de julho de 2021.

da comunidade acadêmica, destacamos que, muito antes do início das campanhas de imunização no Brasil, a resolução nº 35/2020, que regulamenta as atividades do período suplementar 2020.2, estabeleceu que o semestre seria realizado por meio de ensino remoto e/ou híbrido.

Tal medida, completamente desconectada das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que indica que a abertura de instituições de ensino deveria ser calcada na observação do nível de transmissão local, na avaliação de risco e na capacidade de adaptação das escolas e universidades, precisou ser revogada em virtude do agravamento da pandemia. Essa, contudo, não foi a última tentativa de restabelecer o ensino presencial sem que as garantias de biossegurança fossem asseguradas a todos.

Novas fronteiras da exclusão

Desde as reflexões de Bourdieu e Passeron (2008), é sabido que a escola representa uma realidade de classe e, como tal, aprofunda desigualdades sociais ao se configurar como uma descontinuidade, muitas vezes violenta, do habitus familiar das classes populares. Na universidade tal processo também se reproduz e ganha visibilidade no contexto de recente diversificação do seu público.

Por meio dos dados disponibilizados pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos

das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES, 2021), é possível notar o crescimento da participação de pardos e pretos e a diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes em 2003 e passaram a representar 43,3% em 2018.

Do ponto de vista da classe social, a popularização é evidente. Atualmente o percentual de estudantes com renda mensal familiar bruta de até 3 salários-mínimos é de 50,9%. No Nordeste esse percentual chega a 62,2%. É notável ainda que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita de até 1 salário-mínimo e meio passou de 44,3%, em 1996, para 70,2% em 2018.

A ampliação do total de estudantes oriundos das classes populares trouxe consigo o crescimento da presença daqueles que conciliam estudo e trabalho. Esse é o caso de 29,9% dos matriculados, dos quais 45,9% trabalham mais de 30 horas semanais e sofrem com a redução do tempo e das condições de estudo. A pesquisa indica que mais de um terço desses estudantes, que exercem atividade laboral remunerada, afirmam que são afetados pela carga horária excessiva de trabalho.

Ainda que a necessidade do estabelecimento de condições estruturais para a permanência e êxito desses estudantes já estivesse colocada, o aprofundamento da precarização trazido pelo ensino remoto e os inúmeros impactos da pandemia precisam ser considerados.

Em um cenário no qual 25,3% dos brasileiros não possui acesso à internet, problema que se aprofunda em zonas

rurais, nas quais esse número sobe para 53,5% (IBGE, 2020), nos somamos à reflexão de Oliveira (2020) que considera que, no contexto do ensino remoto, os instrumentos necessários para o adequado acesso às aulas remotas e à realização das atividades exigidas nos cursos, distribuídos desigualmente, podem ser interpretados como formas de capital cultural objetivado.

Neste ponto é relevante registrar que, durante a pandemia, muitos estudantes que cursam graduação em áreas urbanas, precisaram retornar às casas de suas famílias que, não raro, estavam localizadas em zona de difícil acesso à conectividade de qualidade ou na qual passaram a ter que dividir a internet com os demais membros da casa, tudo isso sem poder acessar a estrutura dantes provida pelas universidades: bibliotecas, laboratórios de informática, banda larga, entre outros.

Tais elementos, somados ao aumento da carga de atividades domésticas e laborais de maneira mais ampla, impactaram o desempenho acadêmico, configurando um processo de aprofundamento das desigualdades educacionais em situações nas quais o ensino remoto não veio acompanhado de medidas que visem mitigar tais consequências, e esse parece ter sido o caso da UFPB.

A política do improviso

No ensino remoto, o já reconhecido desgaste psicossomático gerado pelas aulas por meios virtuais e a intensificação dos encargos familiares e domésticos, que recaíram ainda mais sobre os ombros das mulheres, geraram um cenário em que a sobrecarga de professores e alunos foi intensificada.

O trabalho do docente universitário, cada vez mais atomizado e solitário, converteu-se na busca individual pela solução de problemas. Desta maneira, a necessidade de maior dedicação ao planejamento, adaptação das atividades e acompanhamento dos alunos representou a ampliação da carga horária dedicada ao ensino, ocasionando sobrecarga e/ou diminuição das possibilidades de envolvimento em outras atividades acadêmicas.

É isso que atesta a já mencionada pesquisa do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG (2020) que indica que 82,4% dos docentes das redes públicas de ensino brasileira consideram ter havido aumento na dedicação de suas horas de trabalho para preparação das aulas remotas em comparação à preparação das aulas presenciais.

Do ponto de vista das estratégias metodológicas, o despreparo ficou ainda mais evidente, dado que, mesmo os professores que detinham maior facilidade com as diversas ferramentas tecnológicas mobilizadas no ensino remoto, não

necessariamente possuíam o conhecimento necessário para realizar adaptações dessa magnitude.

A ausência de um plano de formação para os professores da UFPB que apontasse para um projeto de desenvolvimento pedagógico inserido nos Planos Departamentais e nos Planos Individuais Docentes dificultou a construção de um processo formativo e reflexivo que pudesse traçar caminhos para o enfrentamento aos desafios postos pelo ensino remoto em contexto pandêmico.

No que se refere ao acesso, a disponibilização tardia e com escopo limitado de editais de assistência digital deixou para trás estudantes que não detinham as ferramentas adequadas para tanto, ampliando ainda mais as desigualdades e a exclusão.

As gestões que estiveram à frente da universidade neste período se furtaram a realizar um planejamento pedagógico intencional e cientificamente embasado, na contramão do que a situação de excepcionalidade exigia, bem como reforçaram práticas burocratizadas, assistemáticas e carentes de análises concretas sobre a realidade em que incidiam. Dessa forma improvisada, colocaram em prática políticas que não partiram de um diagnóstico nem contaram com avaliações, prejudicando toda a comunidade acadêmica, particularmente seu elo mais frágil, os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2021. Disponível em <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2021.

BARROS, Camila. **Comunicado da STI**. [mensagem institucional]. Mensagem recebida por <nao_responda@avisos.ufpb.br> em 03 de julho de 2021.

BEHAR, Patrícia. O ensino remoto emergencial e a educação à distância. In. **Jornal da Universidade**, 2020. Disponível em <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em 19 de julho de 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (GESTRADO/UFGM). Pesquisa **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte>

[relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf](#). Acesso em: 13 de julho de 2020.

IBGE. Um em cada 4 brasileiros não têm acesso à internet, mostra pesquisa. **Agência IBGE de notícias**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19. **ANPOCS: Boletim Cientistas Sociais**, n. 85, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2417-boletim-cientistas-sociais-n-85>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. **Em Tese**, v. 17, n. 2, p. 44-53, 2020.

UFPB. Portaria 90/2020, de 17 de março de 2020. João Pessoa: Gabinete da Reitoria, 2020a. Disponível em: https://www.ufpb.br/ufpb/temp/copy_of_Portaria090GRReitoriaUFPB.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 08/2020**, de 23 de abril de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020b. Disponível em <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020154044a0bf211126507f6297a743b/Resp08.20.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 13/2020**, de 19 de maio de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e

Extensão, 2020c. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20202000922fc52157417e44117115fc4/Resp13.20.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 14/2020**, de 19 de maio de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020d. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20201212199ae0215742613aced682b5f/Resp14.20.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 19/2020**, de 06 de agosto de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020e. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020197012602d2353113411e68844df8/Resp19.20.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 35/2020**, de 15 de dezembro de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020f. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020203209f3f6271627867e94585f58c/Resp35.20.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 36/2020**, de 15 de dezembro de 2020. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020g. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20201971945c5a27162812258c2292e1f/Resp36.20.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

UFPB. **Resolução 28/2021**, de 07 de junho de 2021. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/>

[arquivos/202121610675a531994710a23ac3ccbee/Res._Consepe_28.2021.pdf](#). Acesso em: 12 de julho de 2021.

UNESCO. **Impactos da COVID-19 na Educação**. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Aina Guimarães Azevedo é docente do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui pós-doutorado pela University of Aberdeen e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Coordena o grupo de pesquisa Labareda/UFPB (Laboratório de Desenho & Antropologia) e integra o LA'GRIMA/Unicamp. Participa do projeto de extensão “Histórias de quilombo” (UFPB) desde 2018. Atua nas seguintes áreas: história da antropologia; desenho e outras grafias; antropologia das populações afro brasileiras. Contato: ainaazevedo@gmail.com

Alane Lima é camponesa, especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba e graduada em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA/UFPB). É presidenta do Memorial das Ligas e Lutas camponesas. Atua na área de Educação

popular, Memória e Agroecologia. Contato:
alane13lima@gmail.com

Aline Paixão é mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB) e graduada em Antropologia (UFPB). É membro do Grupo de Estudos em Território e Identidade (GETI-PPGA-CNPq) e desde 2017 é vinculada como colaboradora no Projeto de Extensão “Histórias de Quilombo” (UFPB). Atua nas seguintes áreas: identidade, território e meio ambiente. Contato:
aline.ppaixao@gmail.com

Ana Montoia é docente de Teoria Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Ciências Sociais pela USP e mestre em História pela Unicamp, vem se interessando pelos temas próprios ao pensamento político moderno, particularmente aqueles relativos à gênese dos conceitos e à história das ideias que dão forma às democracias. Contato:
ana.montoia@uol.com.br

Cristina Matos é docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Possui pós-doutorado em Sociologia no Programa de Formação de Quadros do Cebrap-SP e no Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). É pesquisadora do Núcleo e Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI/UEPB) e Coordenadora do HUN – Grupos de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais. Atua nas seguintes áreas: sociologia das relações raciais, sociologia da comunicação e da cultura. Contato: crisfurtado@yahoo.com.br

Ednalva Maciel Neves é docente do Departamento de Ciências Sociais, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC) e do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos – Man-

dacaru. Atua nos seguintes temas de pesquisa: experiência da doença, biossocialidades, riscos e biopoder, práticas e sistemas de saúde, práticas científicas e produção de conhecimento. Contato: ednalva.neves@academico.ufpb.br

Gustavo Ferreira da Costa Lima é docente do Departamento de Ciências Sociais, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRO-DEMA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua em áreas de pesquisa relacionadas à Sociologia ambiental, Desenvolvimento sustentável, Educação ambiental, Conflitos e Justiça ambientais, Mudanças climáticas e Políticas públicas ambientais. Contato: gust3lima@uol.com.br

José Henrique Artigas de Godoy é docente do Departamento de Ciências Sociais e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciência Política

pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pensamento Político e Social Brasileiro (ARIADNE). Áreas de pesquisa: Pensamento Político, Pensamento Social, Teoria Política. Contato: jhartigsgodoy@gmail.com

Liana Lewis é docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui doutorado em Antropologia pela Nottingham Trent University. Atualmente coordena pesquisa sobre autoritarismo no Brasil. Atua principalmente nos seguintes temas: racismo, gênero, identidade e autoritarismo. Contato: lianalew@hotmail.com

Luciana Aliaga é docente do Departamento de Ciência Sociais e professora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenadora do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade (UFPB-CNPq) e secretária da

International Gramsci Society-Brasil (IGS-Br). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Pensamento político; Teoria política moderna e contemporânea; Análise marxista da política. Contato: lualiagaa@gmail.com

Luziana Marques da Fonseca Silva é docente do Departamento de Ciências Sociais (Campus IV). Bacharel em Ciências Sociais (UFPB, 2003), Mestra em Sociologia (UFPB, 2008), Doutora em Sociologia (UFPB, 2012). Pesquisadora do GRUPESSC – Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (UFPB). Tem como interesses de pesquisa o HIV/aids, conjugalidades, serviços de saúde, processos de adoecimentos e corporalidades. Contato: luzianas@gmail.com

Marcia Reis Longhi é docente do Departamento de Ciências Sociais vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do grupo de pesquisa “Sociedade Saúde e Cultura” (GRUPESSC) e também do “Família, Gênero

e Sexualidade” (FAGES). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: saúde, envelhecimento, cuidados. Contato: marciareislonghi@gmail.com

Maria Patrícia Lopes Goldfarb é docente do Departamento de Ciências Sociais, área de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Linha de Cultura (UFPB). Coordenadora do grupo de pesquisa intitulado “Grupo de Estudos Culturais (GEC) do CNPq”. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: estudos ciganos, identidades étnicas e culturais, memória e religiosidades, sociabilidade e lazer. Contato: patriciagoldfarb@yahoo.com.br

Mércia Rejane Rangel Batista é docente no Departamento de Sociologia e Antropologia é Docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, área de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Antropologia pelo Museu Na-

cional/PPGAS/UFRJ. Pesquisadora do grupo de pesquisa intitulado “Grupo de Estudos Culturais (GEC). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: etnografia, identidade étnica, etnologia indígena e memória. Contato: mercia.batista1@gmail.com

Mónica Franch é docente do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e vinculada aos programas de pós-graduação em Antropologia e em Sociologia da UFPB. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui pós-doutorado na Universidade Rovira i Virgili (Espanha). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: antropologia da saúde, gênero e sexualidade, estudos de juventude. Contato: monicafranchg@gmail.com

Ninno Amorim é docente do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bacharel em Ciências

Sociais e Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É vice-Coordenador do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult/NUPLAR/UFPB). Atua nas seguintes áreas: tradições, etnografia, filme etnográfico, cultura brasileira, bebidas alcoólicas, cultura popular, patrimônio e políticas culturais. Contato: amorimnarede@gmail.com

Patrícia Alves Ramiro é docente do Departamento de Ciências Sociais vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui pós-doutorado em Sociologia junto ao Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do grupo de pesquisa “Identidade e memórias das classes populares rurais e urbanas”. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: ruralidades contemporâneas, classes populares, reforma agrária. Contato: patriciaalvesramiro@gmail.com

Patrícia dos Santos Pinheiro é docente visitante na Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila) e professora colaboradora no

Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Integra o grupo de pesquisa Antropoéticas. Coordena o Projeto de Extensão “Histórias de Quilombo” (UFPB) desde 2016. Atua nas seguintes áreas: antropologia visual, desenvolvimento rural, antropologia das populações afro brasileiras. Contato: patriciasantspinheiro@gmail.com

Pedro Nascimento é docente do Departamento de Ciências Sociais (Campus I) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Ciências Sociais (UFPB, 1995), Mestre em Antropologia (UFPE, 1999), Doutor em Antropologia Social (UFRGS, 2009). Pesquisador do Mandacaru – Núcleo de Pesquisas em Gênero, Saúde e Direitos Humanos e do GRUPESSC – Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura. Tem como interesses de pesquisa gênero, saúde, família, estado e políticas públicas. Contato: pedro.nascimento@academico.ufpb.br

Rogério de Sousa Medeiros é docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e Coordenador do GRESP – Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia Política – UFPB. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Doutor em Sociologia pela Boston University (EUA), com pós-doutorado no Afro-Latin American Research Institute – ALARI, da Harvard University. Contato: medeirosrogerio@gmail.com

Rita de Cássia Melo Santos é docente do Departamento de Ciências Sociais e vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Integra Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: populações indígenas,

memória, identidade e educação. Contato:
santos.cm.rita@gmail.com

Sônia Weidner Maluf é professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, Visitante Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e pesquisadora do CNPq. É doutora em Etnologia e Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/França); fez pós-doutorado na Nottingham Trent University e na London School of Economics (2004-2005) e na EHESS (2011-2012). Coordena o Núcleo de Antropologia da Contemporâneo (Transes/UFSC), é do Coordenadora Executiva do INCT Brasil Plural (IBP). Atua nas seguintes linhas: Antropologia da saúde e saúde mental; Pessoa, Indivíduo e teorias do sujeito; Estado e políticas públicas; Teoria Feminista e Estudos de Gênero; Antropologia do neoliberalismo. Contato: soniawmaluf@gmail.com

Tássia Rabelo de Pinho é docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do projeto Violência Política de Gênero na Câmara dos Deputados junto ao Social Science Research Council's. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Partidos Políticos; Democracia em Perspectiva Comparada; Gênero e Política. Contato: tassiaacad@gmail.com.

Thiago Panica Pontes é docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado pelo IESP-UERJ (antigo IUPERJ), com estadia na École Normale Supérieure (ENS-Lyon). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é integrante do Núcleo Sociofilo, da UFRJ, e pesquisador parceiro do Ateliê de Humanidades. Suas principais áreas de atuação são: fundações da razão sociológica, classes sociais, Socialização e experiência vivida. Contato: thiago.panica@gmail.com



EU